



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

EDGAR BRAGA NETO

**O ALGODÃO E A “ESTRUTURA DE PRESTÍGIO” DOS MORADORES:
CRÍTICA À HISTÓRIA ECONÔMICA DO SEMIÁRIDO**



FORTALEZA

2019

EDGAR BRAGA NETO

O ALGODÃO E A “ESTRUTURA DE PRESTÍGIO” DOS MORADORES:
CRÍTICA À HISTÓRIA ECONÔMICA DO SEMIÁRIDO

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do grau de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Pinheiro.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B793a Braga Neto, Edgar.

O algodão e a "estrutura de prestígio" dos moradores : crítica à história econômica do semiárido / Edgar Braga Neto. – 2019.

97 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Francisco José Pinheiro.

1. Algodão. 2. Sistema de moradores. 3. Estrutura de prestígio. 4. Semiárido. I. Título.

CDD 900

EDGAR BRAGA NETO

O ALGODÃO E A ESTRUTURA DE PRESTÍGIO DOS MORADORES:
CRÍTICA À HISTÓRIA ECONÔMICA DO SEMIÁRIDO

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do grau de bacharel em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco José Pinheiro (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Kleiton de Sousa Moraes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTO

Agradeço ao professor Pinheiro pelos ensinamentos, aos meus pais pelo privilégio de fazer este trabalho ao lado deles e aos amigos de Fortaleza e Bacabal pela agradável companhia.

“Setembro vem aí/Tem safra de algodão”
(Marimbondo – Luiz Gonzaga e José Marcolini)
“Um homem roubado nunca se engana”
(Da lama ao caos – Chico Science)

RESUMO

O estudo sobre os moradores de fazenda nos permitiu aliar o interesse pela temática do algodão com as representações dos camponeses em torno dessa lavoura comercial. Surge deste exercício a elaboração de uma crítica à história econômica do algodão no semiárido. Pois, ao cotejarmos as subjetividades dos camponeses com as verdades objetivas que são produzidas nos domínios da história e da economia, descobrimos três grandes lacunas na história econômica do algodão. A primeira lacuna está na invisibilidade dos moradores: a descrição que fazem deles se resume apenas à sua pobreza, dependência e submissão. A segunda lacuna se deve às relações de dominação que estruturaram a economia algodoeira: evitam trazer para o debate a importância da economia dos bens simbólicos na manutenção das relações duradouras de dependência. E a terceira está na influência do algodão no processo civilizatório da região. Resgatamos assim os moradores, sua visão de mundo, a economia dos bens simbólicos e a influência do cultivo do algodão no autocontrole dos camponeses, problematizando-os. Em virtude da razão indolente, os historiadores do econômico não conseguiram captar, como fazemos com nossa crítica, tais elementos e o capital simbólico dos moradores. Identificamos o capital simbólico dos moradores, que traduzimos por “estrutura de prestígio”, nas lembranças dos moradores sobre o “tempo do algodão”. A “estrutura de prestígio” é, portanto, condicionada pela economia do algodão, sendo o cultivo deste produto, sob o formato das relações de parceria, um determinante positivo de *status* dos moradores. Buscamos então compreender essa estrutura de sentimentos dos moradores, através dos seus testemunhos e da crítica à história econômica do semiárido. O “prestígio” dos moradores, ou a representação honrosa de sua condição, revela muito sobre a interrupção da cultura algodoeira: questiona, desta forma, a tese de que o bicudo foi o responsável pela decadência do algodão no semiárido. Desse modo, perseguimos a tensão entre quem cultivou algodão e quem escreveu sobre o algodão, tendo como norte as nuances, os momentos de transição da história socioeconômica do semiárido e complexidade das relações que constituem essa formação social.

Palavras-chave: Algodão. Sistema de moradores. Estrutura de prestígio. Semiárido.

ABSTRACT

The study on the “moradores” (farm dwellers) allowed us to combine interest in the cotton theme with the representations of the peasants around this commercial tillage. From this exercise arises the elaboration of a critical review of the economic history of cotton in the semi-arid. For in comparing the subjectivities of peasants with the objective truths that are produced in the domains of history and economy, we discover three major gaps in the economic history of cotton. The first gap is in the invisibility of the “moradores”: their description is only about their poverty, dependence and submission. The second gap is due to the relations of domination that have structured the cotton economy: they avoid bringing to the debate the importance of the economy of symbolic goods in maintaining enduring relationships of dependence. And the third rests in the influence of cotton in the civilizing process of the region. We thus rescued the “moradores”, their worldview, the economy of symbolic goods and the influence of the cultivation of cotton in the self-control of the peasants, problematizing them. As a result of indolent reason, economic historians failed to capture, as we do with our criticism, such elements and the symbolic capital of the “moradores”. We identify this symbolic capital, which we translate as "prestige structure," in the “moradores” memories of "cotton times". The "prestige structure" is, therefore, conditioned by the cotton economy, being the cultivation of this product, in the form of partnership relations, a positive determinant of “moradores” status. We then seek to understand this structure of the “moradores” feelings, through their testimonies and the criticism of the economic history of the semi-arid. The "prestige" of the “moradores”, or the honorable representation of their condition, reveals much about the interruption of the cotton culture: it questions, therefore, the thesis that the “bicudo” was the responsible for the decay of cotton in the semi-arid. In this way, we pursue the tension between those who cultivated cotton and those who wrote about cotton, guided by the nuances, the transition periods of socioeconomic history of the transition periods of socioeconomic history of the semi-arid and complexity of the relationships that constitute this social formation.

Keywords: Cotton. “Moradores” system. Prestige structure. Semi-arid.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	NO SEMIÁRIDO: DO EXCLUSIVISMO DA INDÚSTRIA PASTORIL AO BINÔMIO GADO-ALGODÃO	16
2.1	Caatingas: “simples latrocínio da natureza”	17
2.2	A “febre da ambição” no Ceará	22
2.3	Os limites da história econômica: o problema da integração	25
2.4	A história imóvel do semiárido	34
2.5	A questão da mobilidade social dos lavradores	38
3	NO SEMIÁRIDO: DA CIVILIZAÇÃO DO COURO À CIVILIZAÇÃO AGRÍCOLA	41
3.1	O semiárido como “zona de concentração activa”	43
3.2	O algodão na luta contra as secas	46
3.3	O binômio “obras contra as secas-algodão”	52
3.4	As relações pré-capitalistas de produção	56
3.5	Da civilização do couro à civilização agrícola	62
4	SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: CULTIVO DE ALGODÃO E “ESTRUTURA DE PRESTÍGIO” NO SEMIÁRIDO	66
4.1	Algodão: “fonte de renda certa!”	70
4.2	A boa renda do algodão e a imprevidência do lavrador	73
4.3	O “prestígio” do algodão	77
5	CONCLUSÃO	87
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do algodão surge em razão de nosso desconhecimento acerca da interrupção do seu cultivo. Pois não compreendíamos como uma prática agrícola (hábito de plantar algodão) interiorizada na cultura sertaneja e extremamente importante para o crescimento econômico da região semiárida sumia quase que completamente do campo. Tampouco acreditávamos no senso comum e no senso comum douto que defendiam que a cultura algodoeira foi arruinada, de forma quase definitiva, pelo inseto bicudo, restringindo seu sumiço apenas a um problema agrônômico. Havia, porém, questões especificamente sociais relativas ao declínio do algodão no Ceará, que foram sistematicamente excluídas do debate público. Portanto, nesta monografia, vamos buscar no pretérito o que compreendemos como a sociogênese da interrupção da cotonicultura no semiárido.

As ruínas do cultivo do algodão ainda estão presentes no semiárido nordestino. De 2014 a 2017, quando fazíamos trabalho de campo em propriedades rurais do Norte Cearense e Sertão Central com o intuito de levantarmos dados para a escrita de nossa tese de doutorado sobre os moradores de fazenda (agregados), percebíamos claramente as marcas deixadas pelo algodão. Elas estavam no solo em forma de broto, nas casas de moradores abandonadas, nos destroços das fábricas que processavam a malvacea, nas árvores de algodão mocó perdidas na caatinga como verdadeiros objetos de museu, mas, também, e, principalmente, nas memórias que os camponeses tinham do “tempo do algodão”.

Vamos, pois, esquadrihar essas representações sociais que os camponeses fazem das relações de produção que envolviam o cultivo do algodão e que ainda se encontram nas rodas de conversa das casas sertanejas, buscando as causas da interrupção do plantio de algodão no semiárido.

Assim, ao confrontarmos tais recordações com a história econômica do algodão, deparamo-nos com uma série de lacunas. Buscamos então preencher esses vazios da história do algodão no semiárido e indicar as possíveis causas da queda da produção algodoeira. Sendo assim, o motor desta pesquisa está na tensão entre a ciência econômica, a história e as subjetividades dos lavradores. Seu recorte temporal está circunscrito entre 1865 e 2018, isto é: do segundo *boom* do algodão aos dias de hoje, ao reunirmos, em nossa narrativa, as fontes escritas e os testemunhos dos camponeses, que, apesar da interrupção do cultivo do algodão

após a seca de 1983, continuam residindo nas fazendas de produção do semiárido. Seus testemunhos nos permitiram identificar tais lacunas e, deste modo, buscar preenchê-las.

Nesse sentido, a primeira lacuna – a mais grave, em nosso entender – está na invisibilidade dos lavradores, dos moradores como são conhecidos. Os economistas somente classificaram os moradores de pobres, dependentes e submissos. Eles não deram voz a esses indivíduos. Mas, no entanto, pode-se argumentar que, devido ao período investigado (a segunda metade do século XIX), eles não podem trazer as representações dos sujeitos da pesquisa para o debate sobre o cultivo do algodão. Esta consideração é verdadeira, todavia não se justifica através dela a omissão de tais representações. Sabemos das dificuldades que os historiadores do social enfrentam para resgatar o passado das classes dominadas e nem por isso deixam de fazê-lo. Ao contrário disso, estratégias foram criadas para a realização de tal exercício metodológico, como, por exemplo, a renovação das fontes historiográficas. Desta forma, não interessava aos economistas buscarem os registros que os sertanejos nos deixaram acerca do algodão na oralidade e cultura popular. Os economistas se preocuparam, então, somente com a renda, o capital comercial, o poder aquisitivo dos agricultores e a expansão da produção, e não com o que os camponeses registraram acerca da produção algodoeira. Portanto, a estrutura de sentimentos dos moradores foi desprezada, sendo expatriada da história econômica¹.

Assim, os economistas deixam escapar as relações complexas que constituem essa formação social, como, por exemplo, a imagem de uma “estrutura de prestígio”. Isto é: o “prestígio” que a produção algodoeira conferia aos moradores. Para os moradores o algodão era fonte de “prestígio” tanto para os proprietários de terra quanto para eles, trabalhadores sem-terra. Eram eles pobres, dependentes, submissos, mas estavam protegidos por uma “estrutura de prestígio”. Eram “quase escravos”, “estavam amarrados à fazenda”, porém eram valorizados pelos proprietários de terra. Essas relações complexas, contraditórias, não são apenas dos moradores, mas da própria formação social, e elas não foram captadas pelos economistas. Buscamos, ao contrário deles, captar tais relações. Como trabalhamos

¹ No campo da sociologia foi diferente, especialmente devido à pesquisa de César Barreira (1977), *Parceria na cultura do algodão: sertões de Quixeramobim*, na qual Barreira registra tanto os testemunhos dos proprietários de terra quanto os dos camponeses em torno dos contratos de parceria.

com o tempo presente, as lembranças dos moradores que produziram o algodão em um passado recente ganham espaço em nossa narrativa, demonstrando que a classificação dos economistas é deveras superficial. As representações sociais dos camponeses foram, portanto, dissimuladas.

A segunda lacuna se refere à formação social da região. Nos trabalhos da área econômica, os lavradores surgem do nada, roçando a terra e cultivando o algodão. Não se sabe a espécie de algodão, se mocó ou herbáceo. Não se sabe em quais condições se deram o *boom* do algodão: como era o semiárido, em que estado se encontrava o capitalismo na região, como o algodão poderia combater o fenômeno das secas, como a malvácea passou a ombrear com o gado no campo, como os lavradores passaram a povoar as fazendas de produção, como se dava o transporte da lã para os portos do litoral, como se apresentavam as ligações entre o mercado local e o mercado internacional. Sem, pois, a discussão sobre a formação social da região, os economistas querem fazer acreditar que a economia do algodão aconteceu quase que por acaso: no encontro (in)feliz entre o algodão, os lavradores e os fazendeiros. O que acontece é que as teses, principalmente as da ciência econômica, refletem sobre a economia do semiárido como se a mesma estivesse sob uma história estrutural, quase imóvel. Com tais teses, perde-se a dinâmica econômica da região e, em especial, a que foi provocada pelo algodão, que permitia, apesar da concentração de renda, certa mobilidade social. Os efeitos de uma “safra boa” poderiam, por exemplo, livrar os lavradores das condições de moradia. Para quem conhece essas condições, sabe que tal ação tem efeito emancipador na vida dos camponeses sem-terra. Entretanto, no ardor de classificar tal economia como injusta, como mais um elemento de reforço da estrutura produtiva, os economistas julgam a possibilidade de mobilidade social dos moradores, por intermédio da cotonicultura, como algo impensado, delírio poético!

A terceira omissão está na influência do algodão no processo civilizatório da região. Como se sabe, o semiárido é conhecido como uma “região repulsiva”, “de fraca fixação populacional”. Conhecido também como epicentro das secas, que provocam intensos fluxos migratórios. Por causa disso, há poucas opções econômicas na região: a pecuária, atividade econômica dominante, concentra renda e emprega reduzido número de mão de obra. O algodão modificou esse cenário, pois repovoou as fazendas como nenhuma atividade econômica fez no semiárido. A economia algodoeira foi então um dos mais importantes fatores de fixação no

semiárido (SILVA, 1989). Sem a afluência de tal economia, milhares de sertanejos continuariam emigrando para o extremo Norte e Sul do país, impedindo a estabilidade populacional. A partir do algodão se estabeleceu a fixação da população sertaneja, diminuindo assim as chances de êxodo rural, e afastou o fantasma do despovoamento da região. Foi, nas fazendas de produção, que os moradores garantiram, por mais de um século, renda, capital simbólico e meios de sobrevivência, mediante o cultivo do algodão. Com o algodão, os trabalhadores, estando fixos, puderam controlar suas paixões, praticar o autocontrole, assimilar um padrão de conduta mais pacífico, civilizado, reduzindo deste modo as possibilidades de reações primitivas (cangaceirismo e fanatismo) que fazem parte da história da região.

Buscamos assim preencher tais lacunas. Realizamos tal exercício através da dialética marxista, inspirados especialmente no que Gurvitch (1962, p. 5) define de “dialética autêntica”, ou seja, “*la demolition de tous les concepts acquis en vue d’empêcher leur momification*”. Mas, no entanto, evitamos uma postura ortodoxa e, deste modo, dialogamos com teorias sociais que nos ajudam a refletir, em uma perspectiva mais ampla, nosso objeto de estudo. Um exemplo disso está nas reflexões de Pierre Bourdieu (2015) sobre a valorização social do capital simbólico, a eufemização da violência simbólica nas relações de dependência pessoal contidas nas economias pré-capitalistas, que são relevantes para pensarmos a “estrutura de prestígio” dos moradores, uma espécie de acúmulo das aquisições materiais e simbólicas. O marxismo cultural de Raymond Williams (1989) também foi fundamental para que construíssemos, a partir das falas de nossos interlocutores, essa estrutura de sentimentos. E, além disso, estabelecemos diálogo com Maria Sylvia Carvalho Franco (1997), principalmente no que toca à “consciência niveladora” dos homens livres, que os equipara aos senhores de terra: ao refletirmos sobre a “consciência da indiferenciação”, compreendemos a subjetividade dos camponeses, especialmente no exercício de tomarem para si o “prestígio” gerado pela economia do algodão, ou melhor, partilhar o capital simbólico, “o prestígio”, do “tempo do algodão”, com os proprietários de terra, que é objeto de nosso estudo.

Buscamos, além disso, compreender os sentidos que indicam a subjetividade das representações dos camponeses sobre o “tempo do algodão”. O que sobressai da complexidade dos seus sentimentos é “o prestígio” que, nesse tempo pretérito, tinham os homens do campo. No imaginário deles, o algodão

representa a época que podiam plantar, além da malvácea, as culturas de abastecimento; podiam criar animais (aves domésticas, suínos, ovinos e caprinos), e, também, eram procurados, “disputados”, pelos proprietários de terra, para cultivarem algodão em suas fazendas. Isto é, o algodão representa o tempo em que os homens do campo ainda detinham parte do controle dos meios de trabalho, mesmo tendo sido explorados pelo regime de parceria, a famosa “meia” do algodão. Eis, pois, o “tempo do prestígio”. Já o tempo atual significa para eles a interdição do direito à terra e a precarização do trabalho no campo. Desse modo, suas memórias, em vez de ressaltar momentos de resistência, de *infrapolitics* (micro resistências, ver SCOTT, 1990), destacam distinções e concessões dadas pela classe fazendeira a eles, trabalhadores do campo, demonstrando assim um dos aspectos conservadores de sua visão social de mundo².

Portanto, no primeiro capítulo, refletimos sobre o contexto em que surge a economia do algodão e como ela se tornou exceção à regra do exclusivismo da indústria pastoril no semiárido. Procuramos o momento de transição do exclusivismo da indústria pastoril para o binômio gado-algodão, que, além de pouco conhecido, é registrado somente como um momento conturbado (“febre da ambição”), no qual pouco se sabe sobre a questão da mão de obra e a dinâmica social da região semiárida. Criticamos também a história econômica, sobretudo em relação à integração do Ceará ao mercado mundial, pois os economistas e historiadores do econômico não levam em consideração o contexto local e suas particularidades, perdendo assim as tensões geradas por essa integração. Além disso, criticamos os defensores de uma história estrutural do semiárido, na qual as mudanças promovidas pelo algodão, tais como o controle social dos lavradores e o repovoamento das fazendas de produção, foram desprezadas. E, ademais, discutimos a questão da mobilidade social dos lavradores, através da cotonicultura. Questão esta inconcebível para certos economistas e historiadores, em razão da construção de uma história imóvel do semiárido.

No segundo capítulo, será a vez de demonstrar a importância que o algodão teve no processo civilizatório da região. Ao repovoar as fazendas de produção e influenciar na estruturação dos núcleos urbanos sertanejos, a economia

² Em nossa tese de doutoramento, já tínhamos chamado a atenção para os aspectos conservadores da visão social de mundo dos camponeses, especialmente no tocante à solidariedade parental, cuja família dos moradores se transforma em verdadeiro escudo contra o arbítrio dos gerentes e fazendeiros. (BRAGA NETO, 2017)

do algodão deu possibilidades aos sertanejos se fixarem no espaço do semiárido, contribuindo para fazer deste semiárido o mais populoso do mundo. Como “zona de concentração ativa”, que exige o esforço constante dos indivíduos para tornar sua fixação estável, o semiárido teve o algodão como importante elemento fixador. Mas, além da cotonicultura, deve-se também destacar o papel do Estado nesse processo histórico de fixação. Na luta contra as secas (no controle social da população sertaneja), os proprietários de terra tiveram como aliado o Estado, via Inspetoria de Secas, que juntos formaram o binômio obras contra as secas-algodão, cujo objetivo era controlar o êxodo na região. Estabeleceu-se, então, certo trânsito no qual os trabalhadores sem terra percorriam para se manter fixos nos períodos de estiagem e entressafra, qual seja: das fazendas para as obras contra as secas e vice-versa. Outro fator importante na fixação do sertanejo foram as relações pré-capitalistas de produção do algodão nas fazendas do semiárido. A opção pela parceria, ou pelo parceiro-morador, em detrimento do assalariamento da mão de obra e do investimento em tecnologia, contribuiu para, além de obter maiores lucros na produção, manter a cotonicultura como atividade econômica de grande absorção de mão de obra, repovoando assim as fazendas da região. A civilização agrícola sobrepujou a civilização do couro, com a fixação do trabalho regular nas fazendas de produção, fortalecendo, desta forma, o autocontrole dos lavradores.

E, no terceiro capítulo, as subjetividades das representações dos moradores nos informa sobre a “estrutura de prestígio”, que provém da economia do algodão. Nesse capítulo, a estrutura de sentimentos dos moradores demonstra a complexidade das relações de tal economia, ao desconstruir os mitos produzidos pelos estudos econômicos. Além disso, discutimos as contradições dessa formação social que envolvem as memórias dos camponeses. Além da crítica à história econômica do algodão, apresentamos as representações dos moradores sobre o “tempo do algodão”, “o prestígio”, a renda do algodão e a imprevidência dos lavradores. Discutimos ainda sobre a mudança da economia do algodão para a pecuária leiteira e os processos de trabalho que envolvem a cotonicultura. Neste capítulo, temos a construção e a dissolução da “estrutura de prestígio”, isto é, o “prestígio” gerado pelo algodão e o “desprestígio” provocado pela interrupção da cotonicultura no semiárido, com o fim dos roçados de algodão dos moradores de fazenda.

Antes de começarmos esta aventura através do tempo, advertirmos os leitores que esta monografia não se limita apenas ao campo da história, pois nossa formação acadêmica que, além da história, reúne o estudo da sociologia, não obedeceria aos limites do campo historiográfico. Derrubamos suas cercas e espalhamos nossas reflexões pelo terreno das ciências sociais. Ao enriquecermos nosso olhar de historiador, esperamos assim cumprir com os ensinamentos dos grandes mestres.

2 NO SEMIÁRIDO: DO EXCLUSIVISMO DA INDÚSTRIA PASTORIL AO BINÔMIO GADO-ALGODÃO

Desde o segundo decênio do século XIX que o plantio de algodão passava por uma brusca queda: conforme Dobb (1976, p. 374), isto era devido à crise do sistema capitalista, na qual, somente na Inglaterra, os custos reais na indústria do algodão caíram numa taxa de 0,5% ao ano e quase 400 novas companhias algodoeiras foram oferecidas aos compradores de títulos entre 1873 e 1883. À época, as exportações de algodão dos Estados Unidos bastavam para suprir a indústria inglesa. Até mesmo na província do Maranhão, maior produtor da malvacea no período colonial, onde o algodão enegreceu a terra com o braço escravo, lembrando o Sul dos Estados Unidos, a cotonicultura já não tinha a mesma expressão do passado.

Todavia, em virtude da Guerra de Secessão (1861-1865), na década de 60, e, por conseguinte, a desorganização do cultivo sistemático de algodão, o Brasil surgia para a indústria têxtil britânica como país ideal para a retomada da produção, garantindo assim a alta produtividade, o baixo custo e a qualidade desse insumo. Foi a partir da circunstância da Guerra de Secessão que se deu o surto algodoeiro no Brasil.

Mas, para se efetivar o *boom* do algodão, era necessário ter mão de obra suficiente para a produção. Surge, pois, uma questão teórica, pois certos cronistas, economistas e historiadores não atentam para o problema da mão de obra. O que resumidamente eles afirmam é que a economia do algodão aproveitou das relações de produção já existentes no semiárido brasileiro.

Essa reprodução simples das relações de produção está em desacordo com a dinâmica social da região. Assim, perde-se a importância dos mecanismos de controle social dessa mão de obra na efetivação da produção algodoeira e, também, as diferentes configurações da história social da região. Diante desse quadro, criticamos os clássicos da historiografia e a ciência econômica, demonstrando que o algodão torna-se, por meio de mecanismos de controle, como o “passaporte”, o produto responsável pelo repovoamento das fazendas. Portanto, como insistem determinados cronistas, as fazendas não estavam povoadas de lavradores, esperando ansiosamente a chegada de uma conjuntura favorável para assim fazer com que seus moradores plantassem algodão. Ao contrário disso, a cotonicultura,

impulsionada pelos preços atrativos do produto no mercado, foi responsável pelo aumento significativo do contingente de moradores nas fazendas, desenvolvendo assim o sistema de morada (ou sistema de moradores). Isto somado à presença de obras públicas durante as grandes secas elevaram o grau de fixação no semiárido, incentivando deste modo o aumento da população na região.

2.1 Caatingas: “simples latrocínio da natureza”

Em *Caminhos e povoamentos do Brasil*, Capistrano de Abreu (2004, p. 56) diz que “as caatingas pouco remuneraram a lavoura [...], simples latrocínio da natureza, sem compensação alguma oferecida por parte do homem”. Urgia-continua Abreu (2004, p. 56) – dar destino às caatingas, “porque a área dos *caatingais* era enorme, e descurá-la tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do País. A criação do gado resolveu o problema”. A solução da Coroa portuguesa para o aproveitamento econômico dessa área enorme das caatingas estava, pois, na criação de gado.

Mas o problema econômico das caatingas não foi resolvido em um passe de mágica. Nas palavras de Abreu (2004, p.57): “Os primeiros colonos evitaram os caatingais”. Eles reclamavam que na região não havia pastos suficientes, devido à aridez do clima. Com a efetivação do processo colonizador, no qual os colonos resolveram se embrenhar pelo sertão espinhento e enfrentar os índios bravios, onças e serpentes, a criação de gado ganhou corpo e o gado crioulo pontilhara a paisagem sertaneja. Outros fatores tais como a busca por metais preciosos, a exploração das minas de salitre do médio São Francisco e a captura de índios para o trabalho nos engenhos de açúcar também concorreram para a internalização dos colonos nas terras semiáridas (ver Puntoni, 2002, p. 29-30). Porém, nenhum desses elementos concorreu mais para as entradas e fixação da população nessa região quanto o gado bovino. Essa penetração lenta das boiadas foi assim descrita pelo historiador cearense:

[os primeiros colonos] acomodaram-se com elas [as caatingas]: porque entre um tronco e outro há sempre comedia; entre uma caatinga e outra há sempre campos; de certas árvores que não perdem a folha, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagelo das secas. Finalmente, estas matas virgens plebéias, que designamos por uma palavra da língua tupi, revestem formas muito diferentes, que podem emparelhar quase com as

florestas próceras do litoral ou nivelar-se com o campo rasteiro. (ABREU, 2004, p. 57)

Apesar das constantes secas, o ambiente da caatinga possibilitou a atividade pecuária, mas também o cultivo de determinadas lavouras. O colonizador se adaptou a esse ambiente, garantindo a criação de gado e sua subsistência. Neste sentido, Jucá afirma (1989, p. 16): “Com o passar do tempo, os criadores familiarizaram-se com a região, pois [...] sempre poderiam encontrar zonas mais propícias, inclusive como refúgio às temíveis secas”. A aridez do clima podia até afastar o colono, mas para aquele que vinha com intuito de criar gado, o sertão era um lugar promissor, com seus campos alongados, matas virgens e reservas de água.

Para os colonos as tribos indígenas, a ferocidade dos índios (verdadeiros donos da terra), tornaram-se o maior obstáculo à estabilidade dos currais. A Guerra dos Bárbaros foi o ápice da luta entre índios e colonizadores. Segundo Puntoni (2002, p. 44-45), a forma específica da atividade econômica que fundamentou a colonização das caatingas, a pecuária extensiva de bovinos, contribuiu para os conflitos entre colonizadores e índios, por duas razões. A primeira delas está na destruição das fontes de subsistência dos indígenas no “contexto ecológico de carência” do sertão semiárido. E a segunda está no interesse que o gado despertou nos povos autóctones, sobretudo para satisfazer suas necessidades alimentares. Desse modo, a captura do gado pelos povos indígenas provocou “grave transtorno à economia local” e, por isto, os colonos recorreram ao mecanismo da guerra justa.

Depois de expulsarem e dizimarem os índios, os colonizadores levantaram os currais. Esta violência não tornou nula a resistência indígena, mas deixou as tribos indígenas sem forças suficientes para resistirem à entrada dos colonos em suas terras. Além disso, começou a se delinear o que Pinheiro chama de “guerra simbólica”, ou seja: o processo de catequização dos índios³. E, diante desse contexto de guerra justa, os índios tiveram que se embrenhar na mata para fugir do assalto da cruz, dos bois e dos homens.

Assim, desde as primeiras entradas até o século XVIII, o pastoreio foi a “única atividade economicamente rendosa”, a única que pagaria o esforço do

³ “Nomeamos como guerra simbólica um confronto surdo entre maneiras bem diversas de conceber o mundo, pois não havia quartel, nem o extermínio físico dos povos nativos. Os missionários lançaram mão também da violência física para mudar o jeito de ser dos povos nativos” (PINHEIRO, 2001, p. 147).

lavrador situado na caatinga brava (PORTO, 1959, p. 24). Não havia cultura que pudesse se levantar contra a hegemonia do gado: seu império era inabalável! O homem do sertão vivia em função do gado, e, deste modo, foram criadas as bases para a civilização do couro⁴.

Da mesma forma que se aproveitava tudo da palmeira da carnaúba, o gado era aproveitado por inteiro. A pecuária foi então se impondo como única alternativa econômica para o semiárido. Nesse sentido, Ildefonso Albano (1918, p. 33) lembra que o clima do Ceará se prestava bem para a criação de carneiros e cabras, e senador Pompeu diz que, na segunda metade do século XIX, havia 10 mil fazendas de criação no Ceará.

Todavia, nem tudo estava em perfeito estado: de acordo com Ildefonso Albano (1918, p. 54-61), a atividade pecuária no sertão cearense enfrentava diversos desafios, tais como: as secas e o número insuficiente de açudes. Além disso, o estado rudimentar da indústria de laticínios era para ele outro desafio a ser superado.

Apesar dessas dificuldades, a atividade pecuária se desenvolveu e nem mesmo a perda de quase todo o rebanho na seca de 1845 foi responsável pelo declínio de tal atividade econômica. Para os fazendeiros somente a pecuária poderia ser rentável para a manutenção de seus estabelecimentos: se perdiam a galaria numa estiagem, eles a retomariam no próximo inverno. A ciência também procurou defender o prosseguimento de tal atividade no semiárido. Como dizia o Barão de Capanema (1904, p. 190): “Este [o gado] é uma das principais riquezas do Ceará, tem abundância de pastos de excelentes forragens, que dão muito e bom feno”.

De fato, a economia do semiárido tem girado em torno da pecuária, apesar dos esforços de industrialização e de diversificação econômica promovidos pelo Estado. Desde as primeiras décadas da colonização o gado participa como protagonista de diferentes atividades econômicas, tal como nas charqueadas, no século XVIII, ou na pecuária de leite, no século XXI. Porém, apesar de nossos cronistas acertarem em seus prognósticos, devemos acrescentar que a pecuária

⁴ Segundo a descrição de Capistrano de Abreu (2006, p. 135): “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangües para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”.

concentrou renda, aumentara o grau de aridez das caatingas, contribuía para o aquecimento global, expandira propriedades rurais além do permitido e submetera outras economias e culturas a seu domínio. A monocultura do gado se tornou uma atividade econômica tradicional no semiárido, sufocando outras possibilidades econômicas, mais diversas e democráticas. Mas, no entanto, o gado não reinaria absoluto nas terras semiáridas: a ambição dos fazendeiros faria com que ele dividisse seu reinado com o algodão.

Devemos então acrescentar aos escritos de Capistrano de Abreu e de Costa Porto que o algodão, principalmente após a Guerra de Secessão, tornou-se mais um fator de remuneração da caatinga, disputando, palmo a palmo, a terra com o gado, sendo unido à galaria no famoso binômio da economia do semiárido: o binômio gado-algodão. Sabendo da posição hegemônica que historicamente o gado ocupou nessa região, não podemos considerar esse fato irrelevante, como acreditam certos historiadores, cientistas sociais e economistas que não dão a atenção devida a esse momento de transição em suas análises. Momento este em que o algodão foi brotando nas terras destinadas somente aos rebanhos da fazenda. Daí a economia do algodão se consolidou onde a civilização do couro, a atividade pecuária, era a regra⁵.

Essa mudança de perspectiva é um dado deveras importante para compreender a configuração atual do semiárido, mas ele não foi devidamente explorado pelos cronistas e historiadores do sertão. Deixar de apostar todas as fichas no gado e partir para o plantio de algodão era reflexo das transformações que operavam na mentalidade sertaneja. Estas transformações não se deram apenas nas mentalidades, mas também na economia e sociedade com repovoamento das fazendas, aumento dos laços de dependência entre proprietários de terras e trabalhadores sem-terra e, por conseguinte, reforço do clientelismo e da figura do coronel. No entanto, tais questões são vistas de forma isolada, sem relação com a economia algodoeira.

A formação do binômio gado-algodão inaugurou uma nova era com a transformação econômica do semiárido. Esta região passou de um estado anômico

⁵ Em vez do algodão, Orville Derby (1906, p. 54) apostava na maniçoba para desfazer a hegemonia do gado na terra das secas: “[...] é possível que esta regra do exclusivismo da indústria pastoril nas regiões das seccas não seja absoluta. Por uma feliz circunstancia um membro da flora indigena e, portanto, resistente à secca, a maniçoba, oferece um produto de valor elevado, e se, como é de presumir, esta planta fôr susceptível de uma cultura regular remuneradora, regiões como a de Quixeramobim podem ainda aspirar a manutenção de uma lavoura especial e lucrativa”.

para um estado civilizado, no sentido de maior interdependência entre as pessoas e de um maior controle das pulsões humanas. Neste sentido, o gado representa o atraso (a anomia). O algodão vai representar o modelo de uma civilização agrícola. A reunião do gado e do algodão tendeu, portanto, a equilibrar as tensões entre fazendeiros e trabalhadores sem-terra.

A riqueza proveniente do algodão fez os proprietários de terra investirem na cotonicultura, deixando de serem “tangidos” unicamente pelo gado. Foi assim que o algodão, a mais nova atividade econômica, quebrou a resistência que havia em torno da possibilidade do semiárido se transformar em uma importante região agrícola⁶.

Contudo, não havia consenso em torno da resistência em fazer do semiárido uma região agrícola. Ao escrever na *Revista da Academia Cearense de*

⁶ É claro que essa resistência continuava, especialmente entre os mais céticos das possibilidades de crescimento econômico da região. O negociante Alípio Luiz Pereira da Silva, por exemplo, criticava o Império, em razão do governo incentivar, apesar das secas, o desenvolvimento agrícola do Ceará e do Rio Grande do Norte. Em suas palavras, ele não confiava na economia agrícola da região: “Elas [as províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte] tudo poderão ser, menos agrícolas; portanto, cumpre não esquecer isto seriamente do seu desenvolvimento industrial” (SILVA, 1885, p. 14). Para ele o incentivo governamental deveria incidir nas indústrias que fossem, de certo modo, independentes do regime de chuvas, tais como: as indústrias salina, manufatureiras (especialmente a de tecidos) e extrativas. Desenvolver o comércio do sal, a indústria nativa da região, deveria ser prioridade para o negociante de Aracati (Ceará). Principalmente porque as secas não atrapalhavam esse comércio: pelo contrário, ajudavam a “coalhar o sal”. Silva procurava nesse sentido estimular economias que estivessem livres ou tirassem vantagens das condições ambientais do semiárido. Assim, para ele, a indústria de tecidos também se configurava como uma alternativa viável para os cearenses e potiguares, o que não podia acontecer era insistir nas culturas agrícolas, tais como: cana-de-açúcar, mandioca, arroz, milho, gado, fumo, café e algodão.

As dificuldades do estabelecimento da atividade agrícola nos trópicos foram discutidas por Gilberto Freyre, mas não no sentido de condenar a terra e os agricultores, tal como o pessimista Silva, e sim com o intuito de enaltecer a colonização portuguesa do Brasil, que para ele foi superior as demais colonizações do mundo moderno, porque os portugueses superaram os rigores do clima, deslocando a base da colonização tropical da pura extração da riqueza mineral para a de criação local de riqueza, sem deixar de aproveitar a gente nativa, que foi arruinada e segregada por espanhóis e ingleses em suas respectivas colônias: “Tudo era desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas – viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem.

“Foi dentro de condições físicas assim adversas que se exerceu o esforço civilizador dos portugueses nos trópicos. Tivessem sido aquelas condições as fáceis e doces de que falam os panegiristas da nossa natureza e teriam razão os sociólogos e economistas que, contrastando o difícil triunfo lusitano no Brasil com o rápido e sensacional dos ingleses naquela parte da América de clima estimulante, flora equilibrada, fauna antes auxiliar que inimiga do homem, condições agrológicas e geológicas favoráveis, onde hoje esplende a formidável civilização dos Estados Unidos, concluem pela superioridade do colonizador louro sobre o moreno”. (FREYRE, 1987, p. 15-16)

Letras, no ano de 1908, sobre o problema das secas e sua solução econômica, Tomaz Pompeu de Souza Brasil (1908, p. 214) afirmou que a vasta zona Nordeste brasileira, além de ser a mais aproximada dos grandes mercados consumidores, era “a mais apropriada às grandes culturas industriais, como o algodão, a borracha, em regiões facilmente acessíveis, [...] que apenas precisam de humidade para as produzirem da melhor qualidade e abundamento”. Mas, além dos escritos e da ação isolada de um pequeno grupo de fazendeiros, a viabilidade econômica da cotonicultura no sertão, comprovada no surto algodoeiro na década de 60 do século XIX e na diminuição dos fluxos migratórios para a extração da borracha na Amazônia, incentivou os produtores a plantarem a fibra no semiárido.

2.2 A “febre da ambição” no Ceará

Com a Guerra de Secessão e, por conseguinte, a paralisação da produção algodoeira nos Estados Unidos, criaram-se as condições necessárias para que fosse estimulada a cotonicultura no semiárido, o que motivou “a integração” dessa região com o mercado internacional.

De acordo com o naturalismo metodológico da época, Rodolfo Teófilo chamou o surto do algodão no Ceará de “febre da ambição” (TEÓFILO, 1922, p. 22). Era como se o corpo tivesse em grande agitação: “derribavam as matas seculares”, “descuidavam da mandioca e dos legumes”, “sacrificavam os animais de carga”, para lucrarem com o ouro branco. Essa febre se espalhou por quase toda a extensão do país: até mesmo a província de São Paulo, que, à época, estava voltada para os lucros da economia cafeeira, também foi atingida pela convulsão. A enfermidade elevou não só a temperatura do clima semiárido, mas também a dos indivíduos do sertão.

Apesar do sintoma da febre ser passageiro, Rodolfo Teófilo queria com a metáfora assinalar uma transformação na estrutura de sentimentos da população. No seu naturalismo, a transformação era a febre: o estado do corpo estava febril, demonstrando alguma anomalia, infecção. A febre para o autor não se tratou de um mecanismo de defesa do organismo: pelo contrário, o aumento de temperatura não defendeu esse corpo vulnerável às investidas do capital comercial. O aumento de temperatura significou uma “animação extraordinária”, como ocorreu com o comércio da capital, onde ruas e praças estavam repletas de animais que “tinham

transportado do interior os fardos de algodão; lojas apinhadas de comboeiros, de freiteiros, de donos de mercadorias, [...] a comprar o necessário e o superfluo” (TEÓFILO, 1922, p. 23). Moralmente, Rodolfo Teófilo condenou tal mudança, porque as relações econômicas passaram a dominar o etos sertanejo.

O algodão assim deu sinais de que a estrutura social se modificaria. As fazendas novamente precisaram de gente para o trabalho. Como nunca antes visto, o campo empregou as famílias rurais que se encontravam fragmentadas em virtude da fome e miséria reinantes. Surgiu no horizonte uma fonte de renda confiável e até mesmo “democrática”. O corpo se convulsionou: os homens se alucinaram: todos depositaram suas esperanças no algodão! Os olhos da ambição cresceram: a ordem era desmatar, incendiar a terra, plantar o algodão, torrar o dinheiro em sambas etc. Todos estiveram em estado febril, porém seus organismos não identificaram a infecção. Estavam todos cegos, alucinados. Eles sabiam que havia algo diferente com seus corpos e com o tempo. Sabiam que tudo isso se devia ao algodão, que significava uma nova era.

Sob esse ponto de vista, a “febre” não foi benéfica, pois ela atingiu em cheio os neurônios e se instalou como uma hipertermia maligna. Como sintoma disso, os sertanejos só se interessavam pelos lucros que advinham dos capuchos de algodão. Os fazendeiros, os mais atingidos pelo mal, deviam se mostrar felizes, porque, além de desfrutarem de um negócio mundial, era reativado o comércio do algodão que valorizava ainda mais as propriedades rurais.

Entrementes, a febre devia passar, porque senão poderia levar o organismo à morte. Todavia, o sentido que Rodolfo Teófilo deu à febre era outro, apesar de deixar claro que se devia ter cuidado com o quadro febril que se instalou na região, causado especialmente pela agressão (externa) do comércio mundial de algodão. Ele chamava a atenção sobretudo para as alterações dos sinais vitais da província, como, por exemplo, as da sua natureza, do desmatamento desenfreado que ela era vítima, e não afirmava que esse sintoma seria passageiro, tal como deve ser a duração de uma febre. Um exemplo disso está em um artigo escrito na *Revista Commercial*, no qual Teófilo (1922, p. 16) foi taxativo: “O algodão foi e será a nossa principal indústria agrícola”, especialmente porque o algodão “inundava o Ceará de dinheiro”, que, segundo o benemérito farmacêutico, era mal aproveitado.

Além disso, Rodolfo Teófilo demonstrou, através dessa metáfora, a mudança de mentalidades provocada pela alta dos preços do algodão. Em virtude

dos seus lucros surpreendentes, os homens se descuidaram da mandioca e dos legumes e as mulheres abandonaram os teares pelo plantio do precioso arbusto (TEÓFILO, 1922, p. 22). Também, neste sentido, diz Câmara Cascudo (1956, p. 14): “O algodão atacou de frente o pequeno roçado do morador da fazenda, enamorado dos ganhos e descuidado da feira semanal”. A febre assim alucinou a todos: homens, mulheres e crianças; moradores, comboeiros, freteiros, negociantes, comerciantes, especuladores etc. Ao perceber a nova agitação, Rodolfo Teófilo (1922, p. 23) descreveu sinais da mudança de mentalidades:

Cada vez mais se acelerou a atividade dos lavradores ambiciosos e imprevidentes. Aos golpes do machado destruidor iam cahindo diariamente as mattas; devorava-as depois o incêndio; surgiam novas e numerosas lavras.

Fizeram, pois, do Ceará um imenso algodão! Na década de 60 do século XIX a produção de pluma chegou a cifra de mais de 23 mil toneladas (GIRÃO, 2000, p. 226-229). Nas palavras do senador Pompeu (1926, p. 89): “O Ceará por esforço de seus filhos conseguiu de 1849-50 a 1871-72, em 22 anos, elevar a sua produção de 368.200 Kilos a 8.324.258 kilos”. A ideia de que “as caatingas pouco remuneravam as lavouras” já não valia para essa época. A solução para o problema da instabilidade econômica da imensa área de caatinga não se restringia somente ao gado. O algodão se tornou a exceção à regra do exclusivismo da indústria pastoril, e não a maniçoba. Das matas não faziam apenas mangas para a gadaria, mas também terreno para o plantio sistemático de algodão. Os sertanejos tinham agora o cultivo do algodão e a província do Ceará já não era fundamentalmente pastoril. Assim, senador Pompeu (1926, p. 90) se referiu a esse período de prosperidade:

A produção dos anos de 1871 e 1872 é a prova mais cabal da capacidade do solo para o desenvolvimento desta cultura. Os preços, fartamente remuneradores, deram para custear não só os gastos de produção, como o seu custoso e difícil transporte, além do bem estar e abastança que trouxeram à população em geral.

Com efeito, o sentido da febre dado por Teófilo deve ser visto como o surgimento de um dispositivo novo em tal corpo, que demarca esse próspero período e a entrada da produção agrícola do sertão no circuito de produção global capitalista. Isto se deveu à Guerra de Secessão, como frisou Rodolfo Teófilo (1922, p. 22): “O extenso desenvolvimento do cultivo do algodão foi devido à alta d’este

producto nos mercados europeus, consequência da guerra civil dos Estados Unidos”. Sem a produção estadunidense, a indústria têxtil passou a comprar a lã do semiárido brasileiro: o surto algodoeiro, “a febre”, teve assim início a partir desse conflito, pois o cultivo do algodão já era significativo na província do Ceará. Esse evento serviu, portanto, de estopim para mudanças nas relações sociais de produção no semiárido.

Mas, no entanto, Rodolfo Teófilo não narrou como aconteceu o agredo dos trabalhadores rurais às fazendas de produção. Como os trabalhadores sem terra começaram a plantar algodão? O movimento de atração de mão de obra para as propriedades rurais não interessou ao autor. Em sua narrativa, os trabalhadores já estavam se descuidando da mandioca e dos legumes e derrubando as matas seculares. Sendo assim, Rodolfo Teófilo deu um grande salto: da Guerra Civil dos EUA para “a febre do algodão”, sobrepondo o evento da guerra estadunidense (fator externo) aos fatores internos que contribuíram para a produção algodoeira. É neste sentido que ele vai influenciar os trabalhos de história econômica, especialmente na tendência de preferir o contexto local da produção algodoeira.

É claro que a Guerra de Secessão foi decisiva, porém não se pode apenas focar nesse evento, porque assim esvaziam o contexto local de significados. Em outras palavras, os economistas não dão a devida atenção às características internas da produção algodoeira. E, desta forma, o contexto local continua, nessa determinada circunstância histórica, como signo vazio, espaço dependente do mercado mundial para realizar suas transformações econômicas e sociais.

2.3 Os limites da história econômica: o problema da integração

O binômio gado-algodão surgiu no Ceará como promessa de melhores dias para os municípios do interior. Agora, não se discute sobre a organização das relações de produção nas fazendas. A ciência econômica, que tem detestado a poeira dos arquivos, manifesta-se apenas sobre uma simples reprodução das relações de trabalho, evitando o debate sobre a dinâmica das relações de moradia e as condições de produção da fibra.

Para os economistas tais questões não importam e, neste sentido, o que deve ser lembrado é que, durante a Guerra de Secessão, o Ceará entrou no processo global de produção capitalista. As condições que se deram tal inserção e

quais mudanças internas foram necessárias para o estabelecimento da cultura do algodão lhes são indiferentes, porque a estrutura econômica e social se manteve a mesma: com ou sem algodão, não se alterou o quadro em que se encontram as relações de produção. Diante disso, reiteramos a necessidade de uma história mais adequada à passagem do domínio da pecuária para o binômio gado-algodão.

Esse ponto de transição, no qual as fazendas de gado foram tomadas pelos roçados de algodão, não foi devidamente assinalado: a preocupação dos economistas está apenas em assinalar os processos exógenos que promoveram o plantio de algodão no Brasil. Os processos endógenos que também foram decisivos para o surto algodoeiro foram assim esquecidos, e, neste sentido, pode-se pensar que, enquanto estourava a guerra que dividia os Estados Unidos, houve, por acaso, o encontro (in)feliz entre a cultura do algodão, proprietários de terras e trabalhadores rurais: circunstância esta semelhante ao nascimento do fogo, pois não se sabe como realmente aconteceu, ou seja, sua gênese foi perdida nas dobras do tempo. Assim, devido à guerra nos Estados Unidos, o proprietário de terras abriu a porteira da fazenda, e a economia do algodão era retomada no sertão brasileiro. Nada mais simples do que essa explicação.

Denise Monteiro Takeya (1985, p. 27) assim analisa o surgimento da produção algodoeira nas fazendas do Rio Grande do Norte, observando somente os impactos da Guerra de Secessão na economia brasileira:

[...] na década de 1860, as condições de mercado internacional voltaram a incentivar a produção brasileira. Com a interrupção das exportações americanas gerada pela Guerra de Secessão, o Brasil, dentre outros países, retomou sua posição de fornecedor. O cultivo do algodão foi largamente difundido.

As condições em que o algodão foi “largamente difundido” não são relevantes, porque basta ter conhecimento de que o motor da produção algodoeira no Brasil foi a Guerra de Secessão. O esforço dos ingleses e a ação das autoridades públicas no país não são mencionados, pois tais fatores não tiveram a força de diminuir as áreas de pastagens do gado para o cultivo do algodão⁷. Portanto, a guerra fez surgir, em um estalar de dedos, os trabalhadores nas fazendas, enfileirados, prontos e obedientes para levantarem casas de taipa para moradia e roçados de algodão para a Inglaterra.

⁷ Sobre esses fatores, ver Canabrava, 2011.

Ana Cristina Leite também sublinha apenas os fatores externos do *boom* do algodão no Ceará. Para a economista o que se deve extrair desse evento é a integração do Ceará no mercado internacional:

Na década de 1860, a Guerra de Secessão norte-americana estimulou novamente a produção cearense e foi nesse período, com o algodão, que o Ceará integrou-se, realmente, ao mercado internacional. (LEITE, 1994, p. 15)

Desse modo, a autora não descreve como se realizou essa integração. Para ela somente dois fatores externos importam nesse momento de mudanças internas: a Guerra de Secessão e a integração ao mercado mundial. Essa integração foi condicionada somente pelo mercado mundial. Assim, Leite despreza a qualidade da fibra produzida, que rivalizava com o *Sea Island* americano, e, também, as mudanças estruturais realizadas, visto que, na lógica da autora, o Ceará já reunia as condições próprias, mas não ideais, para o estabelecimento desse comércio.

Falta-lhes, tanto a Leite (1994) quanto Takeya (1985), a dialética desse processo histórico. Elas não examinam a relação conflituosa em que aconteceu tal integração entre diferentes contextos: de um lado, a agricultura comercial, e, de outro, o setor da agricultura de subsistência, ou seja: de um lado, o capitalismo e, de outro, as relações pré-capitalistas. Duas temporalidades distintas: as relações pré-capitalistas colocando freios ao capitalismo comercial, e o capitalismo comercial aproveitando-se das relações pré-capitalistas. Como “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 60), a configuração social no semiárido, que reúne o novo e o arcaico das relações de produção, revela as tensões sociais e culturais da inserção do semiárido nas redes do mercado mundial.

Diante disso, o método de produção da lã no semiárido foi bastante criticado, especialmente pelos cientistas de centros mais dinâmicos. Para eles plantar algodão em consórcio com outras culturas de provisão prejudicava o produto principal, nesse caso: o algodão. Percorrendo o semiárido a serviço da Inspetoria das Secas, o botânico Philipp Von Luetzelburg (1923, p. 95) reclamou de tal prática, demonstrando não compreender as peculiaridades dessa região, pois criticara seu tradicional modelo de plantio:

Nos estados nordestinos observei que, dentro das culturas de algodão é costume intercalar o plantio do milho, feijão e abóbora. Este systema é prejudicial, pois o solo, cançado e pouco produtivo, sofre maior depauperamento, acrescido ainda pela falta d'agua. Uma vez terminada a colheita dos cereais durante a época do desenvolvimento da fibra do algodão, o sólo já exausto, pouco substância proporciona à planta principal.

O botânico manifesta, nesse trecho, que não entende a relação de produção local, na qual o fazendeiro tinha necessidade do braço do morador e este para garantir seus meios de sobrevivência plantava feijão, milho e abóbora nos intervalos dos pés de algodão. O interesse dos plantadores não era o mesmo do botânico: a lógica camponesa se sobrepunha à lógica do mercado. Senador Pompeu (1926, 103), ao contrário de Phillipp Von Luetzelburg, tinha compreensão da realidade social da região e sabia deste modo que a cultura principal na região não era o algodão, mas o gado, e que entre o algodão e “os legumes”, os moradores se preocupavam com “os legumes”:

Como constitue a lavoura popular por excelência [a cultura do algodoeiro], ao alcance das classes pobres, ella se faz em roçados de áreas acanhadas, ordinariamente para subsidiar á provisão de legumes de que carecem os plantadores.

Os melhores pedaços de terra continuavam destinados ao gado, já o algodão estava limitado às “áreas acanhadas”. O algodão garantia a provisão de legumes para “as classes pobres” do campo. Deriva daí sua importância para os moradores. Se não pudessem colocar na mesa o feijão do seu roçado, os moradores não teriam interesse em plantar o algodão. Se o consórcio entre culturas de provisão e cultura comercial de algodão fosse proibido, o fazendeiro deveria manter os moradores até a colheita do algodão, o que tornaria o cultivo de algodão impraticável. Mas, contrariando o botânico, tal consórcio foi praticado por décadas.

O “amadorismo” dos lavradores sertanejos foi percebido pelo botânico em todas as etapas da produção, seja na mistura, sem escrúpulo, das sementes para o plantio, seja no acondicionamento do algodão descaroçado, cujos fardos mal confeccionados provocavam perdas durante as viagens, seja no contato do produto com a terra vermelha, alterando assim a cor do produto (LUETZELBURG, 1923, p.96-97). Esse “amadorismo” dos sertanejos, que também foi registrado pelo

botânico no caso da extração de cera de carnaúba⁸, era devido à garantia dos seus meios de sobrevivência, à cultura camponesa de buscar plantar seus alimentos e a uma causa estrutural: o problema da oferta de mão de obra. Para que realmente ocorresse o *rush* algodoeiro os fazendeiros obrigavam-se a receber em suas propriedades os trabalhadores sem-terra, que, por não terem onde morar e fazer seus roçados, eram obrigados a residir nas fazendas. O *boom* do algodão e a cotonicultura no semiárido foram efetivados sob essas condições, que foram consideradas pelo botânico alemão como reflexos da falta de habilidade dos lavradores com a fibra.

Para o agrônomo William W. Coelho de Souza (1922a, p.94), superintendente do Serviço do Algodão, o algodão era o mais descurado produto brasileiro. Conforme este trecho do relatório que ele fez para o Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, o “amadorismo” dos lavradores, negociantes e governos, acompanhava todas as etapas da produção, fazendo com que o algodão brasileiro gozasse “da pior fama no estrangeiro”:

Durante a plantação o lavrador mantém na mais profusa mistura diversas especies; o algodão é plantado a lanço no terreno; não se faz o desbaste, além disso as varias culturas mantidas conjunctamente com elle, no mesmo sólo, roubam-lhe o parco alimento que este poderia fornecer-lhe; a capinas são descuradas e, finalmente, na colheita, a falta de selecção, de conhecimentos e cuidados do lavrador são extraordinários; são apanhados capulhos maduros verdes, doentios e velhos; ao algodão ficam adherentes fragmentos de folhas; depois rola o produto pelo chão de terra, conduzido em cofos abertos, que se vão arrebetando pelo caminho, ao passar sob a ramada das arvores; ao chegar á machina de descaroçar é atirado a um canto de terra solta, onde os ratos, as goteiras e o transito sobre elle completam a desvalorização do produto, reduzindo-o a um montão de immundicies.

Depois é submettido, em via de regra, a um descaroçador de serra, em geral muito estragado, cuja montagem é a mais errônea possível e o funcionamento o mais imperfeito e absurdo; lidado por operarios absolutamente ignorantes, continúa a rolar pelo chão e sobre o descaroçador sujo. Entregue á incompetência de taes operarios, o dilaceramento da fibra é inevitável, porque ora o aparelho trabalha mui rapidamente, ora devagar de mais.

A pluma é lançada no celebre quarto de pluma, processo antiquado, também de terra solta; deste passa, rolando pelo chão poeirento, para a sola da prensa, em geral manual e primitiva; ahi os operarios pegam a

⁸ Sobre exportação da carnaúba, diz Phillipp Von Luetzelburg (1923, p. 19): “A exportação da cêra torna-se uma avultada fonte de renda para os estados do Nordeste, sempre onde existe a carnaúba. É, porém, de lastimar que os extractores da cêra, não façam a extracção com esmerado cuidado, não se dando ao trabalho de seleccionar a cêra pura e, ao contrário, composta de folhas e de terra, lançam-na no mercado, impossibilitando assim preços mais vantajosos, que, a selecção racional e cuidadosa forçosamente daria”.

pluma e vão calcando-a na prensa; durante esta operação, provocados pelo próprio algodão, cospem constantemente e dentro do aparelho cheio de pluma, onde dous deles trabalham; a inhabilidade desses operarios e o systema rotineiro de taes prensas dá em resultado a heterogeneidade no tamanho dos fardos.

É digno de notar que os proprietários das machinas de descaroçar algodão, no interior dos Estados do Norte, não limpam nunca as casas onde funcionam esses aparelhos, por considerarem isso desnecessário, visto o algodão sujá-las depois com o cotão que sahe do quarto de pluma mal fechado.

Segue-se a embalagem imperfeita em que os fardos ficam mal fechados, sendo apertados com talas de bambú.

No transporte para a capital, o algodão rola pelo convés das embarcações, onde recebe água e em geral fica muito sujo.

Chegado às capitais, em quase todos os Estados, então se ostenta com toda a sua intensidade o atraso da indústria do algodão do norte; os fardos, depois de várias manipulações, em consequência das quaes ficam todos deconjuntados e rotos, são submettidos à celebre e barbara operação de retirada de amostra, que consiste em um corte na estopa, feita por faca bastante afiada e depois na retirada, por meio de um harpão, de nada menos de quatro a cinco Kilogrammas de pluma de cada fardo. (SOUZA, 1922a, p. 94, grifo do autor)

Segundo Souza, os lavradores, proprietários das máquinas de descaroçar e freiteiros não sabiam manejar a fibra do algodão. Envolvidos diretamente com a produção, eles não conseguiam dar uniformidade ao produto. Do interior para o litoral, a fibra chegava úmida e cheia de impurezas dos caminhos. Os lavradores (“operários”) eram incompetentes e ignorantes⁹. Sob essas condições, o algodão era

⁹ Para Souza (1922b) a produção brasileira era insignificante no mercado mundial e uma das causas disso estava no fato “da cultura do algodão ter vivido, da Abolição para cá, entregue ao pequeno lavrador, sem terras, sem intrucção, cultivando o algodão em promiscuidade com outras plantas pelos processos rotineiros [...]”. Ou referindo-se ao pequeno lavrador do Nordeste: “Ultimamente, depois da Abolição para cá, ao em vez do nosso produto melhorar de qualidade, pelo contrário, tem piorado consideravelmente; e uma das causas deste estado de cousas repousa no facto da lavoura algodoeira do Nordeste do Brasil achar-se quase exclusivamente entregue ao pequeno lavrador, em geral, ignorante e sem recursos.

“De tal maneira têm corrigido as cousas para nós, que o Brasil perdeu a reputação alcançada em outros tempos, no estrangeiro, onde o nosso algodão chegou a ter fama e ser muito procurado.

“Como é triste reconhecermos que, longe de progredir, a industria algodoeira no Brasil tem retrogradado”. (SOUZA, 1922a, p. 95)

Em seu pensamento, o fazendeiro devia assumir o controle de todas as etapas da produção (tal como na escravidão), não entregando a malvacea a “pequenos lavradores”. Mas, no entanto, não há consenso em torno de suas ideias.

Segundo Amaral (1940, p. 203), era tendência no começo do século XX pensar que uma das causas da decadência de nossa produção algodoeira era “o imprevisto, a ignorância, o atraso na massa geral da população, maximé nas zonas em que o algodão poderia ter maior expressão”.

O agrônomo Benjamim H. Hunnicutt pensa, em parte, de modo diverso de Souza. Para ele a abolição do escravagismo desorganizou a agricultura em São Paulo, mas graças à imigração europeia, constituída por “pequenos lavradores”, houve o ressurgimento da lavoura algodoeira: “Só assim é que, depois de 1900, a lavoura algodoeira tomou novo incremento, devido ao desenvolvimento da indústria do tecido”. (HUNNICUTT, 1936, p. 206)

mal cultivado, mal beneficiado, exportado e tratado; o custo de produção da matéria-prima era elevado e o valor do produto era reduzido por causa da falta de seleção de sementes e mistura de variedades. Portanto, nas mãos dos pequenos lavradores, o algodão era de péssima qualidade, a lavoura de algodão não era “inteligentemente tratada” e a produção nacional da malvácea não ultrapassava os 3% da produção mundial. Neste sentido, a produção nacional não influía nos mercados europeus e nem afetava o consumo universal. (SOUZA, 1922)

Essa tensão entre a produção local e o que era exigido pelos centros de comércio, um dos pontos centrais dessa integração, foi negligenciada pelos economistas. Leite (1994, p. 59) prefere, por exemplo, descrever o consórcio do algodão com as culturas de subsistência, cujo tipo de algodão (herbáceo ou arbóreo) era decisivo na definição do local onde ficariam as culturas de subsistência. Isto é, explica tal consórcio sob uma limitada perspectiva agrônômica, desarticulada do social, sem, portanto, a tensão entre empiria e técnica, produção local e centros de comércio.

Além disso, a comunicação entre os centros de comércio e o sertão se configura como outro fator que relativiza essa integração. Os preços do algodão variavam, mas as informações sobre a cotação do produto chegavam com grande atraso no sertão. Todavia, a ciência econômica despreza as dificuldades de tal intercâmbio: Leite (1994, p. 42) lembra somente do preço elevado do algodão, no período da Guerra de Secessão, estimulando a produção no Brasil e em outros países. Takeya (1985, p. 80), por sua vez, afirma que somente os agentes ligados às casas exportadoras foram favorecidos pela “grande distância existente entre os centros produtores do sertão e os centros de comércio, localizados nas cidades litorâneas”, porque assim puderam especular, ou melhor, impor os preços à vontade. Entretanto, a questão não é a distância física, mas a lenta comunicação entre os centros produtores do sertão e os centros de comércio e as diferenças culturais

Os preconceitos e os estigmas dirigidos ao trabalhador nacional eram constantemente reproduzidos pelas classes de intelectuais, políticos e autoridades. Ildelfonso Albano, por sua vez, critica o sertanejo pobre, especialmente no tocante ao combate às pragas do algodão, pois os plantadores se baseiam em métodos empíricos, poucos científicos, herdados dos seus antepassados indígenas. Assim, Albano (1918, p. 38) classifica-os de supersticiosos:

“Os sertanejos atribuem esta moléstia (*Colletotrichum gossypi*, *anthracnose*, mal da maçã, secca da maçã ou criso) aos eclipses da lua, dahi o nome de ‘criso’ que lhe dão. Costumam colocar bandeiras brancas nos algodoeiros com o fim de preservá-los dos efeitos do eclipse; os agricultores mais supersticiosos vão durante o eclipse para os seus roçados agitar os algodoeiros com o fim de ‘acordá-los’.

existentes nas formas de negociação. Mais uma vez, é o botânico Phillipp Von Luetzelburg (1923, p. 106) que observa as dificuldades de integração, ligadas dessa vez à comunicação dessas duas regiões:

O fazendeiro, proprietário de milhares de cabeças de gado, que somente uma vez por anno, no dia da ferra, consegue avistar, mostra ao seu hospede, com orgulho, o quarto dos arreios, seu engenho, seus canaviaes e os rudes açudes de terra por ele construidos. [...] Jornaes não existem; as novidades percorrem as regiões trazidas pelos viajantes; cartas não se escrevem, recados são enviados verbalmente por “positivos”. Deste modo o algodão já ha muito baixou de preço quando o fazendeiro tem sciencia da alta.

Essa confusão de preços beneficiou somente os agentes das casas exportadoras? Não poderia beneficiar o fazendeiro? Os proprietários das máquinas de descaroçar o algodão? Tudo isso ocorre por causa da integração entre mercados e culturas tão diversos. A velocidade com que oscilava os preços do algodão na bolsa de Londres não era a mesma dos contratos do sertão. Estes contratos eram, ainda, entranhados de relações pessoais, sejam as dos moradores com os fazendeiros, as dos fazendeiros com os beneficiadores, e as dos fazendeiros com agentes das casas exportadoras, o que sem dúvida retardava as oscilações dos preços do algodão.

Portanto, ao contrário do que foi narrado, a integração entre semiárido e centros consumidores não foi pacífica, por causa das tensões geradas entre esses dois contextos em torno da produção da lã. Não foi segura, pois o mercado mundial não era um consumidor fiel dos produtores locais. Nem muito menos regular, por conta das secas que assolavam o semiárido e que atrapalhavam a produção da lã.

Ademais, a falta de infraestrutura, “a dificuldade dos transportes”, para o crescimento da cultura do algodão, que foi empecilho para os produtores escoarem sua produção, já não foi para os economistas. O transporte dos sertanejos era o carro de boi, as costas de animais e a cabeça de gente. Na frase icônica do geógrafo Roderic Crandall (1982, p. 53): [o transporte do Norte era] “Idêntico ao usado no Egito há 2.000 anos”. As estradas eram caminhos estreitos, pedregosos e descuidados, causando viagens demoradas e elevando os preços de frete. Durante as secas tais preços se elevavam duas ou três vezes mais. Com pasto e água escassos, os animais não suportavam tal emprego e as cargas tinham de ser transportadas “à cabeça dos homens, como aconteceu no Rio Grande do Norte, ainda recentemente, na seca de 1898” (CRANDALL, 1982, p. 53). A aridez do clima

e a falta de estradas prejudicavam o escoamento da produção. Viajando por Souza na Paraíba, o botânico Albert Loefgren constatou como essa logística sertaneja limitava sobretudo a cultura algodoeira:

Alem de uma industria pastoril bastante primitiva, só encontramos um certo principio de cultivo do algodoeiro, no que o município de Souza está mais adiantado e o estaria ainda mais se o permitissem os tão difficeis meios de transporte. Sendo os caminhos transitáveis unicamente por tropas, que aqui denominam “comboios”, é necessário manter um grande stock de animaes para no tempo próprio poder enviar as colheitas aos mercados; mas, como nada se planta para sustentar os animaes, só podem manter o numero suficiente para atravessar as secas com os escassos recursos naturaes. (LOEFGREN, 1923, p. 13-14)

Os animais sofriam e os sertanejos se preocupavam apenas com os lucros do algodão. Até que a produção de algodão chegasse aos portos havia, além da morte dos animais, atrasos e grandes perdas de carga. Do peso excessivo que carregavam, por longas distâncias, os burros chegavam estropiados no litoral, com seu dorso em carne viva. Mas, da mesma forma que não há nos compêndios econômicos a discussão sobre as pragas que devastaram os algodoeiros, tal como a de gafanhotos (ver Loefgren, 1923, p. 17), também não se encontra neles a questão do transporte feito por animais de carga. Assim, do sertão ao litoral, o algodão chegava intacto aos portos e os animais dispostos para a viagem de volta.

Os economistas fazem vista grossa para esses problemas de transporte, de integração. Querem, pois, saber do crescimento do sistema viário e da quantidade e dos valores de exportação do algodão. Leite (1994, p. 109), por exemplo, demonstra acentuada preocupação com o valor da exportação algodoeira: “Em relação aos outros produtos exportados pelo Ceará, o algodão teve supremacia absoluta a partir de 1865 até a primeira metade de 1870”. Diz ainda, na mesma página: “Na segunda metade da década de 1860 o valor da exportação algodoeira em relação ao total exportado pelo Ceará chegou a atingir 72, 6% [...]”. Agora, no tocante ao transporte do algodão do interior para os portos do litoral, ela só diz que havia “dificuldades de transporte” (LEITE, 1994, p. 110).

Dessa forma, em suas narrativas, Leite (1994) e Takeya (1985) mostram que houve entre a província do Ceará e o mercado mundial uma integração imediata, perfeita, e sem nenhum tipo de obstáculo. O sistema em que foi produzido o algodão no contexto local não importa, pois só é preciso reproduzir, *ad infinitum*, que a economia algodoeira foi responsável por ligar o Ceará ao mundo. Se, nesse processo de integração, houve tensões entre centros do comércio e centros de

produção, tais tensões foram de somenos importância, pois não causaram nenhum dano a “integração” do sertão às redes do comércio mundial. Para o debate no campo econômico o que valia eram as taxas de exportação, e não a forma como era produzida a malvacea, o “amadorismo” dos lavradores, o transporte da lã e a comunicação entre as províncias produtoras e o mercado consumidor. Tais narrativas, então, ignoram as características internas da produção local, que foram responsáveis pela perda quase imediata de grande fatia do comércio de algodão assim que o conflito estadunidense chegou ao fim.

2.4 A história imóvel do semiárido

Em suas narrativas, os historiadores do econômico e os economistas relatam o surto algodoeiro no Ceará como se houvesse um cenário já pronto para recebê-lo: havia, neste sentido, uma estrutura organizada para a cotonicultura, especialmente um sistema de trabalho. Mas não foi assim: essa estrutura foi sendo lentamente organizada e de acordo com o contexto local. Entretanto, não interessa aos economistas dissertar sobre as mudanças que foram sendo realizadas para que a produção algodoeira se efetivasse, porque é mais fácil, neste caso, começar seu enredo com o cenário já construído, ou defender, simplesmente, que houve uma mera reprodução da estrutura econômica do semiárido. Criam assim uma representação imóvel da história da região, cuja dinâmica social encontra-se sempre emperrada em virtude da razão indolente de tais autores.

A dinâmica social do semiárido, através do movimento de povoamento, esvaziamento e repovoamento das fazendas de produção, está, pois, ausente dos seus trabalhos. Sendo assim, as fazendas são representadas como se estivessem totalmente preparadas para receberem o *boom* do algodão. Era como se as unidades de produção tivessem braços suficientes para desenvolver a cotonicultura. O processo histórico de controle social dos camponeses, que é fundamental para compreender o repovoamento das fazendas, não é assinalado pelos economistas. O interesse deles está em analisar os efeitos da produção econômica no contexto local, e não os efeitos da dinâmica social na produção econômica.

Para a organização do sistema de trabalho foi encontrada uma solução local: abrir as fazendas aos moradores (também conhecidos por agregados). De fato:

Os agregados eram sustentados pelo fazendeiro que lhes fornecia comida, roupa e habitação em troca de seus serviços ou, então, faziam roças que lhes forneciam os meios de subsistência, por vezes, complementado pelo dono da fazenda.

Evidencia-se, portanto, que a relação de parceria na cotonicultura cearense decorria de relações de trabalho já estabelecidas no semi-árido nordestino. A parceria, existindo no Ceará desde o início do século XIX, teve sua prática intensificada a partir da segunda metade do mesmo século. O parceiro ou morador recebia a terra, fornecendo em troca dois ou três dias de trabalho por semana na terra do proprietário, o que representava um pagamento, pelo uso da terra, em trabalho. (LEITE, 1994, p. 64)

A descrição da parceria, sob o sistema de moradores, deu-se realmente dessa forma, mas, ao dizer que a cotonicultura cearense decorreu de relações de trabalho já estabelecidas no semiárido, Leite (1994, p. 64) cometeu um grave erro em sua análise, pois esse sistema de trabalho ainda não estava estabelecido, ele oscilava de acordo com a economia da região.

Um exemplo dessa dinâmica das unidades de produção no semiárido ocorreu na seca de 1793. A seca de 1793 foi uma das causas da decadência da indústria da carne seca no Ceará e, também, do esvaziamento das fazendas. Em 1793, os trabalhadores foram dispensados e as fazendas esvaziadas, tal como registrou Barão de Studart (2004, p. 417):

Extensa [tal seca], chegando a durar quatro anos em algumas localidades, profundamente devastadora foi em verdade a crise, que avassalou e quase aniquilou a Capitania no tempo de Féo e Torres: o gado ficou dizimado, perderam-se todas as lavouras de algodão e mandioca, as fazendas fecharam-se por fuga dos vaqueiros e dos agregados e, o que é doloroso de registrar, muitos infelizes encontraram a morte por falta de alimento.

Essa crise econômica, que resultou no fechamento das fazendas, teve início no final do século XVIII. Crises como essa foram constantes no semiárido. A cada grande seca o plantel de trabalhadores das fazendas se desfazia, para se refazer quando o ambiente reunisse as condições necessárias para a produção econômica. Portanto, o sistema de moradores não estava estabelecido. Não havia, pois, oferta de mão de obra para o cultivo do algodão, o surto algodoeiro. Em geral, as fazendas de gado não mantinham mão de obra ociosa à espera de uma nova atividade econômica.

A disponibilidade dos trabalhadores para as fazendas de produção está estritamente ligada a um processo histórico de controle social. É somente a partir desse controle que tem início o estabelecimento da submissão do homem livre às

relações de trabalho disciplinado. Dentre as estratégias utilizadas para submeter o homem livre/pobre “a principal [...] foi, segundo Pinheiro (1989/1990, p. 210), controlar seu acesso à terra”. A Lei de Terras de 1850, que limitou o acesso à terra aos homens livres, forçando-os a se empregarem nas fazendas para garantirem sua subsistência, não teve espaço no debate promovido pela história econômica. Tampouco foram lembrados os temas da mudança do *status* de moradores para moradores de condição, que condicionou o morador a trabalhar de graça para o proprietário de terras em determinados dias da semana, e da submissão do pequeno produtor ao grande proprietário, tendo o pequeno produtor que trabalhar alugado para as fazendas. É assim que momentos decisivos da dinâmica social da região semiárida são evitados pelos cronistas da história econômica do algodão.

Outro exemplo de mecanismo de controle social está na política de passaporte. A política de passaporte “foi mais um dos mecanismos que o Estado metropolitano se valeu para coagir, controlar e submeter a população livre-pobre na capitania do Ceará” (PINHEIRO, 2008, p. 310). Essa política, que nas palavras de Pinheiro (2008, p. 310), “se preocupava em controlar a entrada de estrangeiros e de pessoas oriundas de outras capitanias”, ganhou, pois, uma nova conotação no início do século XIX, isto é: “no momento em que a produção algodoeira atingiu o seu auge e população livre-pobre deveria ser incorporada como força de trabalho” (PINHEIRO, 2008, p. 310-311). O Estado tinha como objetivo combater, através de uma estrutura policial (comandantes de distrito, de ordenanças e capitães-mores) a liberdade de ação dos pobres-livres, combater, como diziam os governadores da capitania do Ceará, o ócio e a vadiagem desses homens, forçando-os a produzirem excedentes para agricultura comercial. Era-lhes exigido um passaporte para mudarem de capitania ou até mesmo de vila, se não o tivessem, eram considerados vadios, “tendo como pena imediata a prisão”. (PINHEIRO, 2008, p. 315)

Enquanto o algodão atingiu melhor preço no mercado mundial, tal legislação foi posta em prática, visando o controle dos homens pobres-livres. Em vez de o Estado metropolitano deixar os camponeses circularem livremente pela capitania, a ordem foi de controlá-los, fazer com que produzissem algodão. Essa política do passaporte demarcou, tal como afirma Pinheiro (2008, p. 312-313), um maior entrelaçamento entre Estado e proprietários de terra. Assim, se, em determinados momentos de nossa história colonial, houve conflito de interesses entre Estado e proprietários de terra, a política de passaporte representou, ao

contrário disso, identidade de interesses entre eles (PINHEIRO, 2008, p. 312-313). Nesse sentido, Estado e proprietários de terra deixaram o conflito de interesses de lado, para poderem lucrar com o algodão¹⁰.

No governo de Manoel Ignácio de Sampaio (1812-1820), o controle social da população se tornou mais rigoroso, tendo como objetivo principal o “combate à vadiagem”. O corpo policial assim foi orientado para impedir a circulação de vadios e desenvolver a agricultura, “persuadir a população a cultivar roçados” (PINHEIRO, 2008, p. 322). E, ao refletir sobre o crescimento da exportação de algodão, Pinheiro (2008, p. 318-319) deixa a entender que a política de passaporte foi bem-sucedida, pois tal crescimento ocorreu sem aumento significativo da população escrava e sem inovações tecnológicas.

Todavia, os economistas mencionados não discutem sobre a política de passaporte, ou controle dos homens pobres e livres¹¹. Tampouco dizem algo sobre a intervenção estatal no começo do século XX, via Inspetoria das Secas, que, na emergência da seca, ou, até mesmo durante as estiagens, empregou os trabalhadores rurais na construção dos açudes públicos, evitando, de certo modo, o êxodo dessa população e o esvaziamento completo das fazendas de produção. Tudo isto vai permitir a estabilidade da produção algodoeira. Sem tais controles, dificilmente a cotonicultura no Ceará teria alcançado os níveis de produção que alcançou, colocando esta província no topo da produção nacional.

O alinhamento do setor de subsistência com o setor da agricultura comercial, promovido pelo sistema de moradores, também foi decisivo para o desenvolvimento da cotonicultura. Mas para Takeya (1985) e demais historiadores do econômico isso significa uma questão irrelevante, que, nessa história, não deve ser levado em consideração. Desta forma, em suas narrativas, os proprietários de terra não enfrentaram o problema da mão de obra, porque os trabalhadores já

¹⁰ É interessante notar o pragmatismo da política portuguesa do período em estimular mercados alternativos de mão de obra para o cultivo do algodão. Como salienta Palacios (2004, p. 132-133) em relação à província de Pernambuco: “Somente com a incorporação à economia agrária formal da única da força de trabalho ‘alternativa’ existente, a de base camponesa, seria possível nesse momento ocupar parcialmente os espaços deixados no mercado mundial pelos produtores tradicionais de algodão”.

¹¹ Dos diversos mecanismos criados para controlar a mão de obra dos homens pobres livres, destacamos apenas a política de passaporte. Assim, em vez de detalharmos as especificidades de mecanismos, como os bandos, a Companhia de Trabalhadores de 1858 e o projeto Alencar Araripe, ressaltamos apenas o que tais mecanismos têm em comum com a política de passaporte, isto é: “uso da coerção para submeter a população livre-pobre ao trabalho regular e disciplinado”. (PINHEIRO, 1990)

estavam prontos para cultivarem o algodão nas terras da fazenda. Assim, basta citar Teófilo e sua “febre da ambição” para evitar a discussão sobre a incorporação da mão de obra nas fazendas. Se não havia moradores nas fazendas, foi essa “enfermidade” que levava os camponeses, tal como soldados, para as fazendas “lavram o ouro branco”, apagando assim da história do algodão a dinâmica social do semiárido.

Como a pecuária absorvia pouca mão de obra, o binômio gado-algodão deu mais oportunidades aos camponeses do semiárido. Enquanto a indústria pastoril foi praticamente a única atividade econômica das fazendas do semiárido, a mão de obra ocupada foi mínima, concentrada na figura do vaqueiro, e a terra só serviu ao gado. Com o binômio gado-algodão, as fazendas passaram a absorver maior número de braços e a terra foi dividida para o trabalhador sem-terra plantar sua roça. Isto, no entanto, sem modificar o contexto de opressão em que viviam os camponeses.

Vimos que esse momento de transição, do exclusivismo da indústria pastoril ao binômio gado-algodão, é pouco estudado. Os especialistas têm se dedicado mais aos processos exógenos, esquecendo, pois, dos processos endógenos, da parceria, do sistema de moradores, das relações pré-capitalistas, ou seja, das particularidades da história socioeconômica do semiárido. Matéria esta mais interessante para os historiadores do social.

2.5 A questão da mobilidade social dos lavradores

O algodão ficou conhecido na literatura como a cultura do pobre, ou “cultura democrática”. Cultura do pobre porque todo o processo produtivo estava, como indica Albano (1918, p. 33), nas mãos do “sertanejo pobre e ignorante, que para esta lavoura não precisa de capitães avultados e a ella se entrega, observando [...] as regras empíricas adoptadas pelos indígenas”. Além disso, esta lavoura podia ser associada às lavouras de provisionamento. Nesse sentido, Manoel Correia de Andrade (2011, p. 106) chama o cultivo de algodão de “cultura fácil, barata, democrática, [que] deixava-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor [...]”. Cultura esta que, devido ao seu curto ciclo vegetativo, exigia poucas limpas, além de não ocupar braços durante todo o ano.

Além disso, o algodão, a lavoura do pobre, também possibilitou ascensão social ao sertanejo pobre. É, nesse sentido, que Andrade (2011, p.106), ao analisar a segunda metade do século XIX, afirma: “Muitos moradores pobres [...] enriqueceram cultivando algodão e ascenderam socialmente; foram os chamados os ‘brancos do algodão’”. Assim, o algodão permitiu que os moradores saíssem da condição de sem terra para a de proprietário. Sem o algodão dificilmente haveria a possibilidade de eles ascenderem socialmente.

Não obstante, a economia do algodão não foi responsável pelo fim da miséria e da dependência dos sertanejos: neste sentido, foram poucos os moradores que puderam enriquecer. Mas, no entanto, não se pode negar tal fato: o algodão foi sim um elemento de riqueza que gerou renda, pois, dependendo da produção, os moradores podiam até se livrar das relações de moradia. Contudo, para os economistas que se debruçam sobre a economia do algodão, a possibilidade de haver mobilidade social dos moradores era nula. Em suas análises, eles não dão brecha para uma pequena mas existente mobilidade social proporcionada pelo cultivo da malvacea e, deste modo, não compreendem por que tal cultura foi definida como democrática, ou, em outras palavras, cultura de pobre.

Ao falar sobre a parceria na cotonicultura, Leite (1994, p. 15) diz que a reprodução de uma estrutura arcaica de produção provocava, além da dependência do parceiro para com o proprietário de terra, distribuição de renda injusta, concentração da riqueza gerada e perpetuação da pobreza dos sertanejos. Em seu discurso, essa estrutura era incapaz de produzir os “brancos do algodão”. Takeya (1985, p. 69), por sua vez, também ressalta somente a exploração que sofria o morador, através do regime de parceria, no qual os proprietários de terra expropriavam, “de forma dissimulada”, parte do produto do trabalho dos moradores. Segundo Takeya (1985), a atmosfera de intimidade causada pelo sistema de moradores gerava confiança e, desta forma, a exploração do trabalho foi “naturalizada” pelos moradores, pois o fazendeiro era o dono “legítimo” da terra.

Concordamos com as autoras, pois a opressão paternalista e a exploração capitalista, que agem de forma conjunta no regime de parceria, manifestam-se, como assinala Sabourin (2011), de modo mais opressor do que um desses regimes isolados. Todavia, a evidência de que houve certa mobilidade social provocada pela economia do algodão não pode ser tratada com indiferença. A possibilidade real de sair da condição de morador e se tornar proprietário, ou, até

mesmo deixar de morar nas terras da fazenda para residir em sua própria casa, é um dado deveras valioso. Para quem conhece as relações de morada, essa possibilidade, sendo efetivada, se traduz, no espaço do semiárido, em uma transformação social que não deve ser desprezada.

Assim sendo, Leite e Takeya não percebem as mudanças causadas por essa conjuntura no espaço do sertão. Ao contrário disso, elas só reconhecem nesse espaço uma estrutura arcaica de produção, que se encontra já pronta e praticamente imóvel. O que falta em seus estudos é compreender que essa estrutura arcaica de produção é dinâmica, tem suas particularidades e se consolida com o desenvolvimento da cultura do algodão.

3 NO SEMIÁRIDO: DA CIVILIZAÇÃO DO COURO À CIVILIZAÇÃO AGRÍCOLA

O semiárido brasileiro concentra mais de 36 milhões de pessoas; por isso, é considerada a região semiárida mais populosa do mundo (DANTAS; SILVA, 2010, p. 260). Em virtude dessa qualidade, pode-se pensar que a questão da fixação da população nessa região trata-se de um falso problema. Mas, ao contrário disso, tal problema é incontestável, e, se atualmente o Estado brasileiro e parte da sociedade civil comemoram o fato de o Brasil possuir a região semiárida mais populosa do mundo, isto se deve a um conjunto de políticas públicas e controle social efetivados na região. Estes fatores contribuíram mais para a fixação do sertanejo no semiárido que sua “capacidade de ajuste” na região, como salientam Dantas e Silva (2010, p. 260), que fazem do sertanejo um “personagem especial”, forte, tal como o descreve Euclides da Cunha. Porém, essa concentração de pessoas não significa que tal problema social tenha sido resolvido. A persistência da migração que parte do semiárido nordestino com destino ao estado de São Paulo demonstra a existência do problema da fixação da população sertaneja.

Com a produção algodoeira nas fazendas do semiárido, pode-se afirmar que houve, de certo modo, maior estabilidade populacional, especialmente das famílias rurais (moradoras) das fazendas. O algodão foi então responsável por gerar emprego e renda para os trabalhadores rurais, diminuindo, mas não encerrando, com os deslocamentos da população no semiárido. A lavoura do algodão se manifestou como fator de ação dinamizadora, tornando-se elemento fixador da população do sertão, pois “o grande fazendeiro criador de gado mantém na propriedade os parceiros que plantam o algodão” (SILVA, 1989, p. 84). As fazendas de produção foram assim se repovoando e a economia gerada pelo algodão foi mantendo essa população ocupada nas unidades de produção, onde, além de cultivar a malvácea, ela garantiu suas lavouras de aprovisionamento. Portanto, a economia do algodão se transformou em motor do repovoamento das fazendas: tanto que, quando a economia algodoeira começou a decair no final da década de 70 e começo da década de 80, a migração do campo para as grandes cidades, que já era significativa na década de 60, ganhara forte impulso, tendo como uma das consequências dessa crise econômica o esvaziamento das fazendas.

Essa estabilidade da população não teve como base somente a economia algodoeira, mas também a intervenção federal, por intermédio das obras contra as

secas e de incentivos fiscais através de agências como Serviço do Algodão e Banco do Nordeste. Tendo apenas o trabalho nas obras contra as secas como socorro público, os trabalhadores sem-terra transitaram entre as fazendas e as obras contra as secas, deslocando-se de forma mais restrita pelo semiárido. Inaugurou-se, então, o binômio obras contra as secas-algodão, que se tornou eficaz no controle da população camponesa.

Para isso acontecer, foi preciso que pensadores da realidade sertaneja, tais como Miguel Arrojado Lisboa, Aarão Reis, José Américo de Almeida, Thomaz Pompeu Sobrinho e José Ayres de Souza conseguissem incluir a problemática da seca na agenda do Estado nacional, contribuindo então para organizar uma intervenção federal, de caráter permanente, por meio da Inspetoria das Secas, com o objetivo principal de combater a seca, ou, pelo menos, seus efeitos mais imediatos.

As oligarquias do Nordeste, entretanto, tiraram proveito de tal pensamento e projetos de intervenção destinados ao aproveitamento econômico das caatingas para enriquecerem e equiparem as fazendas dos amigos, familiares e correligionários. Esta captura pelas oligarquias do Nordeste não foi obstáculo à estabilidade da população, ao reproduzir um contexto sócio histórico de dominação para com os lavradores pobres. Ao contrário disso, tais oligarquias precisavam dos seus currais eleitorais para continuarem no poder, desviando as verbas públicas destinadas à construção de açudes e barragens para seus cofres particulares. Assim, em vez de seguirem os projetos desenvolvidos por esses pensadores, que visavam criar oportunidades econômicas para os lavradores pobres, elas preferiram reproduzir uma estrutura social excludente e opressora, buscando a todo custo controlar o êxodo das populações rurais em momentos de crise hídrica e de fome generalizada.

E, nesse sentido, esses pensadores ficaram se debatendo no interior da Inspetoria de Secas à espera de um orçamento adequado que pudesse dar celeridade às obras contra as secas e, por consequência, maior estabilidade à população do semiárido. Foi, nesse sentido, que o engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho se destacou como um dos técnicos da Inspetoria que mais se dedicara a estudar a questão da fixação da população no Nordeste. A cada artigo e livro publicados ele criticava a administração pública, sobretudo por causa de sua intervenção lenta e falta de orientação adequada.

3.1 O semiárido como “zona de concentração activa”

Quando chefe do 1º distrito da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), Thomaz Pompeu Sobrinho escreve na *Revista Encyclopedica do Instituto Polytechnico do Ceará* sobre a fixação do homem no Nordeste, afirmando que a administração pública não podia descurar da emigração, ao assistir o emigrado, e nem muito menos deixar de protegê-lo “contra as numerosas causas de adversidade que o assaltam” (SOBRINHO, 1925). Neste sentido, Sobrinho denuncia, através dos seus escritos, as desigualdades regionais, uma vez que o Estado deveria valorizar o algodão, como valorizava o café, às custas de enormes sacrifícios da nação (ver a série de artigos *Algodão*, do jornal *Correio do Ceará*, entre 13 e 16 de dezembro de 1915). Ou, resumidamente, o Estado não poderia descurar do problema das secas. Portanto, ele tenta convencer o governo federal da importância do auxílio da União no combate efetivo das secas do Nordeste, ao valorizar, por exemplo, a cotonicultura na região.

Na *Revista do Instituto Polytechnico*, Sobrinho (1925) define a região Nordeste como terra de sol e de “irregular humidade”; era, pois, uma terra fértil, “muito fértil mesmo”, mas “sujeita a uma pluviosidade variável, ora excessiva, ora deficiente”. Assim, este meio cósmico influenciou de forma decisiva a fixação da população.

Juntamente com o que Sobrinho chama de “leis complexas”, as condições geológicas determinavam a distribuição da espécie humana na superfície do globo. Em razão de tais condições, Sobrinho (1925), influenciado pelo geógrafo Vidal de La Blanche, diz que dois terços da massa humana ocupavam apenas um sétimo da superfície total do globo. Assim, enormes extensões de terra e de grandes possibilidades econômicas estavam sendo desperdiçadas, como, por exemplo, as bacias do Amazonas e do Paraguai. Segundo Sobrinho, isso acontece porque “o homem não se pode deslocar à vontade desta para aquela região, sem graves prejuízos para a sua existência”. E, deste modo, ele conclui: “Cada povo tem sua ‘zona ótima’ de expansão” (SOBRINHO, 1925, grifo do autor).

Sobrinho também, seguindo as classificações da “anthropogeographia”, distingue dois tipos de concentração da espécie humana, que estão intimamente ligadas às condições mesológicas da região. São elas: “zonas de concentração

activa” e “zonas de concentração passiva”. O Nordeste se constitui como “zonas de concentração activa”.

De acordo com Sobrinho (1925), as “zonas de concentração activa” são zonas:

[...] onde o esforço para viver é grande, embora profícuo; onde o homem constantemente precisa corrigir as condições geraes do meio, a fixação já não tem o mesmo caracter de estabilidade. As populações laboriosas dessas regiões, focos de radiação humana, são mais inteligentes e mais adaptáveis a outros meios. Constituem zonas de concentração activa¹².

Apesar da “fertilidade de seus campos agriculturáveis” e de sua “alta insolação”, o Nordeste se configura como terra de “concentração activa”. O grande esforço despendido para viver na região decorre especialmente da falta de regularidade das precipitações. Sendo assim, “o homem, constantemente, terá de corrigir este defeito grave para garantir o seu alimento, a sua subsistência”. (SOBRINHO, 1925)

Como “zona de concentração activa”, o Nordeste seria “grande productor de gente”, porém a região não teria “qualidades para uma forte fixação”. O Ceará, por exemplo, é uma terra de sol, mas, no entanto, não possui umidade permanente ou regularmente distribuída. Sendo assim, sua população só pode contar, quando muito, com uma safra anual, pois, nos anos de seca calamitosa, “as colheitas são nulas” (SOBRINHO, 1925). Para habitar um ambiente com tais condições naturais o homem deve se esforçar bastante para corrigi-las. Com tais condições naturais, o Ceará é excelente “productor de gente”, mas não pode ser um fixador.

Isso também acontece nos demais estados que fazem parte do semiárido. Esta região com deficiência de umidade, alta temperatura, vegetação xerófitas, solo raso e irregularidades climáticas se caracteriza por ser produtora de gente mas não fixadora. O aspecto não fixador da região torna-se ainda mais visível quando sobrevêm as secas. A irregularidade de chuvas provoca a falta de colheitas e, por consequência, a miséria, a fome, a morte por inanição dos rebanhos e às vezes do próprio homem, demonstrando que a “lucta pela vida é então feroz e exige esforços sobre-humanos, energias desmedidas, vigor, espírito de organização e de ordem, disciplina etc”. (SOBRINHO, 1925)

¹² Já as zonas de concentração passiva: “Nas terras de agua e sol o esforço do homem, para assegurar a vida, limita-se a um mínimo relativo. Nessas regiões o phenomeno social da fixação humana tem um caracter de permanência extraordinária. São as zonas de concentração passiva”. (SOBRINHO, 1925)

Sendo assim, esse regime se manifestou como uma escola física e moral para os sertanejos. Os sertanejos tornaram-se corajosos, arrojados, resistentes, sóbrios e enérgicos, como mostraram seus esforços para salvar as lavouras e animais nas grandes estiagens e para colonizar a bacia do Amazonas. Como habitavam uma “zona de concentração ativa”, eles deviam, sobretudo nas estiagens, migrar para garantir seus meios de sobrevivência, como aconteceu com a migração de milhares de nordestinos para o Norte (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão). Segundo Sobrinho (1925), tal migração ocorreu porque “[o] pastoreio e as secas não podem, pois, fixar o homem á terra senão com raízes de pouca profundidade”. Foi preciso, destarte, incentivar novos elementos de geração de riqueza para aprofundar ainda mais essas raízes no sertão semiárido.

Apesar de concluir que não é possível impedir a emigração dos nordestinos, Sobrinho defende que essa situação poderia ser atenuada se a administração pública tomasse certas providências, especialmente no sentido de combater o flagelo das secas. A primeira destas providências seria a construção de grandes barragens nos vales do Jaguaribe, Acaraú e Curu. A segunda seria regular a migração, garantir os direitos dos emigrantes, facilitar o retorno deles, assistindo-os e protegendo-os. Portanto, era indispensável a intervenção do Estado na região. Esta intervenção já se fazia, por intermédio da Inspetoria das Secas, porém, para Sobrinho (1925), era muito recente e a forma como o Estado tratava esse órgão devia ser criticada, principalmente por falta de verbas para a construção das obras contra as secas.

Na extensa obra de Sobrinho (1949), encontra-se, além dessas providências, o que ele chama de “arma poderosíssima contra as secas”, qual seja: o algodão. Assim, o algodão era um fator de riqueza, que, se tivesse sua produção orientada com métodos agrônômicos, poderia dinamizar a economia da região semiárida, ao empregar um número avultado de braços para a lavoura. Como o algodão era uma planta própria do clima semiárido, mesmo durante as grandes estiagens, haveria produção e, desta forma, os fazendeiros não precisavam dispensar os moradores, diminuindo então o deslocamento da população do interior.

3.2 O algodão na luta contra as secas

A economia gerada pelo algodão foi responsável por modificar as estruturas econômicas e sociais do semiárido. Socialmente, esse fator de riqueza representa um importante elemento de fixação que não tem sido devidamente explorado, principalmente pela ciência econômica. Agora não se pode isolá-lo simplesmente, pois sua eficiência em elevar o grau de fixação da região deriva do fato de que se deve associá-lo à intervenção federal, cujas frentes de trabalho serviram de refúgio para os lavradores pobres nas secas calamitosas. Terminada a estiagem, eles voltavam às fazendas para continuarem a produzir o algodão. Isto, porém, não quer diminuir a importância do papel do algodão na questão da fixação da população do semiárido, visto que essa intervenção tinha como objetivo manter os plantadores nas unidades produtivas do semiárido.

Sobrinho sabia que o algodão era relevante para a estabilidade dessa população: tanto que ele indica a cultura do algodão como uma “poderosa arma contra as secas”. Em razão disso, Sobrinho (1920, p. 14-15) tece críticas à administração pública, que apostava somente na construção das obras contra as secas como único meio eficiente de luta contra as secas:

Lutar contra as sêcas, temos repetido algumas vezes, não é sómente construir grandes açudes, grandes canais de irrigação. Devemos empenhar-nos vivamente por obter essas construções; mas, antes de o conseguirmos, temos muito que fazer, dentro de uma esfera menor de ação.

Urge impulsionar o desenvolvimento de outros fatores da riqueza que podem ser até certo limite, independentemente dos benefícios da irrigação. A criação de gados, a cultura do fumo, do algodão e de outras plantas têxteis dos climas áridos poderão ser feitas com êxito, mesmo nas condições atuais, isto é, sem o auxílio das grandes obras e a despeito das sêcas.

Lutar contra as sêcas é, em última análise, assegurar às indústrias agropecuárias, nesta região árida ou semi-árida, de precipitações tão irregulares, os meios seguros, uniformes e práticos de se desenvolverem com relativa rapidez, em extensão e qualidade, independentemente de todos os fatores que atualmente as tornam arriscadas e aleatórias.

De acordo com Sobrinho, o governo federal deveria, antes das obras faraônicas de açudagem, impulsionar as indústrias agropecuárias. Incentivar, portanto, a criação de gado, a cultura do fumo e a do algodão. Neste sentido, a intervenção do governo era imprescindível, mas devia ser bem orientada, aliando a

grande açudagem aos canais de irrigação e priorizando as atividades econômicas da região, especialmente as mais adaptadas à aridez do clima.

Sobrinho, assim, deu atenção especial ao algodão. Em seu artigo *O algodão e as sêcas*, escrito para o *Almanaque do Ceará*, de 1949, ele teve a oportunidade de publicar “dados curiosos e interessantíssimos” sobre a cotonicultura, que, no seu entender, deviam ser conhecidos, porque comprovam que tal cultura poderia ser um meio valioso, menos custoso, “de combate aos flagelos multiformes das sêcas”. (SOBRINHO, 1949, p. 67)

Todavia, para Sobrinho, não era qualquer espécie de algodão que devia ser cultivado. Para ele (1949, p. 68) era o algodão mocó, “planta verdadeira providencial, nativa ou secularmente aclimada, de alto valor industrial e capaz de frutificar e dar excelentes produtos [...]”, que deveria ser largamente cultivada no Nordeste. Principalmente, porque, o algodão mocó era resistente às secas mais rigorosas¹³.

No Ceará, a agricultura respondia com a quota de 90% da exportação, sendo que dos artigos que mais contribuía para o equilíbrio financeiro do estado e para a economia geral era o algodão. Só por essa circunstância, conforme Sobrinho (1949, p. 68), o algodão merecia o mais extremado cuidado por parte da administração pública “no sentido do seu desenvolvimento e do seu melhoramento”.

Para ser ter ideia disso, nos anos 20 o algodão chegou a concorrer com 83% da exportação dos produtos agrícolas cearenses. No ano de 1923, a receita pública do estado do Ceará foi de 15.589 contos de réis, sendo que o algodão participou com 6.290 contos de direitos pagos, ou com 40% dessa renda considerável do Estado. A maior produção se deu em 1924, com 28 milhões de quilos de pluma. Em 1932, porém, a safra atingiu somente a marca de 2,6 milhões de quilos de pluma. Isso foi devido à seca de 1932 (SOBRINHO, 1949, p. 68). Apesar dessa queda de produção, Sobrinho afirma que o algodão pode sim, de forma eficaz, combater à seca:

A razão deste decréscimo enorme se deve imputar á seca. Entretanto, a lavoura do algodão pode lutar vitoriosamente contra qualquer sêca e até tornar-se, nesses anos de misérias e de desorganização econômica, um

¹³ Ao falar das espécies arbóreas, cultivadas somente no “Norte do país” porque no Sul só se plantava as espécies herbáceas, Benjamin Hunnicutt (1936, p. 56) descreve deste modo o tipo mocó: “Mocó ou Seridó, de porte arbóreo, com cyclo vegetativo perene, fibras longas macias, de fácil remoção, medindo de 34 até 50 milímetros de comprimento. Muitos technicos atribuem a sua proveniência de variedades egypcias (*Gossypium Vitifolium*, de Lamork)”.

excelente e eficaz baluarte de resistência ao flagelo, como resulta das observações e experiências que temos feito. (SOBRINHO, 1949, p. 68-69)

Foi, através do seu campo de algodão mocó, plantado com semente importada do Seridó, que Sobrinho comprovou a resistência do algodão ao fenômeno da seca. Nesse campo, mesmo com a longa estiagem de 1932, ele conseguiu produzir 75% do melhor ano (1924), ou seja, 402 arrobas. Comparando o desempenho do seu campo particular com o que estado produziu em 1932, ele assinalou que a produção a nível estadual alcançou apenas 10% da safra de 1924. E, assim, concluiu dizendo que “a influência da sêca na cultura dos nossos algodoads era terrivelmente depressiva”.

Para Sobrinho tal resultado tem uma razão prática, qual seja: a introdução de sementes exóticas do tipo herbáceo e de curto ciclo vegetativo. Foi, por intermédio da iniciativa dos governantes da região, tal como Almeida Rego, que houve a introdução de sementes americanas com o intuito de melhorar a lavoura do algodão. Com o tempo, o algodão do tipo herbáceo se espalhou pelo sertão, desbancando quase que totalmente o algodão mocó, de melhor fibra, e maior resistente às secas. Segundo Sobrinho (1949, p. 69), essa “inconveniente” substituição logo se fez refletir nos mercados, rebaixando os preços do algodão do Nordeste. Assim, no começo do século XIX, o algodão do Ceará, que chegou a ser 31% mais valorizado que o americano, teve, no final deste século, rebaixado seu valor a níveis inferiores ao do seu concorrente.

Apesar disso, o engenheiro da Inspetoria mostrou que compreendia a adesão dos agricultores às sementes do tipo herbáceo:

O algodoeiro Mocó (*G. Vitifolium*), que sempre existiu nos mais áridos sertões nordestinos, não podia despertar a atenção dos agricultores, não sómente pelo fraco rendimento da sua cultura comparado com o que ofereciam as espécies e variedades exóticas, como por causa das dificuldades que apanha dos capulhos apresentava. Sendo arbórea a espécie da planta cresce extraordinariamente, tornando penosa, difícil e demorada a colheita. (SOBRINHO, 1949, p. 69-70)

A maior produção de algodão herbáceo e seu manejo simples levaram os agricultores a darem preferência a essa espécie. O algodão mocó foi assim desprezado pelos produtores que desejavam produzir mais em menos tempo.

Esse desprezo durou bastante tempo: Sobrinho recorda que se passaram muitos anos para que o mocó voltasse ao campo de forma satisfatória. Isto aconteceu graças aos produtores dos sertões paraibanos e do Rio Grande do Norte,

que, diante da impossibilidade de manter a cultura dos tipos herbáceos nos solos agrestes, visto que tal cultura resistia mal às pragas e às crises climáticas, fizeram a opção pela espécie mocó, mais resistente às secas e às pragas, logo que aprenderam os processos mais rápidos de sua cultura. Além disso, havia a vantagem dos produtos do algodão mocó serem melhores cotados no mercado. Assim, nas palavras de Sobrinho (1949, p. 70): “Estas propriedades do algodão mocó compensam largamente o menor rendimento”. E, à medida que as zonas mais rigorosamente áridas foram progredindo com o mocó, a cultura foi se propagando e “já ocupa vultosos tratos de terreno nos estados nordestinos”. (SOBRINHO, 1949, p. 70)

Sobrinho, assim, defendeu o mocó como a variedade recomendável para se cultivar no semiárido. Conforme ele, o campo de mocó que cultivou em sua propriedade no município de Quixadá provou isso. Da mesma forma que ele conseguiu, “mediante um pouco mais de cuidados culturais que estão ao alcance de qualquer agricultor nordestino”, a façanha de produzir 75% da melhor safra dos anos 20, os agricultores do estado também poderiam ter alcançado esse percentual na seca de 1932 se tivessem tido os mesmos cuidados culturais, sendo o mais importante deles: cultivar os campos com o algodão mocó:

De certo, se entre nós preponderasse a cultura do algodão vitifolio, a safra de 1932 teria sido muito maior. Se apenas cultivássemos êste algodão, malgrado mesmo os processos rotineiros da agricultura cearense, deveríamos ter tido uma safra, no mínimo, igual a 60% da de 1924. Na nossa lavoura própria, extensiva, foi esta a percentagem verificada. (SOBRINHO, 1949, p. 70, grifo do autor)

Desse modo, se tais condições tivessem sido atendidas, em vez de 3 milhões, a produção teria sido de 16 milhões de quilos de pluma. O valor arrecadado teria sido de 66 mil contos de réis, valor este superior aos 62 mil contos de réis que a Inspeção de Secas dispendeu no Ceará durante o ano calamitoso de 1932. (SOBRINHO, 1970, p. 70)

Se, em vez de 60%, a safra de 32 tivesse alcançado a cifra de 75% do que foi produzido em 1924, tal como ele conseguiu em seu campo experimental, o volume teria sido de mais de 19 milhões de quilogramas de pluma, o que iria importar em mais de 97 mil contos de réis para o estado. Este valor arrecado seria superior aos 81 mil contos de réis que a Inspeção de Secas e a Rede de Viação Cearense despenderam no combate à seca. (SOBRINHO, 1949, p. 70)

Ao analisar a questão do número de braços empregados pela lavoura algodoeira, Sobrinho assegura então que se, em 1932, o cultivo fosse de algodão mocó, e não de variedades do tipo herbáceo, um número considerável de trabalhadores rurais continuariam empregados no campo:

Cumpra observar que semelhante produção teria requerido um considerado trabalho de cultura. Efetivamente, 19.700,000 quilogramas de pluma correspondem ao cultivo de cerca de 100.000 hectares que exigem aproximadamente o trabalho de 50.000 operários. (SOBRINHO, 1949, p. 70)

Desse modo, Sobrinho parte da hipótese de que, com o algodão mocó, a produção teria sido superior a 19 milhões de quilos de pluma, e que, para tanto, seria necessário o cultivo de 100 mil hectares, que necessitariam de cerca de 50 mil operários. E, ao empregar 50 mil trabalhadores rurais na seca de 32, a lavoura do algodão protegeria contra a fome 225 mil pessoas. (SOBRINHO, 1949, p. 70)

Esse número corresponderia à metade das 410 mil pessoas que foram socorridas pelos trabalhos públicos no Ceará, durante o flagelo de 1932, diminuindo assim as mortes e os tumultos que foram registrados nesse ano de seca:

Conseqüentemente, se cultivássemos normalmente algodão mocó, mesmo com técnica rudimentar, mais da metade das pessoas que procuraram os serviços do governo teria ficado nos seus lares, a salvo das moléstias que dizimaram os acampamentos e campos de concentração, apesar dos desvelos da administração. (SOBRINHO, 1949, p. 70-71)

Como o algodão mocó resistia às longas estiagens, os trabalhadores rurais, os moradores, ou até mesmo os pequenos produtores, continuariam ocupados na seca de 32, ou seja, disporem de sua principal fonte de renda. As fazendas manteriam seus moradores, diminuindo assim o êxodo rural e os tumultos nas estradas e cidades. O governo federal não precisaria organizar socorros públicos, campos de concentração e frentes de trabalho para, em média, meio milhão de pessoas, que eram atingidas diretamente pelas estiagens (sobre os campos de concentração na seca de 1932, Rios, 2001). Este seria, portanto, o quadro se a espécie de algodão mocó fosse hegemônica no semiárido.

Sobrinho assinala, com efeito, que sua análise está focando apenas em um único produto do algodão, a pluma. Se ele fosse, por exemplo, considerar o caroço de algodão e seus derivados, o resultado seria ainda mais promissor. De uma produção de 19 milhões de quilos de pluma, 39 milhões de quilos de caroço seriam obtidos, e, assim, haveria recursos notáveis para a criação de gado,

proventos da exportação do óleo e um “campo vasto de trabalho”. Neste sentido, Sobrinho (1949, p. 71) registra em seu artigo a função desempenhada pelo algodão, mais precisamente, pelo algodão mocó:

Fica assim suficientemente expresso que, a cultura em larga escala do algodão mocó, notável pela resistência da planta às sêcas mais rigorosas e pelas qualidades estimáveis das suas fibras, constitui valiosíssima contribuição na luta contra as sêcas nordestinas.

Do cultivo de algodão mocó, portanto, proveu estabilidade econômica e social. Por isso, era preciso substituir no sertão a atual cultura de algodão herbáceo pela de algodão mocó e, ainda, melhorar esta cultura, tornando-a mais eficiente e de acordo com a capacidade geofísica da região. Para os produtores não havia o que temer, pois a árvore do algodão mocó era um elemento de resistência à seca e produzia razoavelmente bem pelo menos por dez anos, ou seja, aproveitava melhor as chuvas, sem precisar de uma operação anual. E, além disso, o algodão mocó dava a segurança de uma safra mais ou menos farta, de resultados apreciáveis. (SOBRINHO, 1949, p. 72-73)

O algodão se tornou então o grande motor econômico da região. Em 1934, o Ceará já tinha produzido o dobro do ano seco de 1932 (LEITÃO, 1934, p.258)¹⁴. Através do algodão a região Nordeste poderá pleitear a organização do Banco do Nordeste e assim os municípios do semiárido vão se desenvolvendo¹⁵. Como dizem Dantas e Silva (2010, p. 271) sobre o algodão no Ceará: “[...] é notória sua influência na estruturação [...] dos núcleos urbanos sertanejos [...]”. Ele foi assim o elo de ligação entre sertão e litoral, dinamizando esses dois espaços. Como dinamizou a cidade de Fortaleza, que, dentre as capitais nordestinas, foi a que mais se beneficiou com o comércio do algodão. Devido à agricultura comercial do algodão, Fortaleza se consolidou como principal porto de escoamento da produção,

¹⁴ Como bem lembra Roberto de Azevedo (1982, p. 31): “[...] entre 1871 et 1944, le taux moyen de croissance annuelle du coton au Ceará a été de 10,2% , ce produit étant considéré encore comme le plus important support social et économique, parce qu’il constituait, à côté des cultures de subsistance la plus importante source génératrice de revenu, surtout pour la petite classe de producteurs, et de devises de par ses exportations”.

¹⁵ Após a Reunião Algodoeira do Nordeste, o ministro da Economia, Horácio Lafer, que pôde acompanhar toda a reunião e ver os efeitos da seca de 1951 na produção algodoeira, encaminhou ao presidente da República, Getúlio Vargas, exposição de motivos que irá fundamentar a lei 1.649, que criará o Banco do Nordeste do Brasil, justamente para financiamento das safras agrícolas, obras de irrigação, aquisição de maquinário agrícola, construção de silos, exploração de plantas econômicas adaptadas à região semiárida etc. Ao defenderem, com unhas e dentes, que o Ceará era o estado que mais sofria com as secas, as oligarquias do Ceará conseguiram trazer a sede do Banco do Nordeste para a cidade de Fortaleza.

tornando-se capital do Ceará, palco dos primeiros estabelecimentos industriais, encerrando com a hegemonia da cidade de Aracati¹⁶.

Todavia, como já dissemos, não se pode crer que a fixação da população sertaneja se deve somente ao algodão. Além do binômio gado-algodão, o algodão participou de outro binômio que foi vital para um maior controle da população, qual seja: o binômio “obras contra as secas-algodão”.

O Estado passou então a intervir na região semiárida, de forma mais regular, com frentes de trabalho e frentes de emergência para ocupar os trabalhadores rurais, especialmente durante as estiagens. Como diz Francisco de Oliveira (1993, p. 53): “O Estado foi capturado por esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário, e mais do que isso, num mecanismo de reforço, o Estado era esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário”. Exigindo dos sertanejos o trabalho em obras do governo, para não ferir a ordem liberal, o Estado lhes pagava uma mísera diária, com o objetivo claro de mantê-los sob controle, garantindo assim mão de obra para as fazendas e votos para os coronéis. Modificando, portanto, a frase de Sobrinho, podemos dizer que o algodão e as obras públicas contra as secas tornaram-se uma “arma poderosíssima contra as secas”.

3.3 O binômio “obras contra as secas-algodão”

No final do século XIX e começo do século XX, a procura pelo algodão do semiárido tanto no mercado interno quanto no mercado externo superou as expectativas dos mais entusiastas, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em razão disso, foi preciso mão de obra para alavancar a produção algodoeira, mas, no entanto, houve dois entraves que impediram a oferta de mão de obra, dando impulso as migrações: o primeiro, o chamariz da Amazônia, com o *boom* da borracha, que atraiu milhares de sertanejos para a floresta; e o segundo, a seca, que desorganizava a economia do sertão, provocando forte êxodo rural. Foi preciso, portanto, que as elites rurais criassem algum mecanismo institucional para controlar os trabalhadores rurais, sem, obviamente, perderem os privilégios de sua classe. Ao contrário disso, a intenção de tais elites foi

¹⁶ Sobre a transformação da vila de Fortaleza em capital do Ceará, com ênfase no comércio do algodão, ver Lemenhe (1991).

multiplicar seus privilégios e controlar essa massa rural que estava sempre em movimento.

No século XIX, o mecanismo de controle utilizado foi o passaporte (ver a discussão sobre o passaporte no primeiro capítulo). Com a força das correntes migratórias que partiram do semiárido foi preciso um mecanismo ainda mais eficiente. Foi assim que as elites do Nordeste, ao capturarem o Estado, criaram a Inspetoria de Secas, em 1909. Inspetoria, que, em 1919, no governo de Epitácio Pessoa, tornou-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, em 1945, evoluiu para departamento federal (DNOCS), tal como o conhecemos hoje.

Apesar de buscar resolver o problema da seca através de uma intervenção científica, a Inspetoria, sob o controle das oligarquias do Norte semiárido, teve a clara intenção de impedir, a curto prazo, o êxodo rural, de manter essa população no interior, desviando-se de suas funções e transformando os socorros públicos em trabalho nas obras contra as secas, e não em passagens de navio para atender as fazendas de café do Sudeste, como aconteceu na presidência Campos Sales (ver Frota, 1985). A política, portanto, se sobrepunha à ação científica. E a ordem era ocupar a multidão de retirantes nas obras públicas, para que, após a estiagem, pudessem voltar para suas casas que eles tinham levantado nas fazendas de produção.

Na luta pela sobrevivência, o trânsito do trabalhador sem-terra se fez, portanto, das fazendas para o canteiro de obras e do canteiro de obras para as fazendas. Esta luta se desenrolou nesses dois espaços. O campo era o espaço predileto, mas quando nele não havia emprego por causa das longas estiagens, ou quando o jornal pago no campo estava abaixo do esperado, o lavrador devia ir às obras públicas. O canteiro de obras era o espaço das novidades, do encontro com engenheiros vindos do exterior, das novas disciplinas do trabalho, que, embora não fossem bem-vindas, deviam ser enfrentadas.

O trabalhador rural evitava as obras públicas, porém no período de entressafra podia recorrer a tais obras, especialmente se ele tivesse essa possibilidade, ou seja, se, próxima a sua casa, houvesse alguma obra em andamento. Assim, quando chegasse à época de retornar para seus roçados, ele abandonava os canteiros de obra, porque nele prevalecia seu etos camponês. Sendo esta, pois, a situação descrita no telegrama do engenheiro André Veríssimo Rebouças para Inspetoria de Secas: “Venho Acarape inspecção trabalhos. Pessoal

muito reduzido tendo deixado serviços para atender plantações”¹⁷. A questão não era simplesmente atender as plantações, como relatou o engenheiro Rebouças, mas também se livrar da disciplina do trabalho nas obras públicas e voltar ao hábito de trabalhar a terra.

O sentido inverso desse trânsito, ou seja, das fazendas de produção para as obras públicas, também poderia se materializar, se a diária no campo estivesse abaixo do que era pago nas obras públicas. Esta possibilidade era remota mas podia se realizar, principalmente se o algodão e demais produtos do campo se desvalorizassem, rebaixando os preços da diária dos trabalhadores. Foi esta a situação descrita por Alarico Irineu de Araújo, encarregado do açude Santo Antônio:

Em meu telegrama n. 4 de 4 do corrente comuniquei-os que a falta de pessoal obrigar-me a oferecer a diária de 2\$000. Os preços do algodão e da cera de carnaúba subiram a preços nunca vistos os jornaes dos trabalhadores. Com a baixa que sofreram aqueles dois produtos sertanejos é provável (e há symptomas) disso que apareçam operários em número suficiente para o pouco serviço que posso executar este ano. Outra causa de carestia dos salários está na exorbitância dos preços pelos quaes se estão vendendo no sertão, os gêneros de primeira necessidade¹⁸.

A desvalorização do algodão e da cera de carnaúba rebaixou as diárias dos trabalhadores e, assim, eles deixavam os estabelecimentos rurais e iam para as obras públicas. Quando tais produtos estavam em alta, os engenheiros da Inspeção de Secas “eram obrigados” a aumentar as diárias dos operários para ter pessoal suficiente para o avanço das obras. Assim, configurava-se o binômio obras contra as secas-algodão, cujo objetivo era controlar os trabalhadores rurais, ocupando-os, para evitar as migrações e possíveis tumultos devido à carestia de vida no sertão.

Esse trânsito das fazendas para as obras públicas ganhou força durante a emergência da seca. O governo federal multiplicava as obras para segurar o pessoal desocupado das fazendas, que estavam sem produção (“que tinham batido os paus da porteira”). O trabalho nas obras foi, a partir da Inspeção de Secas, a única forma de “socorro público” organizada pelo governo federal. Mas, através do trabalho nas obras públicas, o governo federal não atendeu a todos os trabalhadores rurais desocupados, conseguiu somente atender um bom número deles.

Foi, portanto, na emergência das secas que se percebeu a opressão vivida pelos trabalhadores nas obras públicas. Rodolfo Teófilo fez, no seu livro A

¹⁷ Telegrama de Verissimo Rebouças para Inspeção em 26 de janeiro de 1921.

¹⁸ Carta destinada à Inspeção de Obras Contra as Secas, em 5 de novembro de 1918.

seca de 1919, um relato precioso da situação dos operários das obras. Escreve Teófilo (1922, p. 42-45):

Enquanto os profissionais eram largamente remunerados os operários eram miseravelmente pagos.

Um homem tinha o jornal de mil e seiscentos reis, salario que foi elevado a 2\$000 depois que assumiu a direção da Inspeção de Dr. Arrojado Lisboa.

Si fôsse solteiro daria para a subsistência, mas é que quase todos eram casados e a media de uma família é de oito pessoas. Como podiam passar esses desgraçados? O salário dava para comer uma vez e mal. (...)

Os gêneros alimentícios vendiam-se por alto preço. A alimentação de nossa gente é o feijão, um litro deste custava oitocentos reis e um de farinha quinhentos reis. Não se vive sómente com farinha e feijão; havia outras despesas, sabão, café, rapadura e carne do sul ou bacalhau aos domingos. Além do jornal ser miseravel ainda eram em diversas construções descontado deste uma porcentagem para os cofres da Nação a titulo não sei de quê e mais outra para pagar o medico. [...]

A fome e a nudez andavam de mãos dadas nos serviços das obras contra as seccas. Os operários e suas famílias estavam semi-nús. Mulheres havia que já não saham de casa por estarem no estado de Eva. Além da insuficiencia do salario a fraude do fornecedor. Os gêneros, além de má qualidade, eram por preço superior ao do mercado. Quando o chefe do serviço era um homem bom o operário levava a sua vida de misérias, sofrendo mas sem desesperar.

Quando encontrava um homem máo, o que era o commum, então a vida do operario era uma tortura. O chefe, às vezes um pelintra nascido e educado na calaçaria da capital da República, olhava para aqueles homens de muito melhor moral do que elle, com desdem, como para animais de outra especie.

O chefe, às vezes um tyrano, perseguia-os suspendendo-os pela mais leve falta por dez e mais dias. Justificavam o acto deshumano alegando ser necessário a disciplina.

Se houvesse justiça começaria ella pelo chefe, o primeiro a infringir o regulamento. Alcançaria o medico, que, em alguns serviços, recebia de cada operario mil reis por cabeça e nem sequer morava na sede das obras.

A justiça, a disciplina era só para o desgraçado do jornaleiro.

Exigir de um homem mal alimentado, quasi nú, dormindo ao relento, com o espírito atribulado pela miséria da família, qualquer acto de energia é ser perverso ou desconhecer por completo os mais rudimentares princípios da biologia.

Segundo Rodolfo Teófilo, nas obras públicas contra as secas, a opressão vinha desde o governo federal, passava pelo chefe (engenheiro), fornecedores e médico da obra. A opressão, dependendo do carácter do engenheiro, podia ser transformada em tortura. A diária não dava para o operário prover a alimentação e a higiene da sua família. Os “desgraçados” operários não tinham roupas para cobrir sua nudez e alimentos para aplacar sua fome. Se a carestia de vida no sertão era

alta nos períodos normais, na seca, era atribuído valor exagerado ao preço dos gêneros alimentícios, principalmente com a fraude dos fornecedores. Eis, portanto, o contexto de opressão das obras públicas contra as secas, ou dos socorros públicos.

Entretanto, para a ciência econômica, o contexto de opressão ocorre apenas na fazenda. As obras contra as secas não são examinadas. Denise Takeya (1985), porém, percebe tais obras como solução para evasão da mão de obra, identificando o trânsito dos trabalhadores sem-terra entre as fazendas de produção e os canteiros de obras, mas não avança: não traz um exemplo concreto de como isto se dava na realidade. Talvez a preocupação de perceber a Inspetoria como vetor do desenvolvimento da região fez com que ela não aprofundasse essa questão que é fundamental para a compreensão da manutenção do sistema de moradores e do cultivo do algodão nas fazendas. Sabe-se que a montagem de uma infraestrutura em pleno sertão era sinal de integração nacional, de desenvolvimento, mas seus operários foram explorados de forma desumana, e, entre esses dois contextos de opressão (canteiro de obras e fazendas), eles preferiram a opressão da fazenda.

3.4 As relações pré-capitalistas de produção

A cotonicultura no semiárido teve como base relações pré-capitalistas de produção. Dentre elas a relação de parceria foi predominante. Em sua maioria, essa relação foi realizada pelos moradores de fazenda. Eis o morador-parceiro, que, tal como o morador, dispôs de casa para morada na fazenda, além de poder plantar sua mandioca, caçar animais silvestres e pescar nos açudes, garantindo assim sua subsistência e a da sua família¹⁹. Em troca, o morador-parceiro era obrigado:

[...] a dividir com o proprietário sua produção de algodão, milho e feijão, bem como trabalhar, em média, 2 dias por semana na plantação deste, recebendo remuneração mais baixa que a dos trabalhadores assalariados. O chefe da família geralmente trabalha com um ou mais filhos, sendo a remuneração dos filhos menores 3/4 daquela do pai. O pagamento do trabalhador pode ser por dia de trabalho – diária – ou por tarefa realizada – empreitada. Neste último caso, o morador, além de trabalhar com a família, chama outros moradores para ajudá-lo, remunerando-os com o dinheiro da

¹⁹ “Il faut considérer comme une exception de ce processus, qui ne doit pas être une règle générale, le type du “métayer-habitant”, qui voue, de manière permanente, sa force de travail familiale aux moyennes et grandes propriétés où prédomine en general l'élevage. Là, il est considéré comme un “minifundista” non-proprétaire parce qu'il exploite une petite bande de terre, sous sa responsabilité, des cultures de subsistance et commerciales (coton), en plus de consacrer une partie de son temps de travail aux besoins de son patron foncier dans l'élevage. Cette catégorie est un type de contrat em voie d'extinction.” (AZEVEDO, 1982, p. 135)

empreitada. Nesta modalidade de contrato, o morador coordena as tarefas executadas por seus familiares, por outros moradores e por algum familiar destes. (SILVA, 1982, p. 148)

Dividir a produção e estar sujeito a dias de trabalho nas terras do patrão lembravam as banalidades da época feudal. Eram, pois, os deveres do morador para com o proprietário de terras. Em troca, além das concessões extramonetárias (plantar, caçar, pescar etc.), o patrão devia proteger o morador. A organização social se baseava assim em regras de obediência e lealdade. Para ter a proteção desejada o morador-parceiro devia ser obediente e leal. Se, por acaso, ele vacilasse com o proprietário de terras, sairia da fazenda como traidor²⁰.

Apesar da remuneração na relação de parceria, tal relação não deixa de ser pré-capitalista, pois nela ainda se mantém estruturas jurídico-políticas feudais. Além disso, o custo da mão de obra não se resume somente pelo salário pago à mão de obra e não há produção da mais-valia que caracterizam a produção capitalista²¹. Segundo Brisolla (1977, p.31), esse tipo de relação calcada na prática do escambo se deve à baixa circulação monetária no semiárido. E, não obstante o desenvolvimento capitalista na região, essas estruturas persistem como estratégia das unidades de produção para imobilizar a mão de obra e também devido ao imaginário camponês engendrado pelos laços sociais entre fazendeiros e moradores-parceiros no “tempo do algodão”. Assim, em pleno século XXI, o sistema de morada perdura no semiárido e a produção econômica da região é realizada através do sistema misto de relações capitalistas e pré-capitalistas.

Além de favorecer a cotonicultura, esse tipo de relação favoreceu o adensamento da população no semiárido. Isto porque, nas extensas áreas de plantio

²⁰ Os economistas, porém, não compreendem a obediência dos moradores para com os fazendeiros, visto que eles querem quantificar a proteção, ou melhor: as concessões extramonetárias que alimentam o sistema de moradores. Ao estudar a comercialização de algodão em caroço em Quixadá e Missão Velha, Araújo (1975, p. 49) quer saber se é melhor para o parceiro vender sua produção ao intermediário ou usineiro do que vender ao patrão:

“Neste caso, seria necessário quantificar os benefícios indiretos que o parceiro recebe, como crédito, moradia, transporte, armazenamento e os benefícios diretos que recebe o patrão, como meação, juros, mão-de-obra disponível dentro do seu estabelecimento, comercialização da produção do meeiro, para se verificar se, no cômputo geral, o proprietário está tendo vantagens sobre o parceiro”. Tais benefícios não são quantificáveis, pois giram em torno da economia da dívida, da opressão paternalista, das relações pré-capitalistas, e não da exploração capitalista. Falta aos economistas entenderem os princípios de tal economia: o dom de dar (as concessões extramonetárias) e de receber (proteção, lealdade, a produção dos moradores). Sobre a economia da dívida, ver Mauss, 2003.

²¹ Sobre os defensores da tese pré-capitalista, que afirmam que não há nem capitalismo e nem feudalismo na formação do Brasil colonial, ver Hirano, 2008. Sua reflexão sobre o período colonial nos ajuda a verificar a permanência de relações pré-capitalistas na configuração atual do semiárido.

espalhadas pelo sertão, havia a necessidade de grande número de braços. Além disso, a cultura do algodão permitiu aproveitar a mão de obra familiar, ou seja, tal cultura ocupava todos os integrantes da família, mulheres, filhos e agregados. A cotonicultura absorveu assim grande número de lavradores, e tal absorção não se realizou somente durante o *boom* do algodão, na década de 60 do século XIX, mas sim durante todo o período de produção. Não foi sem razão que tal produção ficou marcada pelos baixos custos de investimento.

Barreira (1977, p. 1), em seu estudo sobre a parceria na cultura do algodão no final da década de 70, destaca o pouco emprego de tecnologia, a exploração intensiva de mão de obra e a dependência dos aspectos climáticos como as principais características desse sistema de exploração agrícola no sertão de Quixeramobim. Dessa forma, Barreira (1977, p.1) assinala que a combinação de oferta crescente de mão de obra com baixo índice de produtividade viabilizava essa relação, uma vez que dividia riscos e custos entre proprietários de terras e moradores-parceiros, e para estes se refletia como “uma opção compensatória à falta de terras”.

Os baixos investimentos, especialmente no tocante às despesas com a força de trabalho, incentivaram a parceria, fazendo desta relação “um meio de fixação do trabalhador à terra” (BARREIRA, 1977, p. 106). Ao comparar os gastos com a parceria e com o assalariamento, Barreira (1977, p. 106-107) demonstra, à época, que havia mais vantagens na opção pela parceria: primeiro, porque, em relação ao pagamento das diárias, a parceria era bem menos dispendiosa e, segundo, porque a utilização da mão de obra familiar permitia “um montante de força de trabalho produzindo gratuitamente para o proprietário”.

Em razão disso, o assalariamento ficou mais restrito à pecuária²². Nas fazendas do semiárido operaram, portanto, um sistema misto, que reuniu, de um lado, a parceria (“a meação”) na agricultura e, de outro, o assalariamento na criação de gado. Foi assim que as fazendas foram se repovoando.

Celso Furtado (2009a, p. 42-43), por sua vez, responsabiliza a combinação de elementos capitalistas com elementos pré-capitalistas pelo aumento

²² O assalariamento na pecuária só vai vingar na segunda metade do século XX. Antes disso, o vaqueiro “tinha como remuneração a ‘quarta’ dos bezerros e potros que nasciam” (ANDRADE, 2011, p. 187). Isto é, a quarta parte do gado nascido pertencia ao vaqueiro. Este sistema de quarteação permitia certa mobilidade social aos vaqueiros, tornando-os independentes, fazendo com eles montassem o seu próprio curral e adquirissem prestígio social.

populacional na caatinga, transformando assim o fenômeno da seca em calamidade social:

A fazenda típica da região sertaneja combina a pecuária com o algodão mocó, o trabalho assalariado na pecuária com a “meação” na agricultura. Se visitarmos uma fazenda dessas, encontraremos um conjunto de famílias de “moradores” [...], com direito a casa e uma faixa de terra para lavoura de subsistência. [...] Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população na caatinga.

Com efeito, a tendência entre os proprietários de terra era produzir algodão com mão de obra barata e abundante. Outro tipo de relação deixaria a produção algodoeira onerosa, ou, na visão dos fazendeiros, inviável. Quanto mais moradores-parceiros o fazendeiro tivesse em suas terras, mais produção (lucros) ele teria. Neste sentido, ele recebia o maior número de lavradores que podia e permitia que os lavradores levantassem suas casas de taipa e plantassem seus cereais junto com os roçados de algodão.

Sendo assim, por todo o século XX, houve um movimento contínuo de “levantamento de casas” nas fazendas. Eram os moradores aproveitando o material fornecido pela natureza para levantarem suas casas. O trabalhador rural pedia moradia ao proprietário de terra ou gerente da fazenda e nesse pedido sabia que, se fosse aceito, teria que, além de suas lavouras de aprovisionamento, cultivar o algodão. Três ou quatro gerações de moradores-parceiros viveram nas fazendas, criando, de forma inédita, uma forte interdependência, melhor: uma sólida relação entre fazendeiros e moradores. Esta relação, que contou com a ajuda do governo federal para se consolidar, não era harmônica, sendo abalada muitas vezes por secas, migrações e desentendimentos acerca da moradia e da produção algodoeira²³. Mas, pela primeira vez na história do semiárido, uma atividade econômica criou, sob essa situação assimétrica, um forte vínculo entre fazendeiros e moradores. Nem mesmo a pecuária foi capaz dessa façanha.

O algodão e as obras contra as secas permitiram, então, elevar o grau de fixação da população no semiárido. Em uma região produtora de gente, mas pouco fixadora, a cotonicultura foi capaz dessa proeza, sobretudo porque ela foi organizada

²³ Portanto, como diz Loureiro (1977, p. 1945) a respeito da parceria: “a situação de assimetria é reforçada ainda pelo fato de os parceiros serem moradores da fazenda, viverem em casas do fazendeiro, muitos há mais de quinze anos, terem suas necessidades básicas, como alimentos, remédios e atendimento médico efetuadas por intermédio do fazendeiro e também suas atividades de lazer (visitas, festas, jogos de futebol) quase sempre limitadas à própria fazenda”.

sob os moldes da parceria, da opressão paternalista. O trânsito entre fazendas e obras públicas (sejam em cooperação ou não) foi fortalecendo a cada estiagem esses laços. Assim, foi se criando um ambiente de intimidade entre fazendeiros e moradores, que foi desfeito, em parte, com o declínio da produção algodoeira.

Se, ao contrário disso, a cotonicultura tivesse sido realizada através da exploração capitalista, a história teria sido diferente. O despovoamento pelo qual passa o semiárido teria sido antecipado. A produção de algodão só teria alcançado o volume que alcançou se tivessem feito grandes investimentos em tecnologia. Os lucros dos proprietários teriam sido bem tímidos, principalmente por causa dos custos da reprodução da força de trabalho (os encargos sociais da previdência social), o que provavelmente teria inviabilizado a cotonicultura. O semiárido teria se tornado foco de tensão social permanente, multiplicando assim os conflitos agrários na região e tumultos nas cidades.

Mas, no entanto, a parceria abriu a porteira das fazendas. Diante das constantes valorizações do algodão, o trabalhador sem-terra considerou o algodão como a única possibilidade de ascender socialmente, ou até mesmo de poder alimentar a família e de vesti-la de forma digna. Desconfiado, por não conhecer a procedência do lavrador, o fazendeiro o aceitava, pensando nos lucros que poderia obter com mais uma família empregada nos negócios do algodão.

Portanto, o objetivo dos fazendeiros era imobilizar a mão de obra nas fazendas. Para tanto, eles dispunham de vários artifícios. Dentre eles, a garantia do fornecimento no barracão da fazenda. Sem trabalho no período da entressafra os moradores-parceiros deviam comprar fiadamente alimentos, instrumentos de trabalho e sementes no barracão da fazenda. Se a fazenda não dispusesse de barracão o fornecimento poderia vir através de vales para comprar nas bodegas da região, ou até mesmo, por meio de empréstimo bancário. Deste modo, o ato de fornecer significava um instrumento para aumentar a dependência do morador-parceiro para com a fazenda, imobilizando-o até quitar suas dívidas com o proprietário de terras.

Nesse sentido, Silva (1982, p. 151) enumera as razões que levaram os proprietários de terras a praticarem o fornecimento para com seus moradores. A primeira seria “ter acesso a uma maior parcela da produção do morador”. A segunda, “utilizar a dívida do morador como um meio de mantê-lo disponível como mão-de-obra para as atividades às quais se vincula diretamente o proprietário”. E a

última razão: “no seu interesse pelo roçado do morador como pasto para o gado, após a colheita, bem como na utilização desse trabalhador ou de seus filhos no pastoreio do rebanho”. A preocupação dos proprietários de terra era impedir que essa mão de obra abandonasse a fazenda. E, em troca, davam-lhe proteção.

As relações de parceria incorporaram, pois, elementos do paternalismo à racionalidade capitalista, com o objetivo de “garantir a presença de uma mão-de-obra segura e de produtividade elevada” (LOUREIRO, 1977, p. 102). No caso das relações de parceria, a reprodução do capital se deu através da dominação tradicional. Criaram-se laços paternalistas entre fazendeiros e moradores com o intuito de se conservar um mercado seguro de força de trabalho. Assim, parafraseando Loureiro (1977, p. 102), “manipula-se racionalmente um conteúdo tradicionalista”: elementos pré-capitalistas sendo redefinidos pela reprodução do capital. Portanto, para assegurar a cotonicultura nas fazendas do semiárido, a relação entre capital e trabalho teve que incorporar componentes ideológicos do sistema paternalista que estavam contidos nas relações pré-capitalistas da parceria.

Todavia, a quantidade de moradores-parceiros não se restringia somente à questão econômica. O fazendeiro que pudesse instalar o maior número de trabalhadores rurais em sua propriedade proporcionava grande fonte de “prestígio”. Assim, conforme Celso Furtado (2009b, p.190):

A este [proprietário de terras] interessava basicamente que o maior número de pessoas vivesse em suas terras, cabendo a cada um tratar de sua própria subsistência. Dessa forma, o senhor das terras, no momento oportuno, poderia dispor da mão de obra de que necessitasse. Demais, dadas as condições que prevaleciam nessas regiões, o prestígio de cada um dependia da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim.

O tamanho da clientela definia o prestígio do proprietário de terras. Deste modo, o prestígio tinha relação direta com o volume da produção e, também, com a quantidade de homens que estava à disposição do fazendeiro. Diferentemente do que veremos no próximo capítulo, o prestígio é pensado aqui apenas como atributo do fazendeiro²⁴. Portanto, a parceria, por meio do sistema de moradores, fortaleceu as classes fazendeiras a ponto de elas dominarem os votos de seus moradores-parceiros. Com grande contingente de pessoas, as fazendas se transformaram em

²⁴ Dispor dos meios de trabalho e do exercício parcial do processo de trabalho, tal como acontece na parceria, não foi considerado como “prestígio” dos lavradores, como eles mesmos, os lavradores, hoje consideram.

verdadeiros currais eleitorais, podendo decidir, muitas vezes, o futuro dos municípios interioranos. O trabalhador rural pedia morada e nesse pedido sabia que, se aceito, teria que, além de suas lavouras de abastecimento, cultivar o algodão e, possivelmente, votar no candidato do senhor das terras (sobre o voto de cabresto, ver Leal, 2012). Os fazendeiros tornaram-se coronéis, integrantes das oligarquias estaduais. E, assim, a parceria favorecia tanto o poder econômico quanto o poder político.

3.5 Da civilização do couro à civilização agrícola

Com o binômio gado-algodão, a civilização do couro entra em decadência. O semiárido deixa de ser área de pasto e torna-se um espaço agrícola. O latifúndio improdutivo se abre para a agricultura praticada pelos pobres lavradores. Assim, os problemas sociais derivados da civilização do couro, do latifúndio que só serve para alimentar o gado do fazendeiro, tendem a desaparecer: o nomadismo, por exemplo, que é característico do regime pastoril, perde a força de influência que tinha antes sobre o sertanejo. O fanatismo e a cangaceria, tipos de reações primitivas do trabalhador sem-terra ao contexto opressor derivado da concentração fundiária (FACÓ, 1980, p. 34), perdem o magnetismo que exercem na população rural à medida que a região se torna agrícola. Este “binômio social” (fanatismo e cangaço) “da zona semiárida das caatingas” que se encontra, por séculos, em um estado de um “desajustamento prolongado” (ver Djacir Menezes, 1970, p. 19), passa, com a fixação de trabalho regular nas lavouras de algodão e a intervenção estatal, a sofrer severos ajustes no “tempo do algodão”.

Sociologicamente, o regime pastoril é classificado como responsável pela reprodução do poder da caudilhagem territorial, pela anarquia nas regiões onde a pecuária é atividade econômica dominante. Em *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna (1952, p. 310-311) afirma que onde o regime pastoril se faz dominante irrompem tumulto, banditismo e anarquia. Como prova disso, Oliveira Vianna cita o caso das caatingas setentrionais, onde os caudilhos rurais se mantêm “indomáveis e irredutíveis na sua belicosidade”. E, ao exprimir sua leitura racista da história sobre a “plebe rural”, Oliveira Vianna (1952, p. 311) explica a relação entre anarquia e pastoreio:

Essa correlação entre a anarquia e o pastoreio explica-se, em parte, pela infixidez a que esse regime econômico submete a população inferior. O trabalho do pastoreio abre aos vaqueiros maiores lazeres, vastos interregnos de sesta quotidiana. De forma que, nas zonas de criatório, a plebe rural se afaz muito naturalmente aos hábitos de gandaíce e da vagabundagem.

Para o jurista o caráter da “plebe rural” é determinado pela função que ela exerce no campo. Neste sentido, para Oliveira Vianna (1952, p.311) o regime agrícola produz um tipo de homem com hábitos mais pacíficos:

O regime agrícola, mesmo como se pratica entre nós, exige, ao contrário, do homem uma atividade contínua, um labor intenso, nas arroteias, nas sementeiras, nas carpagens, nas colheitas. Por isso, as nossas populações exclusivamente agrícolas se mostram sempre de costumes pacíficos e calmos.

Desse modo, o trabalho agrícola produz um homem totalmente diferente dos vaqueiros. Enquanto estes são treinados para ações agressivas, o trabalho agrícola se configura como “um sedativo às índoles mais irritáveis e explosivas”, pois “abrandam, amedram, sensibilizam, domesticam” (VIANNA, 1952, p. 311).

Djacir Menezes (1970, p. 64) concorda com Oliveira Vianna, quando afirma que o regime pastoril e as crises climáticas periódicas “agem no sentido de imprimir nas populações rurais o espírito de clã e nomadismo, combatividade e inquietação”. Com o algodão, todavia, Menezes destaca que os povos do Nordeste semiárido encontraram motivo mais forte de fixação. Assim para o autor de *O outro Nordeste* o “papel da cultura algodoeira é a de *força civilizadora*, nas zonas semi-áridas”. Seus efeitos prefiguram, “na fisiografia do Nordeste pastoril, o perfil de economia mais avançada”. (MENEZES, 1970, p. 77, grifo nosso)

Acreditamos, tal como Djacir Menezes, na força civilizadora da cultura algodoeira, especialmente porque ela vem acompanhada da intervenção do Estado nos períodos de seca. Aliás, o objetivo desta intervenção era integrar regiões inóspitas à economia nacional (ver Sevchenko,1999). Com o trabalho regular nas fazendas, e com as frentes de emergência durante as secas, abrindo estradas e construindo açudes públicos e particulares, a agricultura nessas zonas tendeu a estabilizar camadas da população ao solo.

Nesse sentido, a prática do cultivo do algodão durante o século XX apresenta-se como uma força contrária às correntes migratórias (ou seja, uma contracorrente), agindo para a fixação da população. Destarte, a afirmação de Crandall (1923, p. 56) de que “o progresso da região é retardado porque a gente

vive na cangaceria em vez de viver nas suas roças” perde a legitimidade, em razão do desenvolvimento da cotonicultura e da presença do Estado na região semiárida.

A economia do algodão tornou-se, assim, um elemento civilizatório. Porque tal economia provocou mudanças no entrelaçamento e interdependências humanas, entre fazendeiros e trabalhadores sem-terra, modificando assim a estrutura de conduta na direção da “civilização”, através da disciplina de trabalho regular. Com o cultivo do algodão, as fazendas foram repovoadas, a indústria têxtil ganhou impulso, os moradores garantiram renda e as correntes migratórias diminuíram sensivelmente. O nomadismo e o fanatismo, associados aos sertanejos das caatingas setentrionais, pediram passagem para uma vida mais sedentária, civilizada. Isto, porém, não quer dizer que tal economia encerrou de vez com os tipos extremos do fanático e do cangaceiro, as lutas de famílias e as migrações para o Norte e Sudeste do país.

Mas as lutas de famílias, recorrentes no passado histórico da região, arrefeceram. As correrias dos bandos de cangaceiros se limitaram mais ao imaginário popular. O cultivo do algodão, juntamente com o trabalho na cidade (na usina que processa o caroço de algodão), retiraram dos sertanejos o tempo para ouvir os conselheiristas e a vontade de migrar do sertão. O Estado, principalmente nas secas, agiu no sentido de pôr ordem nas áreas passíveis de conflito. Tudo isso concorreu para que se desenvolvesse um processo civilizador, motivado especialmente pelo algodão.

Apesar de refletir sobre um momento diferente da história (a desintegração do feudalismo), Elias é referência obrigatória para pensarmos sobre o cultivo do algodão como elemento civilizatório da região semiárida. Com a fixação de trabalho regular nas lavouras de algodão, o sertanejo inclinou-se à pacificidade, se resguardou “do impacto das rixas e guerras constantes e passava a sofrer as compulsões mais permanentes de funções pacíficas baseadas na aquisição de dinheiro ou prestígio [...]”. (ELIAS, 1993, p. 200)

A aquisição de prestígio, ser reconhecido como “bom trabalhador”, “o melhor cabra”, “o que mais colhe algodão”, foi indispensável para os lavradores sertanejos, pois em troca tinham vantagens, tais como: continuar na fazenda, poder plantar sua subsistência, criar animais, pescar, ganhar a simpatia da família do patrão etc. Neste sentido, “as oscilações no comportamento e nos sentimentos não

desapareceram, mas se abrandaram”. E, assim, continua Elias (1993, p. 200): “Os picos e vales se tornaram menores, e menos abruptas as mudanças”.

Além da mudança de comportamento, as relações de parceria no cultivo do algodão possibilitaram renda e capital simbólico para os lavradores. O indivíduo que não se adaptava à rotina do trabalho regular era “desprestigiado” pelos fazendeiros. A renda e o “prestígio” que o cultivo da malvácea facultou prevaleceram e deram condições de fixar os sertanejos no torrão natal. A civilização agrícola, capitaneada pelo algodão, desconcentrou mais renda do pouco que fez a pecuária. Por isso, mais autocontrole, e mais fácil foi se submeter a um patrão. Desta forma, a coerção social, que a civilização agrícola exerceu na população rural, trouxe paz para o semiárido e desautorizou as predições de beatos e profetas. Todavia, isto não quer dizer que o algodão foi responsável por fazer da região um paraíso celeste...

4 SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: CULTIVO DE ALGODÃO E “ESTRUTURA DE PRESTÍGIO” NO SEMIÁRIDO

Ao convivermos com os lavradores no semiárido, percebíamos que a economia do algodão, já em decadência, encontrava-se ativa em suas representações sociais. Em seus testemunhos, identificamos suas estruturas de sentimentos, especialmente no tocante ao “tempo do algodão”²⁵. Podemos dizer, antecipadamente, que o “tempo do algodão” é o antípoda do tempo presente.

O “tempo do algodão” – temporalidade criada pelos sertanejos – representa o tempo em que o algodão foi a principal fonte de renda do homem do campo. Ao contrário disso, o tempo atual denota a decadência do algodão e novamente o predomínio do gado. Onde a pecuária predomina, o homem do campo não tem vez: os postos de trabalho diminuem, a terra se transforma em pasto, e o uso prioritário dos recursos hídricos já não vale mais para o consumo humano, mas sim para irrigar os capinzais e matar a sede do gado da fazenda. Com o fim do binômio gado-algodão, ou melhor, a interrupção do cultivo sistemático do algodão, os proprietários de terra deram uma guinada capitalista nos seus negócios, retirando o exercício parcial do processo de trabalho das mãos dos lavradores. Sem disporem dos meios de trabalho, sem poderem plantar e criarem animais nas terras da fazenda (ou, alcançarem uma renda superior à de um salário mínimo), os lavradores se tornam trabalhadores assalariados, possuindo apenas seus salários como ganha-pão. O salário, como sabemos, não é garantia de direitos trabalhistas assegurados pela carteira de trabalho. Esta violação ocorre em todo o território nacional, mas principalmente no campo onde a fiscalização do Estado é deveras superficial. Neste sentido, a interrupção do algodão não significa só o fim de uma atividade econômica, mas também o agravamento da precarização do trabalho rural no semiárido.

Os moradores que foram entrevistados vivem e trabalham na fazenda Santa Fé. A fazenda está localizada no município de Quixeramobim, epicentro das secas, onde o algodão foi substituído pela pecuária leiteira. No geral, as fazendas de Quixeramobim interromperam a produção de algodão e passaram a produzir leite, fazendo do município a maior bacia leiteira do estado do Ceará. O efeito imediato dessa transição foi a redução da mão de obra das fazendas. Para os moradores ela

²⁵ Os nomes de nossos interlocutores são fictícios, observando assim o princípio do anonimato. As entrevistas aqui registradas foram realizadas durante o ano de 2014.

foi um duro golpe, pois marcou o bloqueio às terras de trabalho, o fim da apropriação de parte do excedente da produção e o despovoamento do campo.

Sendo assim, a população da cidade de Quixeramobim cresce com o deslocamento dos camponeses que, sem terem ocupação no campo, migram para a cidade com a esperança de se empregarem na fábrica de calçados. Mas a maioria deles migra para cidades maiores do interior, capital (Fortaleza) e outras regiões do país como o Sudeste. Nas fazendas de produção, onde havia em média cem famílias de moradores, encontram-se, atualmente, uma média de duas ou três famílias. Portanto, a região enfrenta, mais uma vez em sua história, uma situação de êxodo rural. Esta situação se deve à interrupção da cultura algodoeira no Ceará.

Para os trabalhadores rurais a situação pré-capitalista que o cultivo do algodão engendrava era, em grande parte, preferível à situação atual que se caracteriza pelo bloqueio às terras de trabalho. No passado pré-capitalista podiam criar animais, fazer seus roçados, pescar etc. No passado eles tinham “liberdade” e “autoridade”, ou, como afirmam os moradores, “prestígio”. Estas classificações não demarcam, a nosso ver, nenhuma idealização do passado. Pelo contrário, no complexo de seus sentimentos, irrompem contradições que são próprias da formação social na qual estavam inseridos e, assim, pares opostos, tais como “escravidão” e “liberdade”, “autoridade” e “sujeição”, “prestígio” e “desprestígio” convivem, embora de forma tensa, em suas narrativas. Apesar de eles não falarem em capitalismo, a censura que fazem ao tempo atual (“ao hoje”) é, sem dúvida, direcionada a este sistema.

Essa censura está direcionada sobretudo para apropriação dos seus lucros simbólicos que são inerentes à “estrutura de prestígio”. Isto é: a interrupção da produção algodoeira e tudo o que acarretou sua crise: de forma detalhada, perda do direito à terra de trabalho, das lavouras de provisionamento, e dos meios de produção que, embora pertencentes às fazendas, eram por eles utilizados: em suma, perda da morada e tudo que ela representava. O desenvolvimento do capitalismo no campo, o enfraquecimento do poder privado e o fortalecimento do poder público minaram, em parte, as relações pré-capitalistas e também o capital simbólico dos moradores. Contudo, essa censura aos dias atuais deve ser relativizada, em virtude da ação do Estado e das políticas sociais de enfrentamento à pobreza.

Somente através da ótica da luta de classes, não compreendemos a “estrutura de prestígio” dos moradores. Mas, através da descrição que Franco faz da sociedade senhorial, adotamos um olhar diferente, mais compreensível, sobre as falas dos moradores. Franco (1997) diz que, em razão das “associações morais” e “ligações de interesses” que regem tal sociedade, surgiram dois tipos de consciência: “a consciência da diferença” e a “consciência niveladora”. A “consciência da diferença” reforça as posições sociais, a assimetria de poder. E “a consciência niveladora”, ou “consciência de indiferenciação”, nivela, de forma simbólica, os grupos subalternos aos grupos dominantes, abre a possibilidade de uma libertação real dos grupos subalternos, definindo sua forma de expressão. O “prestígio” dos moradores deve ser então pensado através da “consciência niveladora” existente, na qual “entre fazendeiros e seus dependentes subsistiu o padrão de relações baseado no reconhecimento do outro como semelhante, como pessoa” (FRANCO, 1997, p. 108). Assim, podemos compreender que, no semiárido, sobretudo no “tempo do algodão”, os moradores, tal como os fazendeiros, tinham “prestígio”, ou seja, nesse modo de produção, as relações sociais não eram tão assimétricas.

De acordo com a “consciência niveladora”, os moradores possuíam capital simbólico no “tempo do algodão”. A parceria na produção, o dever de imobilizar a mão de obra para o cultivo do algodão, faz com que os fazendeiros (dominantes) criem estratégias para eufemizar as relações de dominação. Como a economia pré-capitalista é o lugar por excelência da violência simbólica (BOURDIEU, 2015, p. 205), tal violência, que se traduz especialmente no estabelecimento das relações de dependência, deve ser transfigurada, pois senão tais relações podem ser dissolvidas. Além disso, para que a crença na parceria do algodão seja reforçada, para que os agentes (fazendeiros e moradores) consigam se segurar uns nos outros, é preciso a reprodução de *habitus* conformistas (BOURDIEU, 2015). Nada de guerras, lutas de família, cangaço, desentendimento com o patrão, sindicatos etc.

Visando manter a economia do algodão e sua clientela, os fazendeiros vão ceder casas e terra para os lavradores. Estreitam laços de amizade com os moradores, apadrinham seus filhos, assistem a família dos agregados com remédios, médicos, dentistas, advogados e professores, adiantam insumos e dinheiro para as plantações, vendem a crédito alimentos e ferramentas no barracão

da fazenda etc. Reproduzem então crença na obrigação, fidelidade pessoal, hospitalidade, dádiva, dívida, “todas as virtudes às quais, em uma palavra, presta homenagem a moral da honra (...)” (BOURDIEU, 2015, p. 206-207). Ponciano de Azeredo Furtado, proprietário da Santa Fé, agia assim com seus moradores. A atmosfera de intimidade entre fazendeiro e moradores era tão sólida, que dava a impressão de que ambos estavam no mesmo nível, pois eram compadres e sócios de um mesmo negócio. Nos dias de hoje, seus moradores perderam, de uma por uma, as concessões extramonetárias que tinham, quando a administração da Fazenda suspendeu o plantio de algodão. Por isso, eles lembram do passado com nostalgia. Em outras palavras, no “tempo do algodão”, eles podiam acumular capital simbólico, “prestígio”.

A “estrutura de prestígio” é, portanto, produto da memória social dos camponeses que foram entrevistados. Não é de nosso interesse considerar tal memória como revestida de componentes ilusórios, como alerta Raymond Williams (1989)²⁶. Porque conseguimos, através dos depoimentos de nossos interlocutores, perceber as contradições dessa formação social. Assim, no “tempo do algodão”, enquanto para eles havia “prestígio”, havia “escravidão”. Não há, pois, uma época de ouro, porquanto existe o “sofrimento de hoje” e o “sofrimento passado”. Só que a violência simbólica do passado era recompensada com o “prestígio” que a economia do algodão lhes concedia.

Atualmente, enquanto eles ressaltam a importância do Estado em sua vida social, reclamam da ausência do patrão na fazenda. No “tempo do algodão” o patrão sempre estava presente, reforçando assim os vínculos entre eles. Mas o Estado não: “o Estado só ajudava o patrão”. No pretérito, não havia políticas sociais direcionadas a essa população rural. Os lavradores deviam contar apenas com a classe dos proprietários de terra. Não havia bolsa-família: assim, muitos deles não puderam estudar. Dessa forma, eles deviam dispor da boa vontade do patrão, mas, principalmente, da renda do algodão. O algodão os mantinha nas terras de trabalho e lhes possibilitava o plantio das culturas de provisionamento e a criação de animais, e, claro, renda monetária.

²⁶ Discordamos tanto de Bourdieu (2015) quanto de Williams (1989) que acreditam que nesse modo de produção os trabalhadores estão alienados, iludidos, principalmente quando fazem de um passado de opressão uma época de ouro.

4.1 Algodão: “fonte de renda certa!”

Sabe-se da importância da atividade algodoeira como geradora de renda e emprego no semiárido. Para os moradores, como veremos, tal atividade vai além de geração de renda e emprego, em virtude do “prestígio” que o algodão dava aos lavradores. Sobre a questão da renda, Manoel Patrício afirma: “o algodão era fonte de renda certa!” Isto quer dizer que, mesmo com verão intenso, em que o milho e o feijão não brotavam (“não seguravam”), o algodão se mantinha firme e forte. Além disso, “renda certa” quer dizer que o comércio do algodão tinha força suficiente para manter uma longa cadeia formada por proprietários de terra, moradores, bodegueiros, intermediários, usineiros, banqueiros etc. Portanto, com o algodão, a renda estava assegurada para as despesas de alimentação e vestuário, e, também, para o lazer, “as brincadeiras”, “festas” etc.:

Mês de julho pra frente, era todo mundo brincando, festa por todo canto, todo mundo com dinheiro. Dinheiro do algodão era rasgado. Todo mundo tinha dinheiro. Tinha dinheiro... O filho trabalhava. O avô trabalhava. O pai trabalhava. A mulher trabalhava. Aqui mesmo eu cansei de ver mulher colhendo algodão. Era um serviço maneiro. Dava emprego a todo mundo. Sem contar com a fábrica aí, que era um absurdo de gente trabalhando. Que tá aí fechada. Eu mesmo trabalhei na fábrica. Trabalhei dezoito meses. Trabalhei três anos – seis meses em cada ano. Gostei, era muito gente trabalhando de dia e de noite. O homem pagava direitin. Prestava as contas direitin, quando terminava o serviço. Quando acabava, já convidava pra trabalhar no próximo ano. Era dinheiro certo aquilo ali.

Nesse trecho, Manoel Patrício fala das boas safras do final da década de 70 e começo da década de 80. De acordo com ele, o dinheiro do algodão era “certo” porque proporcionava lazer para os sertanejos, movimentando então diversos setores econômicos da região. A usina (“fábrica”), que processava o caroço do algodão para extração do óleo e preparação da torta para o gado, possibilitava a eles emprego no período de entressafra, aumentando-lhes a renda.

Ao dizer que todos integrantes da família trabalhavam, Manoel Patrício faz uma comparação com a época atual, na qual poucos são os indivíduos que têm emprego. Na maioria dos casos, só uma pessoa da família está empregada, ou recebe aposentadoria, e as despesas da casa são mantidas somente pelo seu ordenado. As pessoas empregadas são, em sua maioria, os homens da casa, pois a pecuária leiteira tem se configurado no semiárido como uma atividade majoritariamente masculina. Sendo assim, as trabalhadoras rurais, que colhiam

algodão, devem buscar trabalho na fábrica de calçados. Nas palavras de nosso interlocutor, o passado recente do algodão empregava a todos que realmente quisessem trabalhar, diferentemente do que acontece com a pecuária leiteira, e “todo mundo tinha dinheiro”.

Assim, na década de 80, Manoel Patrício adquiriu uma boa renda com o algodão. Trabalhando praticamente sozinho, porque seus filhos não tinham jeito para o trabalho no campo, ele conseguiu dinheiro para sair da condição de sem-teto. Mas, no entanto, ele tinha duas filhas, que desejavam estudar:

Eu plantei em 80 sete hectares de algodão. Eu ia comprar uma casa pra mim. Mas aí tinha duas filhas querendo estudar. Aí eu fiz um depósito para o custo delas estudar. [...] Peguei esse dinheiro que podia comprar uma casa pra mim e entreguei pra elas. Porque, naquele tempo, o governo não ajudava quem queria estudar. O governo não dava um lápis, nada. Não tinha uma borracha daquela que enfia no lápis que o governo desse. Tudo era a gente que tinha que dar. Não tinha transporte. Eu não podia comprar uma casa na cidade. Eu não podia ir morar na cidade no interior. [...] Daquilo ali [do dinheiro do depósito] era que eu pagava o dono da casa, que eu pagava o material escolar, a roupinha delas... O patrão mesmo, o senhor Ponciano de Azeredo Furtado, que tem uma visibilidade muito boa – ele dizia às vezes em palestra: “Eu não sei como o senhor consegue, ganhando o que ganha, educar a família”. Por que educava? Por isso. Porque passava um ano trabalhando. Quando eu, no caso das duas agriculturas que foram em 80 e 81, tinha dado pra comprar uma casa pra mim, eu entreguei pra elas. Daí pra frente não deu mais pra agricultura... Como é que você arruma dinheiro hoje pra comprar uma casa no campo? Como é que o homem do campo hoje consegue? Não comprei por isso.

Então, Manoel Patrício desistiu de comprar uma casa no campo para prover as despesas dos estudos das filhas na cidade. Como à época as escolas estavam mais limitadas à cidade, os lavradores, que desejavam estudar, eram forçados a se deslocar para área urbana dos municípios do interior, ou, até mesmo para a capital. Este quadro não é diferente da realidade atual, em razão da insuficiência de escolas no sertão. Porém, no passado, não havia a quantidade de carros e de motocicletas que existe atualmente e nem transportes escolares para o atendimento das comunidades interioranas. Em vez de se deslocar diariamente para as escolas, como os filhos dos lavradores fazem na atualidade, o jovem do campo tinha que se mudar para a cidade “no tempo do algodão”: e, na maioria das vezes, ele era obrigado a desempenhar a função de empregado doméstico das casas que o acolhiam. Isto, no entanto, não aconteceu com as filhas de Manoel Patrício, porque elas foram para casas de parentes que não exigiam delas a prestação de serviço doméstico. Assim, os quatro filhos de Manoel Patrício foram morar na cidade para

poder estudar. Cada um foi para uma casa diferente. Em contrapartida, Manoel Patrício tinha que arcar com as despesas dos filhos.

Pois, à época, o Estado “não os ajudava”. Não havia, então, políticas públicas para a subvenção de transporte e de material escolares. Como diz Manoel Patrício: “Não tinha uma borracha daquela que enfia no lápis que o governo desse”. Para suas filhas estudarem Manoel Patrício dependia exclusivamente da renda proporcionada pelo algodão. Mais uma vez, ele compara o passado com o presente e, no tocante à presença do governo, critica a ausência dele em relação à assistência estudantil. Sobre a situação atual, Manoel Patrício diz que o governo manda vir buscar o aluno na porta de casa, além de lhe fornecer o material escolar. No pretérito, todavia, não havia “facilidades” para o sertanejo que desejasse estudar. Se suas filhas não tivessem que se mudar de casa para realizarem o sonho de “terminar os estudos”, Manoel Patrício teria comprado sua casa. Em suas palavras, “no tempo do algodão”, existia a possibilidade do homem do campo adquirir sua vivenda, livrando-se então da morada da fazenda. Mas, “como é que você arruma dinheiro hoje para comprar uma casa no campo”?

Aliás, para os moradores, adquirir uma casa representa mais do que sair da condição de sem-teto. É, além disso, libertar-se, em parte, da dominação dos proprietários de terra. Em vez de residir e trabalhar na fazenda, tendo sua vida vigiada e sendo forçado a uma submissão exorbitante, ficaria na fazenda apenas durante seu tempo de trabalho. Ao terminar o expediente, os trabalhadores sairiam da fazenda e iriam descansar na sua residência, livrando-se do assédio do patrão ou do gerente que regularmente interrompiam seu repouso para exigirem que realizassem determinado serviço além do seu tempo de trabalho. Comprar uma casa significa, pois, liberdade para o trabalhador rural: é sair, em parte, da condição submissa de morador. No caso de Manoel Patrício, ele teve essa oportunidade, mas não pôde aproveitá-la, porque, em vez de comprar sua casa, investiu nos estudos das filhas. Atualmente, ele ainda se encontra na condição de sem-teto.

Suas filhas, Eulália e Francisca, não moram no campo. Eulália é técnica em enfermagem e mora na cidade de Quixeramobim. Francisca se formou em Química e Biologia pela Universidade Estadual do Ceará, *campus* Quixadá. Chegou a lecionar em um colégio particular em Quixeramobim, mas logo abandonou a profissão de professora. Hoje trabalha como gestora de recursos humanos e mora em Fortaleza. Nas palavras de Manoel Patrício a situação delas é confortável:

Ela [Francisca] tá muito bem lá na Ypióca [agroindústria de bebidas]. Se não fosse esse sacrifício – talvez, não quero discriminar ninguém – mas hoje seria uma empregada doméstica, porque não tinha de onde sair. Já a mais nova [Eulália] trabalha no hospital. Quando tem um conhecido meu, que tá com problema de saúde... graças a Deus, lá ela tem um bom conhecimento, tem algum prestígio.

Para Manoel Patrício o sacrifício de custear o estudo das filhas com a renda do algodão não foi em vão, porque ele foi recompensado: suas filhas se encontram estabelecidas em suas respectivas cidades, sem precisar da ajuda financeira da família para manterem suas casas. E o mais importante é que, diferentemente do que aconteceu com as mulheres sertanejas da sua geração, Eulália e Francisca conseguiram evitar o trabalho doméstico.

Francisca, assim, recorda o esforço do seu pai para financiar seus estudos:

Faz pouco tempo que fiquei sabendo. Que ele entregou o dinheiro de duas agriculturas para o meu tio [que a recebeu em casa para ela estudar]. Para os filhos estudarem ele passou necessidades... Deixava às vezes de comer uma carne pra mandar dinheiro pra gente... Tudo que sou eu hoje devo a ele. Tudo que ele queria é que seus filhos estudassem, tivessem outro destino que não fossem o dele. Ele se sacrificou para isso acontecer.

Foi, pois, a renda do algodão que permitiu Francisca sair da fazenda para estudar na cidade. Se não fossem os estudos das filhas, Manoel Patrício teria comprado uma casa no campo. O “tempo do algodão” representa então prosperidade. O tempo atual é de dificuldades. Nele, os moradores ganham somente o salário mínimo, além de não poderem criar animais. Na fazenda Santa Fé, eles ainda podem plantar suas culturas de provisão, mas isso é uma exceção, pois, na maioria das fazendas, após a substituição da cotonicultura pela pecuária leiteira, eles foram impedidos de cultivar sua subsistência e criar seus animais. Eles não conseguem, neste sentido, fazer com que sua renda alcance os níveis do passado. Se, com o algodão, como diz o morador João Miguel, “os moradores pagavam suas contas”, com o leite, eles vivem endividados e cada vez mais dependentes das políticas sociais.

4.2 A boa renda do algodão e a imprevidência do lavrador

Como dizia Rodolfo Teófilo (1922, p. 16), de tempos em tempos, o Ceará era inundado pelo dinheiro do algodão. O produto era, nas palavras de Tomás

Pompeu Sobrinho (1949, p. 68), “o principal fator de riqueza do Estado” [do Ceará]. O crescimento econômico promovido pela fibra se concentrou nas mãos dos proprietários de terra, comerciantes, bodegueiros, banqueiros, intermediários e casas exportadoras. Garantiu também renda monetária, “prestígio” e oportunidade de mobilidade social para os lavradores.

Entretanto, conforme Rodolfo Teófilo e Tomás Pompeu Sobrinho, o sertanejo cearense não soube aproveitar esses momentos de prosperidade, porque ele foi imprevidente. Consumiu toda sua renda em sambas e coisas supérfluas. Em plena terra da seca, os lavradores não pouparam o pecúlio que foi adquirido com tanto esforço.

Aliás, a questão da imprevidência não se configura somente como algo criado pelos intelectuais que pensavam os costumes sertanejos. Entre os sertanejos, essa questão também é fartamente reproduzida. Por exemplo, Manoel Patrício, ao falar da prosperidade que o cultivo do algodão proporcionou à população sertaneja no final da década de 70 e começo da década de 80, busca se distinguir dos demais moradores da fazenda Santa Fé, que para ele foram imprevidentes, ao comprarem “besteiras”:

Pessoal aqui comprava espingarda, outros comprava bicicleta, outros comprava geladeira, fogão [a gás]. Eu não: peguei e mandei pra cidade pra elas [suas filhas] estudarem.

Em seu discurso, espingarda, bicicleta, geladeira e fogão a gás eram coisas supérfluas (“besteiras”). Mesmo que a espingarda servisse para caçar, a bicicleta, se locomover, a geladeira, conservar os alimentos, e o fogão a gás, cozinhar sem fazer o uso de lenha, toda essa parafernália era para Manoel Patrício desnecessária. Pois não se precisava da espingarda para caçar. Havia, no lugar da bicicleta, burros, jumentos e carros de boi para locomoção e as caminhonetes que iam para cidade. Geladeira para ele era artigo de luxo, pois o homem do campo passou boa parte da sua existência sem dispor dos seus serviços. Tampouco era preciso comprar fogão a gás, porque o fogão a lenha funcionava bem e não necessitava do gás butano que consumia parte da sua renda. Ao invés disso, Manoel Patrício quis comprar uma casa, mas teve que investir o que ganhou nos estudos das filhas, sendo recompensado pela autonomia das filhas nos dias de hoje. Assim, em sua concepção, ele agiu de maneira correta. Diferentemente, pois, dos seus imprudentes familiares, amigos, vizinhos e companheiros de trabalho.

Manoel Patrício critica, então, seus amigos por não terem economizado o que perceberam com o algodão. Nas suas lembranças eles “rasgaram” o dinheiro ganho com bebidas e sambas. Mas, no entanto, a renda do algodão chegou ao fim com o bicudo. Para ele o surgimento do bicudo deu uma lição ao homem do campo, pois o besouro demonstrou aos lavradores, especialmente para aqueles que achavam que a cultura do algodão era para sempre, a importância de economizar seus recursos no sertão, onde “chove um ano e dois não”:

Pessoal aqui, naquele tempo... a moeda muda muito... era sei lá... 30 cruzeiros: era dinheiro que dava para comprar uma casa. O cara tinha gasto com a despesa dele 30 cruzeiros, e tirava a metade de saldo. Uns botavam no mato – você sabe que tem pessoas que botam no mato mesmo: quem nasceu pra cangalha, se botar uma sela, não dá certo. Aí eles botavam no mato, compravam besteira, bebia. Aí o bicudo chegou e, infelizmente, acabou com tudo. Tinha [eles] certeza que próximo ano tem de novo. Foi um golpe grande...

Mais uma vez, os lavradores tiveram, mediante o cultivo do algodão, a oportunidade de modificarem sua situação socioeconômica (como, por exemplo, comprar uma casa). O algodão era, de vez em quando, a vaca de abundância do sertanejo pobre. Isto, é claro, como resultado de um trabalho sobre-humano. Mas, conforme Manoel Patrício, a maioria deles não soube aproveitar a renda gerada pelo seu trabalho: “Uns botavam [seu saldo] no mato”. Além disso, ele reproduz certo preconceito contra sua classe, a de lavradores sem-terra, ao dizer: “quem nasceu pra cangalha, se botar uma sela, não dá certo”. Neste sentido, “quem nasceu para a cangalha” não saberia economizar, ia, pelo contrário, gastar tudo com bebedeiras, festas e “besteiras”, pensando que, na próxima colheita, teria oportunidade de receber o mesmo ou até mais do que os 30 cruzeiros que tivera de saldo. O golpe não demorou a chegar e ele veio através do bicudo: “Foi um golpe grande”!

Golpe no lavrador imprevidente, que poderia ter mantido seus recursos adquiridos nesse momento, em que novamente o algodão alcançava boa cotação no mercado. Golpe também no lavrador previdente, que não teria mais a fonte de renda e o capital simbólico (“prestígio”) do algodão. O golpe do bicudo foi seguido de outro golpe, o da seca de 1983, que devastou as economias dos lavradores, deixando-os ainda mais vulneráveis. A prosperidade do algodão se encontra hoje na parafernália consumida no passado (bicicleta, espingarda, fogão a gás, geladeira etc.), e, também, no capital cultural adquirido pelos seus filhos, que, graças ao ouro branco, puderam estudar.

De fato, o golpe do bicudo atingiu a todos que estavam envolvidos com o comércio do algodão. O bicudo não acertou apenas a economia do lavrador pobre, mas também a dos proprietários de terra, principalmente daqueles que só produziam algodão. Para ilustrar a crise econômica provocada pela praga do bicudo, o morador Marciano cita o caso do fazendeiro Alexandre Joaquim de Siqueira:

Aqui tinha um cidadão, Alexandre Joaquim de Siqueira, que morava na Berilândia. Era um dos caras que passava com caminhão de algodão aqui. Hoje ele tá conversando lá nas calçadas dos mercantis de Quixeramobim. Ele quebrou que apartou. Ele ia viver de quê?!

O fazendeiro, que dividia os encargos da produção do algodão com o parceiro, também foi atingido pelo bicudo. Os fazendeiros que, além do algodão, criavam gado, puderam se reinventar: trocaram o algodão pelo leite, demitiram os trabalhadores, expulsaram os moradores etc. Porém, o mais atingido foi o trabalhador sem-terra que, ao ser expulso da fazenda, teve que migrar do campo para as periferias da cidade.

Os discursos de Manoel Patrício, Rodolfo Teófilo e Tomás Pompeu Sobrinho se afinam em torno da imprevidência do sertanejo. A “renda certa” do algodão dava oportunidade aos sertanejos fazerem “gastos supérfluos” para gozarem de “prestígio” em sua sociedade local. Geladeira, espingarda, bicicleta, móveis, fogão a gás, festas, cervejas e joias eram adquiridos nos momentos de prosperidade provocados pelo algodão. Mas, quando era ano de seca, “caíam de fome nas estradas”. Ao invés de guardarem suas economias para as longas estiagens, eles “botavam no mato”: era “a loucura da dissipação”! Festas e bebedeiras não podiam faltar no sertão, especialmente em anos de fartura. Porém, tudo isso era classificado como “indiferença pela própria vida”, “resignação” e “falta de instrução profissional”. Todos, fazendeiros e moradores, senhores de terra e trabalhadores sem-terra, padeciam de instrução profissional porque não armazenavam alimentos e nem forragem para o gado²⁷.

Portanto, se dependessem de Rodolfo Teófilo, Tomás Pompeu Sobrinho e Manoel Patrício, a economia do algodão teria sido melhor aproveitada.

²⁷ A imprevidência do cearense tinha uma causa racista para Rodolfo Teófilo (1922), pois derivava da herança maldita dos avós índios. Para Tomás Pompeu Sobrinho (1920), além de uma explicação racista, essa imprudência era causada pela ausência da administração pública na região semiárida, sobretudo no tocante à instrução profissional. Para o morador Manoel Patrício essa atitude imprevidente se devia à classe do indivíduo. Apesar das diferenças entre eles, todos concordam que o sertanejo era imprevidente.

Agora, previdente ou não, o lavrador não teria condições de consumir “besteiras”, coisas supérfluas, se não fosse o algodão. Economizando ou não, o lavrador tinha poder de compra até então inédito, em virtude do algodão. Portanto, os moradores não teriam “prestígio” sem o cultivo do algodão.

4.3 O “prestígio” do algodão

Para os moradores a economia do algodão gerava, além da renda, capital simbólico (“prestígio”)²⁸. Com o algodão, os lavradores eram, de acordo com suas memórias, honrados. As porteiras das fazendas se abriram aos camponeses dispostos a plantar algodão. Os patrões e gerentes foram criando laços para com os lavradores, e, na lógica camponesa, estar próximo do fazendeiro, ter seus filhos apadrinhados pela casa-grande, ter suas necessidades atendidas pela família senhorial, tudo isto era ser dotado de *status*. Dessa forma, os lavradores que cultivavam a malvácea poderiam acumular “prestígio”. E, no interior de cada fazenda de produção, esse “prestígio” era variável, dependente da história local de cada fazenda. Mas, no geral, essa “estrutura de prestígio” se define pela valorização do homem do campo, que, na época do algodão, era “disputado” pelos fazendeiros. Assim, segundo o testemunho do morador Manoel Patrício:

O pobre tinha valor pro patrão. Morador, cidadão, com cinco filhos, trabalhador, se desgostasse do patrão, já tinha quatro ou cinco patrão em volta, pedindo pro morador ir pra ele.

Em sua fala, Manoel Patrício defende que os proprietários de terra competiam entre si pelos braços dos moradores. Eles, os lavradores pobres, achavam-se desse modo valorizados pela classe fazendeira. O que importava era a produção de algodão: quanto maior a produção, mais reverenciado o morador: por isso, quanto maior era a família do morador (“com cinco filhos”), maior a produção, e maior seria a disputa entre os fazendeiros. Na fala de Manoel Patrício, também é interessante notar que há uma inversão nas relações de poder: em vez do morador pedir um favor ao patrão, é este que pede um favor àquele (“já tinha quatro ou cinco patrão em volta, pedindo pro morador ir pra ele”). Isto demonstra que o “prestígio” dos moradores significa capital simbólico, que, juntamente com a “consciência

²⁸ Este tópico foi inspirado pelo livro *Cruz das Almas*, de Donald Pierson, especialmente no capítulo *Status e prestígio*, no qual o autor discute a economia dos bens simbólicos dessa pequena vila do interior paulista.

niveladora”, pode, em determinadas circunstâncias, embaralhar as cartas dos jogos sociais que acontecem no campo.

Nesse sentido, o “prestígio” quer dizer produção, trabalho, esforço, “suor”. Sendo assim, o “prestígio” de um morador poderia ser elevado pela produção que ele tivesse. Quanto mais o indivíduo correspondesse às expectativas do patrão, mais distinto ele seria. Quanto menos correspondesse, menor seria o respeito do patrão dado a ele. Se a família do morador fosse extensa, produzisse grande quantidade de lã, ela devia ser conservada na unidade de produção. Deste modo, nas palavras do morador João Miguel: “Quando o cara era trabalhador, que deixava produção pro patrão, ele era abraçado por qualquer fazendeiro que tivesse em volta”. Esse abraço, que demonstrava certa intimidade, era, no “tempo do algodão”, almejado tanto pelos fazendeiros quanto pelos moradores. Portanto, “o prestígio” era determinado pelo sucesso da atividade econômica de cada morador. O “prestígio” empoderava os moradores²⁹.

Contudo, não era apenas a produção econômica que contribuía para a “estrutura de prestígio”. Ao trazer mais um elemento para o debate, Manoel Patrício explica assim a complexa “estrutura de prestígio” que foi criada pela economia algodoeira: “O único prestígio é o suor. Ou o patrão gosta da filha do cara”.

Assim, Manoel Patrício indica que o “prestígio” também era determinado por certa admiração dos patrões em relação às filhas dos moradores: “o patrão gosta da filha do cara”. Gostar no sentido dado por ele é dedicar amizade à filha do morador, tal como aconteceu com sua filha, que, além de morar por cinco meses na casa do patrão na capital, teve uma parte dos seus estudos paga por Ponciano Azeredo de Furtado, o proprietário da fazenda Santa Fé na qual seu pai trabalhava.

Entretanto, na maioria dos casos, o gostar pode ser traduzido por forte atração sexual pela filha do morador, ou, por outro integrante da família do morador, inclusive sua esposa, como descrevem os romances sobre a vida nos engenhos e fazendas do interior. Mas, independentemente do sentido atribuído, o gostar

²⁹ Esse empoderamento não tem relação com os direitos sociais consubstanciados no Estatuto da Terra (1964). Pois esta legislação foi insuficiente para encerrar com a tradição latifundiária no Brasil. Tornou-se então letra morta, sendo, pois, raras as indenizações pagas aos parceiros nos latifúndios do semiárido. Esta legislação só teve força onde os camponeses estavam politicamente organizados, como na Zona da Mata (SIGUAD, 1977). No semiárido, ou em outras regiões, exceto na Zona da Mata por causa das Ligas Camponesas, vale a sentença de Martins (1989, p. 44): “Embora a lei estabelecesse certos direitos sociais, no interior da grande propriedade fundiária o direito era constituído pela vontade pessoal do patrão”.

aumentava “o prestígio” dos moradores. Tal estima reforçava essa estrutura de sentimentos.

Além disso, o saber acumulado pela experiência social dos camponeses era um determinante positivo de status. A importância do saber na determinação do status do morador se deu principalmente na realização de serviços que requeriam um grau mínimo de especialização. Serviços, pois, que não se limitavam somente ao amanhã da terra. O morador que, além de cultivar o algodão, sabia construir açudes e barragens, medir a propriedade, conduzir trator com habilidade, fazer silagem etc., tinha seu capital simbólico elevado.

João Grilo foi, sem dúvida, um desses moradores. Ele construía açudes e barragens, sabia medir as terras da fazenda, fazia silagem, conduzia trator etc. Não foi sem razão que ele ocupou a posição de chefe do setor agrícola da fazenda Santa Fé. Se tivesse tratado com a papelada do escritório e soubesse alguma coisa de computação, João Grilo teria sido o gerente da Santa Fé, pois, além de tudo isso, tinha espírito de liderança. Em suas histórias, recorda sempre que liderou uma equipe de oitenta homens no desmatamento de 700 hectares, para fazer áreas de pastagem para o gado. Também lembra o caso em que sua opinião evitou a construção de mais um açude na Santa Fé. De acordo com seu testemunho:

Já tinha [o patrão] decidido. Ia fazer um açude na extrema da fazenda. O gerente tava de acordo com o projeto. No dia em que os homens chegaram para fazer a construção, o dono [Ponciano de Azeredo Furtado] perguntou o que eu achava da obra. Eu disse que o açude era caro e pouco lucrativo pra fazenda. Assim que ele ouviu isso, ele mandou dispensar os homens, guardar o material, que ele tinha desistido de fazer o bendito do açude.

João Grilo diz então que o patrão desistiu de construir o açude na fazenda, porque levou em consideração sua opinião. Dificilmente, isso aconteceria nos dias de hoje, nos quais cresce a distância entre proprietários de terra e moradores nas fazendas de produção do semiárido, sendo desvalorizado o conhecimento empírico dos lavradores. No “tempo do algodão”, porém, a organização patrimonialista do trabalho nas fazendas permitia a aproximação entre esses dois indivíduos e a troca de conhecimentos.

Todavia, no “tempo do algodão”, “o prestígio” não era para todos camponeses: para os indivíduos que não trabalhavam regularmente não havia admiração. Pelo contrário, havia estigmas e repúdio. O homem do campo devia trabalhar, suar bastante, dar renda para o patrão. Se, ao contrário disso, não

gostasse de trabalhar, de suar e produzir, ele devia ser expulso da fazenda, porque no meio rural ele era desvalorizado. É nesse sentido que o morador Marciano explica a distinção produzida pela “estrutura de prestígio”:

Tinha um fazendeiro aqui, o senhor João Paulo dos Santos Ferreira. Se ele fosse na estrada e encontrasse um cantador com uma viola, ele virara a cara pra outro lado e deixava esse cara de pés. Se ele achasse um homem com uma enxada, ele levava.

Marciano recorda que o fazendeiro João Paulo dos Santos Ferreira não admitia violas. Para ele o caboclo do sertão era para andar com a enxada nos ombros, e não tocando violão e bebendo cachaça. A atitude do fazendeiro (“de virar a cara”) demonstra que nas fazendas seu “prestígio” seria nulo. Havia, portanto, muitos indivíduos que não admitiam o ritmo de trabalho regular das fazendas e, assim, dificilmente, poderiam nelas residir. O “prestígio” do camponês estava ligado à produção, ao “suor”, ao trabalho dedicado à malvacea, e, quem não trabalhasse de forma regular, não ganharia *status* de bom trabalhador.

No geral, como o cultivo do algodão, da forma que estava organizado, requereu muito braços, e, como os fazendeiros dependeram dos moradores para lucrar com o algodão, os moradores gozaram de respeito no semiárido. Eles tiveram acesso à terra tanto para o plantio do algodão quanto para as culturas de provisionamento e, além disso, puderam criar seus animais. Os moradores que produziram grande quantidade de algodão foram benquistos pelos patrões que se esforçaram por mantê-los em sua propriedade. Eram eles procurados regularmente pelos fazendeiros da região, o que fazia com que eles se sentissem prestigiados. Tudo isto representou, portanto, o “prestígio” do homem do campo.

Atualmente, sem o cultivo do algodão, os proprietários de terra não cedem mais terrenos, uma vez que, para a produção de leite, não é preciso destinar terra aos moradores. Agora, os moradores são assalariados, não precisam dispor de terra para garantir seus meios de subsistência. Tampouco podem criar animais – “ninguém pode criar uma ovelha”, como diz Manoel Patrício – porque, além de ser assalariados, a terra e a água da fazenda devem ser destinadas ao pasto do gado e não aos animais dos moradores. Com efeito, o que ainda se mantém da “estrutura de prestígio” é o assédio dos fazendeiros e dos seus filhos às poucas moradoras que ainda residem nas fazendas do semiárido.

Destarte, a interrupção da produção algodoeira dissolveu tal fonte de “prestígio”. Nos dias atuais, os moradores não têm mais o capital simbólico que a

economia algodoeira lhes conferia. O “prestígio” foi embora junto com o algodão. Nesse sentido, a interrupção do algodão demarca um tempo de rupturas, no qual o algodão foi substituído pelo leite, tornando a agricultura do semiárido mais capitalizada, e os moradores perderam suas terras de trabalho, sendo proibidos de plantar suas lavouras e de criar seus animais. Nesse sentido, Manoel Patrício desabafa:

Depois do algodão, o prestígio do pobre ficou igual ao do jumento.

O desabafo de Manoel Patrício mostra que o cultivo do algodão deu “prestígio” aos lavradores. Quando se interrompeu tal cultivo, a “estrutura de prestígio” foi dissolvida. O grau de “prestígio” do pobre, do homem do campo, foi rebaixado, igualando-se ao do jumento, ou seja, tornou-se nulo, inexistente, visto que, hoje em dia no Ceará, o jumento não tem valor, foi desprezado. A comparação de Manoel Patrício é elucidativa, pois o jumento foi bastante valorizado num passado recente, mas, após o aumento das vendas de motocicletas, ele perdeu a posição de principal meio de transporte do interior. Desse modo, Manoel Patrício afirma que, no passado, os trabalhadores rurais tinham “prestígio”, porque eles tinham parte do controle da produção de algodão (uma das principais fontes de renda das fazendas). Mas, atualmente, com a interrupção da produção algodoeira, eles estão desprestigiados, tal como os jegues do campo.

Assim, para melhor compreensão da “estrutura de prestígio”, que representa a economia do algodão, Manoel Patrício coteja o tempo pretérito com os dias de hoje:

Hoje, é o contrário: se o patrão quiser um morador, que ele só tenha um filho, que ele seja aposentado, que vá viver lá dentro ganhando qualquer coisinha. Então, é o contrário. Hoje ninguém quer mais ninguém. Se for tirador de leite, se for um cara que insemine uma vaca, até que ainda vai. Mas se não for, não tem.

Com a interrupção do cultivo do algodão, os moradores não são mais procurados (“disputados”) pelos fazendeiros. Como os meios de trabalho foram arrancados das suas mãos, o capital simbólico deles caíra, tal como as taxas de produção algodoeira do Ceará. O “prestígio” agora foi deslocado para os trabalhadores rurais que sabem, por exemplo, inseminar as vacas do patrão. Comparando o tempo presente com o passado, a situação foi invertida: enquanto, “no tempo do algodão”, o número de integrantes da família era um determinante de

“prestígio”, hoje família extensa se tornou sinônimo de ônus e os fazendeiros têm por preferência famílias menores e pessoas já aposentadas, que preferem morar no campo e, deste modo, podem vigiar as fazendas sem custo algum para os proprietários, ou se instalam nelas “ganhando qualquer coisinha”. Então, devido à decadência da cultura do algodão, os proprietários de terra diminuíram o número de moradores, esvaziaram suas fazendas, e, assim, contribuíram para o inchaço urbano das cidades do interior e da capital. Pois, no campo, “hoje ninguém quer mais ninguém”³⁰.

Assim, os moradores que ficaram nas fazendas sofrem com o “desprestígio” atual. Ao confrontarem o passado do algodão, que lhes dava “prestígio”, com o tempo presente, que para eles significa distanciamento da casa-grande e perda dos meios de trabalho, sentem-se nostálgicos. Ressentem-se, então, da grande ausência dos fazendeiros e seus familiares nas propriedades. Contudo, eles sentem mais a falta do fazendeiro, do patriarca, pois o fazendeiro sabia tratá-los de forma paternalista, tal como o código do sertão exige dos seus integrantes (sobre essas relações, ver HOLANDA, 1995). É como se aquela figuração social tivesse desmoronado e todas as redes sociais que tinham se encontrassem desmanteladas em razão da decadência do algodão.

Para se ter uma ideia disso, o morador Arnaldo, ao relatar o acidente que aconteceu com o morador Fabiano, afirma que, se Ponciano Azeredo de Furtado, seu patrão, ainda estivesse no comando da fazenda, o tratamento dado a Fabiano teria sido totalmente diferente. Fabiano, ao ajudar o tratorista na colheita de capim, caiu do trator e o rolamento do mesmo decepou sua perna esquerda. A fazenda Santa Fé não arcou com as cirurgias de Fabiano. Por causa disso, Arnaldo chegou a esta conclusão:

Ali foi um desprestígio muito grande. A empresa não fez nada pelo rapaz. Se fosse o senhor Ponciano de Azeredo Furtado, tinha sido diferente. Ele tinha dado assistência ao rapaz. Foi um desprestígio muito grande...

Arnaldo faz, assim, uma crítica aos novos administradores da fazenda Santa Fé, isto é: aos filhos do senhor Ponciano de Azeredo Furtado. Pois a relação

³⁰ Carvalho (2009) aponta o esvaziamento das fazendas como uma das causas do fim do neocoronelismo, porque, segundo ela, a passagem do sistema de morada para o assalariamento da mão de obra teria minado a base dos coronéis, que controlavam os votos dos seus moradores. No entanto, pensamos que, além da morada sobreviver ao assalariamento, as práticas responsáveis pelo coronelismo e neocoronelismo sobrevivem no sertão brasileiro, independentemente da morada.

dos filhos de Ponciano com a fazenda difere totalmente da que o patriarca teve enquanto pôde dispor de saúde para ir aos finais de semana à fazenda Santa Fé. Seus filhos não se interessam pelos negócios rurais que são realizados no semiárido, especialmente porque são poucos lucrativos, e, assim, coloca-os sob a administração de um gerente, indo muito raramente à propriedade rural, que Ponciano tanto amava. Eles, portanto, não se compadecem de Fabiano, e não fazem nada para ajudá-lo. Tampouco Fabiano procura seus direitos na Justiça. Tudo leva a crer que ele não faz isso porque ele mora de favor na Santa Fé por mais de quatro décadas, evitando assim de envolver os demais moradores, que, além de colegas de trabalho, fazem parte da sua família. Eis, pois, “o tempo do desprestígio”, da dominação do capital, que varre a “estrutura de prestígio” do mapa da região.

Apesar de não idealizarem positivamente seu passado, o “tempo do algodão”, os moradores têm dessa época uma lembrança favorável: certa autonomia (liberdade), porque o tempo de trabalho do morador não era de domínio absoluto dos patrões, tal como no capitalismo, mas também pertencia a eles. Como nos disse o morador Jesuíno Soares:

Na era do algodão, a gente não só trabalhava pra ele [o patrão, como atualmente no “tempo do leite”], trabalhava pra gente também. A gente dava só três dias de trabalho, e ele pagava no dia.

Desse modo, Jesuíno destacava uma das maiores vantagens que ele tinha “no tempo do algodão”: a de poder trabalhar para si, dedicar-se cinco dias da semana ao seu roçado e, assim, aumentar sua produção. A fazenda Santa Fé, na qual ele trabalha, troca o algodão pelo leite, sendo que Jesuíno não tem nenhum direito sobre a produção leiteira: eleva-se assim o grau de exploração e sua situação se assemelha à de um assalariado puro. Só não é idêntica à de um operário rural, porque ele ainda pode plantar milho e feijão na sua roça. Sua reclamação denota que ele está censurando o tempo atual, no qual ele só trabalha para fazenda Santa Fé. E, assim, para quem acha os lavradores alienados, inconscientes, ele faz lembrar o refrão da canção de Chico Science: “Um homem roubado nunca se engana”!

Diferentemente de Jesuíno, a maioria dos moradores foram expulsos das fazendas no semiárido. Os fazendeiros interromperam o cultivo de algodão e os moradores perderam o direito às terras de trabalho. Foram assim morar nas favelas e periferias das cidades. Os que ainda ficaram nas fazendas tiveram que se adaptar

às transformações das relações de produção. No Sertão Central as fazendas produtoras de algodão (em sua maioria) passaram a produzir leite. Poucas foram as que permitiram que os moradores plantassem seus roçados. Ficaram apenas as famílias de moradores que eram mais próximas do patrão. Despovoaram então os latifúndios, que agora contam com pouca mão de obra, pois a única atividade realizada se resume à pecuária leiteira.

Portanto, a decadência da cultura do algodão marca esse novo tempo, que é, sem dúvida, funesto para os trabalhadores sem-terra. Por isso, tais camponeses fazem a associação direta entre “prestígio” e algodão. Assim, lembram de uma “estrutura de prestígio”, cujos proprietários de terra disputam sua mão de obra, prestigiando-os. Os novos fazendeiros, filhos dos velhos fazendeiros, não operam com a lógica camponesa, como fazem seus pais. O que interessa agora é o capital, e, deste modo, não se pode mais ceder terras de trabalho aos moradores. Enquanto que, no passado, o cultivo do algodão lhes deu a oportunidade de plantar e criar nas fazendas, no tempo atual, essa oportunidade tem se tornado cada vez mais rara.

Mas, no entanto, não se pode esquecer que no “tempo do algodão”, do “prestígio”, os moradores vivem sob uma exorbitante submissão, que relativiza o “prestígio” que eles detêm. É por isso que, quando relembrem essa época, irrompem contradições em suas memórias. Assim, Manoel Patrício, após ter feito verdadeiro louvor ao “tempo do algodão”, diz: “daquele tempo pra trás, [o trabalhador] era tipo escravo”. Ou João Miguel, ao negar essa estrutura de sentimentos: “pobre não tinha prestígio de nada”. Ou ainda Arnaldo, quando diz: “o morador estava amarrado à fazenda”. Nesse sentido, encontram-se em suas memórias as contradições que são próprias dessa formação social, na qual os proprietários de terra ainda precisavam manter relações pré-capitalistas para dinamizar a economia do algodão.

Agora, os sentidos gerados pela “estrutura de prestígio” são fundamentais para o entendimento dessa formação social. Tais sentidos são, no entanto, desprezados pela histórica econômica, que se preocupa com a renda, o capital comercial, o poder aquisitivo dos agricultores, a expansão da produção e a formação do mercado interno, e não com o que os camponeses falam ou registram acerca da produção algodoeira.

Na literatura sobre o algodão, os lavradores não são entrevistados e nem muito menos suas falas são registradas. Takeya, por exemplo, define a meia como

relação de exploração entre os proprietários de terra e os moradores (TAKEYA, 1985, p. 68). Realmente, os proprietários de terra exploram de forma desumana os lavradores, mas precisamos admitir que ela não se preocupa em entrevistar os moradores ou ex-moradores para conhecer suas memórias e narrativas acerca dessa relação social de produção. Se tivesse feito isso, ela teria percebido que essa exploração é sentida de forma complexa pelos moradores.

Os economistas também não se importam com essa estrutura de sentimentos. Seus trabalhos desprezam as subjetividades das representações do campesinato, dos plantadores de algodão. Assim, para Leite (1994), somente os comerciantes e proprietários rurais se beneficiam da economia do algodão. Pois, segundo ela, permanece uma estrutura de produção que permite uma distribuição de renda injusta, perpetuando a pobreza dos sertanejos (LEITE, 1994, p. 15). Os moradores são, em sua narrativa, pobres, dependentes e submissos. Deste modo, ela fecha a questão.

A realidade social é, entretanto, cheia de nuances e de complexidade. Não defendemos que a distribuição de renda foi justa: ela foi sim injusta. Tampouco afirmamos que o algodão possibilitou melhores condições de vida para os lavradores. Mas, no entanto, havia nessa estrutura de produção possibilidades de mobilidade social. Além disso, como parte do controle da produção estava nas mãos dos lavradores, eles tiveram certa autonomia, especialmente em relação aos processos de trabalho. Ademais, eles, mesmo vivendo sob péssimas condições de vida, desfrutavam de uma representação honrosa de sua condição.

Essa visão reducionista sobre a economia gerada pelo algodão no semiárido é, até certo ponto, compreensível, porque realmente é difícil perceber períodos de desconcentração de renda na região. O que nela se percebe é uma população rural que se encontra em um estado constante de vulnerabilidade social. E uma das razões para que isso aconteça é, sem dúvida, a estrutura fundiária da região, que ainda continua altamente concentrada. Nós, mesmos, tivemos grandes dificuldades de enxergar além dessa história estrutural: só conseguimos mediante os testemunhos dos camponeses.

Em suma, os economistas ignoram as verdades subjetivas dos lavradores sobre o “tempo do algodão”. Isto é, como eles percebem sua situação socioeconômica no “tempo do algodão”, principalmente em comparação com os dias atuais. A apresentação deles de si. Dimensão esta que não deve ser ignorada por

quem estuda o algodão, pois, no discurso deles, o capital simbólico que tinham é associado ao cultivo do algodão. Com a interrupção de tal cultivo, eles perderam “prestígio”. “Prestígio” este que pode ser confundido com a autoridade. Assim, com a perda de autoridade, eles agora estão desprestigiados, e a relação com os proprietários de terra tem se tornado cada vez mais assimétrica.

No complexo de sentimentos, surge o que definimos aqui como “estrutura de prestígio”. Estrutura esta dependente da economia do algodão. Quando esta economia entra em decadência, esta estrutura é dissolvida. À medida que esta estrutura desaparece irrompe uma nova para os moradores: a “estrutura do desprestígio”. Atualmente, todos sabem que “o desprestígio [dos lavradores] é muito grande”...

5 CONCLUSÃO

Em nossa monografia, priorizamos os momentos de transição da história social do semiárido. Buscamos, neste trabalho, a passagem do exclusivismo da indústria pastoril para o binômio gado-algodão e a do binômio gado-algodão para a pecuária leiteira. Isto se deve ao incômodo que nos causava as narrativas sobre a economia do algodão. Como sintoma da razão indolente, essas narrativas apagam a dinâmica social do semiárido com a intenção de resolver as dificuldades teóricas que vão surgindo. Fazemos o caminho contrário para compreender a interrupção da cotonicultura no semiárido. Enfrentamos tais dificuldades, aproveitando as lacunas da história econômica.

Da passagem do exclusivismo da indústria pastoril para o binômio gado-algodão atentamos para a questão da mão de obra. Para o aproveitamento econômico das caatingas, através da pecuária e da cotonicultura, era necessário imobilizar a mão de obra nas fazendas. Porém, no debate promovido pela história econômica, não há discussão sobre esse momento fundamental do surto algodoeiro e do binômio gado-algodão. Ao reproduzirem a história da “febre da ambição” de Rodolfo Teófilo, os economistas dão a entender que a mão de obra já estava pronta nas fazendas, esperando as sementes para a plantação. Está, pois, ausente a questão do controle social dos homens pobres livres que, desde o século XVIII, com a política do passaporte, tem a intenção de arregimentá-los para as fazendas de produção.

Isso acontece porque tais analistas só ressaltam as continuidades da história do semiárido, não considerando as rupturas provocadas por determinadas conjunturas. Nessa linha de pensamento, existem sempre trabalhadores nas unidades de produção, à disposição dos fazendeiros. Perde-se assim a dinamicidade dos processos históricos. O que interessa para eles é que, através do algodão, a província do Ceará tinha se integrado ao mercado mundial. Essa integração desponta em suas páginas sem tensão alguma, de modo quase perfeito, pois eles se preocupam somente com os fatores externos que a provocaram, ou com a quantidade de algodão que saía do porto de Fortaleza. No entanto, quando nos detemos no contexto local, vemos que essa integração foi tensa. Em todas as fases da produção algodoeira (plantio, armazenamento, transporte etc.), as particularidades da produção local estiveram presentes e, além de não satisfazerem

o mercado consumidor, não acompanharam o ritmo e as exigências da produção capitalista. Mas, segundo os economistas, o que importa é a integração ao mercado mundial.

Outra questão importante que está ausente das preocupações dos economistas é a da importância do algodão na fixação da população no semiárido. O algodão foi assim responsável pelo repovoamento das fazendas. Como zona de concentração ativa, a região semiárida é pouco fixadora. Assim, o algodão da forma como foi produzido no semiárido se tornou um dos mais importantes elementos de fixação da região. E poderia ter sido mais efetivo se a espécie mocó tivesse sido dominante nos campos. Mas não podemos ver a economia do algodão agindo de forma isolada no combate à infixidez da população rural: as obras contra as secas, ou a intervenção do Estado, via Inspetoria de Secas, contribuíram de forma decisiva para que tal fixação se realizasse. Além da fazenda, os trabalhadores sem-terra contavam com as obras públicas e a açudagem particular em cooperação para se alistarem nos períodos de entressafra e de estiagem. Com isso, eles não precisavam migrar para os estados vizinhos, desfalcando fazendas e currais eleitorais. Temos, nesse sentido, o binômio “obras contra as secas-algodão”, o estabelecimento do trânsito entre fazendas e obras públicas, e vice-versa. Estes mecanismos de controle não foram suficientes para encerrar com os fluxos migratórios, sobretudo nas secas, como na grande seca de 1958, mas conseguiram diminuir os deslocamentos da população sertaneja. Desse modo, a civilização avançou nos sertões, como prenunciou Euclides da Cunha (2001, p. 66), mas a força motriz da História que a impeliu não se deu através “do esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”, mas sim pela economia do algodão.

As relações pré-capitalistas derivadas do regime de parceria também foram relevantes na fixação dos trabalhadores rurais. Moradores-parceiros puderam assim se instalar nas fazendas, onde, além de produzir algodão, podiam plantar suas lavouras de aprovisionamento. As relações de parceria se consolidaram nas fazendas, pois promoveram a divisão dos riscos e dos custos de produção entre fazendeiros e moradores, além dos baixos custos de investimento. Ademais, a parceria, organizada através do sistema de moradores, garantiu uma mão de obra segura e de produtividade elevada. Sob a parceria do algodão, os moradores-parceiros puderam viver nas fazendas, tornando-se íntimos e dependentes dos fazendeiros. Além da casa e do terreno para plantar, os proprietários de terra

forneceram alimentos, remédios, ferramentas, sementes, ou seja, proteção para seus moradores com o objetivo de imobilizar essa mão de obra. E, assim, os proprietários de terra enriqueceram, ganharam prestígio, entraram para a política e ajudaram a diminuir os fluxos migratórios que se originavam no sertão.

Aliás, a fixação do trabalho regular nas fazendas de produção provocou mudanças no comportamento dos sertanejos. Criou-se então uma civilização agrícola. O nomadismo, o fanatismo e o cangaceirismo, fenômenos associados pela ciência da sociedade ao regime pastoril, fraquejam diante da atividade agrícola, do cultivo do algodão. As reações primitivas às injustiças sociais e ao latifúndio foram controladas pela abertura do latifúndio aos lavradores pobres e pela intervenção estatal no semiárido. Os sentimentos de revolta não desapareceram, mas se abrandaram. A população rural passou de um estado de infixidez para um estado regular de fixação. Com o algodão, o sertanejo sofreu as compulsões mais permanentes de funções pacíficas baseadas na aquisição de dinheiro ou prestígio. Enquanto o gado representava tumultos e forçava os sertanejos a um estilo cigano de vida, o algodão, cultura democrática, produziu, por mais de um século, a crença de que o trabalho regular nas fazendas podia modificar a vida do lavrador pobre.

Com a interrupção da produção algodoeira, esse quadro mudou completamente. Agora, temos o esvaziamento das fazendas e o declínio da civilização agrícola. Isto é, o despovoamento do campo. A pecuária leiteira, que tem sido a principal atividade econômica do semiárido, é feita através de ordenha mecânica, sendo, pois, realizada com o mínimo de mão de obra. Os moradores, que ficaram nas fazendas sem emprego, têm como renda apenas a aposentadoria ou algum benefício do governo. A maioria deles migrou para as cidades do interior, principalmente para aquelas que têm indústrias, como Maracanaú, ou foram para Fortaleza (capital), ou para o Sudeste. Ou, ainda, eles continuam no semiárido, mas em um movimento pendular, isto é: do sertão para os canaviais e canteiros de obra do Sudeste.

Assim, com a interrupção da produção algodoeira, teve fim o “prestígio” do trabalhador rural no semiárido. Nas representações dos moradores, o “prestígio” significa a valorização do homem do campo. É ser disputado pelos fazendeiros. É ser classificado como “bom trabalhador”. É ter acesso livre à casa de fazenda e ao fazendeiro. É ter seus filhos apadrinhados pelo patrão. É ocupar lugar de destaque

na hierarquia da fazenda. É ser considerado homem de notório saber nos diferentes trabalhos do campo. Tudo isso se configura como determinante positivo de *status*.

Essa “estrutura de prestígio” foi se construindo através do algodão, das relações de parceria e do sistema de moradores. Enquanto o senhor de terras gozava de “prestígio” por causa do tamanho de sua clientela, o morador também gozava de “prestígio” devido à renda e ao capital simbólico proporcionados pelo algodão. Renda, aliás, que, dependendo da safra, poderia livrá-lo da condição de morador, ou seja, o morador poderia adquirir terra e casa com a renda proporcionada pelo algodão. Mas, em razão da decadência do algodão, toda essa “estrutura de prestígio” foi dissolvida.

Nesse sentido, roubaram dos moradores a representação honrosa da sua condição. Seu “prestígio” é, atualmente, equivalente ao do jumento. Ou seja, não existe mais. Tiraram, à luz do dia, todo o capital simbólico que eles acumularam no “tempo do algodão”. Agora, é o tempo do “desprestígio”, da violência aberta do capitalismo, da perda do direito à terra de trabalho³¹. Eles não podem plantar mais seu milho, feijão e algodão. Eles não podem mais criar suas aves domésticas, ovelhas e varrão. A pesca foi proibida. Seu patrão não anda mais na fazenda. Aquela atmosfera de intimidade que ele sente falta foi destruída, juntamente com a “estrutura de prestígio” do “tempo do algodão”.

Identificamos tal estrutura através das subjetividades das representações dos moradores. Diferentemente, pois, dos economistas, consideramos os testemunhos dos moradores como fontes e trabalhamos com o que eles pensam a respeito da economia do algodão, ou, como eles preferem, “tempo do algodão”. Fazemos isso, sem a preocupação de saber se há ou não em sua memória componentes ilusórios. Até porque encontrávamos em suas falas as contradições da formação social que estavam inseridos. Pois, no “tempo do algodão”, havia “prestígio”, mas também havia “escravidão”. Assim, o que é importante são os sentidos de suas representações. São esses sentidos que nos ajudam a compreender a interrupção da cultura algodoeira sem recorrer à causa aparente do surgimento do bicudo. Porque pragas sempre acompanharam o desenvolvimento da

³¹ Entretanto, o desenvolvimento capitalista no semiárido não foi capaz de “varrer” as formas elementares de dominação, sobretudo porque o sistema de moradores ainda continua sendo praticado na região.

malvacea na região e não seria mais uma praga a responsável pelo fim dessa economia.

São, portanto, estes os elementos que mais concorreram para interrupção da cultura algodoeira:

1º) O empoderamento dos trabalhadores rurais. Se no passado os plantadores de algodão encarnavam todos os estigmas criados contra os homens pobres livres, com a intensificação do cultivo e com o crescimento dos movimentos sociais no campo, esta categoria passa a ganhar importância e conquistar direitos. Não é sem razão que a interrupção da cultura algodoeira ocorre no momento em que os sindicatos rurais estão sendo criados. Deste modo, os moradores requerem seus direitos juntos com os sindicatos e as fazendas se tornam focos de tensão. Esse empoderamento tem relação direta com o “prestígio” no sentido do papel estratégico que os moradores tinham para a economia agrícola. Assim, diante dos escassos créditos para o algodão e das constantes tensões geradas entre fazendeiros, gerentes, feitores e moradores, a economia do algodão se tornou desinteressante para os fazendeiros da região.

2º) O papel secundário da cotonicultura na economia do semiárido. A pecuária, como atividade principal, impediu que se desenvolvesse o cultivo do algodão na região. A maior parcela dos investimentos públicos e privados era direcionada para a pecuária. Sendo mais lucrativa, apesar de ecologicamente insustentável, a pecuária se apossou do espaço dos roçados de algodão, que eram pouco lucrativos e que concentravam um número excessivo de moradores e agregados nas unidades de produção.

3º) A falta de modernização das relações de produção da cotonicultura. Sob o formato da parceria, não havia investimentos para a cotonicultura, os campos de algodão perderam o vigor, a produção decresceu, a planta ficou mais suscetível às pragas e os moradores se tornaram cada vez mais endividados. Se os fazendeiros tivessem tomado a cotonicultura para si, ao assalariarem os trabalhadores, tal como faziam com a pecuária, a cotonicultura teria se restabelecido no semiárido.

Enfim, a cotonicultura não interessa mais ao grande produtor. Deste modo, não é o bicudo que determina o fim da produção algodoeira, mas sim os grandes produtores, os latifundiários da região semiárida. Para os pobres lavradores a decadência do algodão se reflete como uma lei contrária a eles, furtando-lhes o

direito às terras de trabalho. Mas, no entanto, isto não quer dizer que não se plante mais algodão. Felizmente, a cotonicultura está sendo retomada pelos agricultores familiares, que, em sua maioria, são ex-moradores do “tempo do algodão”. Deste modo, é nas pequenas propriedades e nos assentamentos de reforma agrária que se encontram os vestígios da civilização agrícola do semiárido. Ao cultivarem o algodão, os camponeses demonstram que essa prática agrícola continua sendo uma importante atividade econômica para sua classe social na região. Se, realmente, fosse realizada uma reforma agrária no país, ao desapropriar os latifúndios improdutivos (que são muitos) para quem trabalha na terra, a produção de algodão no semiárido ultrapassaria as taxas e os valores do passado. Mesmo sem a tão sonhada reforma agrária, os agricultores familiares não esquecem de como se cultiva o algodão e, por isso, a música de Gonzagão continua a ecoar nas veredas do sertão: “setembro vem aí, tem safra de algodão”!

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- _____. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.
- ALBANO, Ildfonso. **O secular problema do Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.
- _____. **A cultura do algodoeiro no Ceará**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1918.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMARAL, Luis. **História geral da agricultura brasileira: no tríplice aspecto: político-social-econômico**. v. II. São Paulo – Recife – Porto Alegre: Companhia da Editora Nacional, 1940.
- AZEVEDO, Roberto de. **L'économie du coton dans l'état du Ceará**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito e de Ciências Econômicas de Montpellier. Montpellier, 1982.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- _____. **Parceria na cultura do algodão: Sertões de Quixeramobim**. Brasília, 1977, mimeo, (Tese de M.S.).
- BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Tradução: Guilherme J de Freitas Teixeira e Maria da Graça Jacintho Setton. 3. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.
- BRAGA NETO, Edgar. **Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores**. 2017. 289 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Fortaleza, 2017.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **O Ceará no centenário da Independência**. Vol. 2, Ceará-Fortaleza: Typographia Minerva, 1926.
- _____. **O problema da seccas no Ceará**. Revista da Academia Cearense de Letras, 1908.
- BRISOLLA, Sandra de Negraes. **Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará**. 1977. 199 f. – (Dissertação de Mestrado). Departamento de Economia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977.

CANABRAVA, A. P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Associação Nacional de História, 2011.

CAPANEMA, Barão de. **A secca do Norte**. Revista da Academia Cearense de Letras, 1904.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza, CE: Programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, 1990.

CASCUDO, Luís Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina: Documentário da vida rural**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1956.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: (campanha de Canudos)**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CRANDALL, Roderic. **Geografia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem nos estados orientais do Norte do Brasil: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba**. 4ª ed. Coleção Mossoroense, Volume CCI, 1982.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, e Silva, José Borzacchiello. A cidade no semiárido. In: **Semiárido**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social – Câmara dos Deputados, 2010.

DERBY, Orville A. **O regimen das chuvas das regiões das seccas**. Revista da Academia Cearense de Letras, 1906.

DOBB, Maurice Herbert. **Evolução do capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 2. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira; Fortaleza: Edições UFC, 1980.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

FURTADO, Celso. **A saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2009a.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. **Documentação oral e temática da seca: estudos**. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

GURVITCH, Georges. **Dialectique et sociologie**. Paris, France: Flammarion, 1962.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNNICUTT, Benjamin H. **Cultivo e commercio**. São Paulo: Editora Limitada, 1936.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. À guisa de introdução – O espaço nordestino: o papel da pecuária e do algodão. In: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850 / 1880)**. Fortaleza: SECULT, 1994.

LEITÃO, Oscar Ferreira. **Algodão cearense**. Boletim da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas. v. 2. n. 6. Typographia Minerva – Assis Bezerra, 1934.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Parceria e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

LOEFGREN, Alberto. **Contribuições para a questão florestal da região Nordeste do Brasil**. 2. ed. Imprensa Inglesa, 1923.

LUETZELBURG, Phillip Von. **Estudo botânico do Nordeste**. v. 2. IFOCS: Rio de Janeiro, 1923.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. Editora Hucitec: São Paulo, 1989.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais**. 2. ed. Editora Artenova, 1970.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião**. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

_____. **Crítica à razão dualista**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão no Brasil** – agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). [Tradutor Walter Sotomayor. – Brasília: Editora Universidade de Brasília.

PIERSON, Donald. **Cruz das almas**. José Olympio Editôra: Rio de Janeiro, 1966.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). **Revista de C. Sociais**, Fortaleza, v. 20 / 21, n. 1 / 2, p. 199-230, 1989/1990.

_____. **A organização do mercado de trabalho no Ceará (1850-1880)**. 1990. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de humanidades, Mestrado em História. Recife, 1990.

_____. Relações interétnicas no espaço cearense: uma história marcada pelo conflito. **Trajeto**s. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento da Universidade Federal do Ceará. – v. 1, n. 1 (nov. 2001). – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001.

_____. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PORTO, Costa. **O pastoreio na formação do Nordeste**. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1959.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará**: isolamento e poder na Seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2001.

SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista. **Estudos Sociedade e Cultura**, ano 19, v. 1, abril 2011, p. 5-29.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. Yale University Press, 1990.

SIGAUD, Ligia. A percepção do salário entre os trabalhadores rurais. IN: SINGER, Paulo (org). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SILVA, Alipio Luiz Pereira da. Considerações geraes sobre as Provincias do Ceará e Rio Grande do Norte. In: **Trabalhos sobre a zona secca (1881-1903)**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1910.

SILVA, Marlene Maria da. **Sertão Norte**: área do sistema gado-algodão. Recife: SUDENE, Coord. Planejamento Regional, 1982.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. A fixação do homem no Nordeste. **Revista do Instituto Polytechnico**. n. 2 e 3, 1925.

_____. **O Problema das Sêcas no Ceará**. 2. ed. Editores Gadelha S. Filho, 1920.

SOUZA, William Wilson Coelho de. **A cultura do algodoeiro no Brasil**. Serviço do algodão. Rio de Janeiro, 1922a.

_____. **Relatório apresentado ao Dr. Ildelfonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Industria e Commercio**. São Paulo: Casa Mayença, 1922b.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste**: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB, ETENE, 1995.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. [Tradução: Paulo Henrique Britto]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.